



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
SOCIAIS E CIDADANIA**

MÁRCIA PEREIRA MARTINS VALE

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
DESAFIOS NO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR NO
PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL HOSPITALAR E
DOMICILIAR IRMÃ DULCE – 2012 a 2020**

**Salvador
2022**

MÁRCIA PEREIRA MARTINS VALE

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
DESAFIOS NO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR NO
PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL HOSPITALAR E
DOMICILIAR IRMÃ DULCE – 2012 a 2020**

Dissertação produzida com foco na linha de pesquisa Políticas Sociais Universais, Institucionalização e Controle, para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Orientadora: Profa. Dra. Kátia Oliver de Sá

Salvador, Ba
2022

V154 Vale, Márcia Pereira Martins

Formação de professores: desafios no atendimento pedagógico domiciliar no processo de escolarização na Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce – 2012 a 2020 / Márcia Pereira Martins Vale. – Salvador, 2022.

192 f.

Orientadora: Profa. Dra. Kátia Oliver de Sá.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Linha de Pesquisa Políticas Sociais Universais, Institucionalização e Controle.

1. Atendimento pedagógico domiciliar 2. Formação de professores

3. Escola hospitalar e domiciliar 4. Pedagogia histórico-crítica I. Sá, Kátia Oliver de – Orientadora II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 371.13

FOLHA DE APROVAÇÃO
MÁRCIA PEREIRA MARTINS VALE

FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
DESAFIOS NO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR NO
PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL HOSPITALAR E
DOMICILIAR IRMÃ DULCE-2012 a 2020

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Políticas Sociais e Cidadania, da Universidade Católica do Salvador.

Aprovado em, 04 de fevereiro de 2022

Banca examinadora

Kátia Oliver de Sá — Orientadora

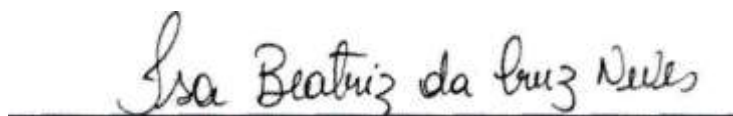
Doutora em Educação pela Universidade
Federal da Bahia



Handwritten signature of Kátia Oliver de Sá, with the word 'Universid' partially visible below the line.

Isa Beatriz da Cruz Neves

Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia



Handwritten signature of Isa Beatriz da Cruz Neves.

Maria de Fátima Pessôa Lepikison

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia



Handwritten signature of Maria de Fátima Pessôa Lepikison.

A todos(as) que lutam por uma educação digna, pública, de qualidade para o público-alvo do atendimento pedagógico domiciliar e hospitalar. Que sigamos lutando por esta causa. Em especial para Samuel Lameira e Nicacio Silva (*In memoriam*) meus alunos queridos que me ensinaram tanto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus meu Pai Celestial, pela oportunidade de realizar esta pesquisa e realizar este sonho de poder concluir um Mestrado em uma Universidade na minha cidade com uma excelente Orientadora e com uma equipe de professores de excelência e ter a certeza de que obtive uma formação qualificada.

A minha mãe Lúcia Maria dos S. Pereira, por sempre ter acreditado em mim e incentivado os meus estudos, sempre ao meu lado colaborando para o meu sucesso.

A minha Orientadora Prof.^a Dra. Kátia Oliver de Sá por ter olhado para mim, ter visto possibilidades e por seu acompanhamento em todo o percurso desta pesquisa. Sua influência sobre mim foi essencial para que eu avançasse na luta pelos direitos deste atendimento pedagógico e da classe trabalhadora.

Às professoras que se disponibilizaram a participar da banca: Prof.^a Dra. Isa Beatriz Neves, Prof.^a Dra. Maria de Fatima Lepikson obrigada por todo o conhecimento que aprendi com vocês. São referências para a minha formação.

A Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED) por permitir a realização desta pesquisa.

A Equipe Gestora da Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce (EMHDID) pelo apoio, colaboração e confiança que sempre demonstraram. Maria Iris Souza, Tainã Rodrigues, Leyliane Vidal e Guaciara Soares. Em especial a minha Coordenadora Anaildes Bonfim pela parceria neste período.

As professoras do domicílio da Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce (EMHDID) pela participação na pesquisa, pelo apoio e pelo compartilhar na caminhada. Em especial a Prof.^a Ive Carolina Milani pela parceria na escrita de trabalhos acadêmicos e pela amizade.

A minha amiga Prof.^a Dra. Marta Cardoso por ter me incentivado. Obrigada por todo o apoio, parceria e amizade.

A Prof.^a Dra. Edicléa Fernandes pelo incentivo e valorização do trabalho realizado no Atendimento Pedagógico Domiciliar aqui em Salvador-Ba.

A Prof.^a Dra. Maria do Socorro Almeida que sempre me incentivou a realizar o Mestrado. Obrigada pelo carinho e a parceria na caminhada, amiga.

A Professora Ma. Ana Karyne Furley pela parceria, respeito, amizade e valorização do trabalho. É muito bom contar contigo na caminhada.

As colegas e companheiras da caminhada acadêmica Márcia Assad e Mariza Pacheco por estudarmos muito sobre a pedagogia histórico-crítica e sempre organizarmos o nosso trabalho pedagógico visando a emancipação da classe trabalhadora.

A turma de Mestrado de Políticas Sociais e Cidadania de 2020, que iniciamos o semestre presencialmente e com a pandemia mantivemos a garra, comprometimento e rigor científico nas disciplinas que cursamos juntos (as) nas aulas remotas síncronas via plataforma *Google Meet*. Fizemos história somos a primeira turma da pandemia do referido curso.

A minha querida filha Viviane Esther pela compreensão, apoio e parceria neste período de dedicação intensa aos estudos e a pesquisa.

Aos meus irmãos por colaborarem na caminhada Mércia Rosa, Melciades Marinho e a minha cunhada Dorinha Oliveira. Em especial ao meu irmão por ter realizado a revisão deste texto dissertativo com muito profissionalismo e atenção.

As queridas que colaboraram neste caminhar: Carminha Passos, Dalva Carvalho e Simone Lima.

Ao Coletivo de Coordenadoras (es) Pedagógicas da rede municipal de Salvador por contribuir na luta pelos filhos da classe trabalhadora em especial a Denise Souza e Nara Carteadó.

Aos meus(minhas) queridos(as) alunos(as) que são a razão da luta, a motivação para aperfeiçoar a formação e para continuar lutando em prol dos direitos, da escolarização que vocês já têm garantidos pela legislação e que precisam ser efetivados e mantidos diariamente.

Agradeço a todas(os) as (os) amigas(os) e aos familiares que na caminhada incentivaram e colaboraram com uma palavra, apoio ou mesmo, com um gesto.

Agradeço a mim mesma por ter acreditado neste sonho de realizar um mestrado e mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, consegui priorizar o curso e ter me dedicado com muita responsabilidade e comprometimento. Sinto-me realizada, pois só quem me conhece sabe o quanto eu desejei viver este momento.

Há aqueles que lutam um dia; e por isto são bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os
imprescindíveis.

Bertolt Brecht

RESUMO

VALE, Márcia Pereira Martins. **Formação de Professores:** Desafios no Atendimento Pedagógico Domiciliar no processo de escolarização na Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce – 2012 a 2020. Orientadora: Kátia Oliver de Sá. 2022 f. 190. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2022.

A investigação partiu da linha de pesquisa Políticas Sociais Universais, Institucionalização e Controle do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal. Tratou do seguinte problema central: Quais os indicadores de realidade do marco da política de formação de professores, da prática pedagógica, da estrutura do Projeto Político Pedagógico e de gestão da Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce e que contribuições podem ser incorporadas a partir da Pedagogia Histórico-Crítica para ampliar avanços no processo da formação humana? A metodologia aplicada foi estudo de caso com técnica da triangulação. O campo empírico investigativo foi de procedência documental e de pesquisa de campo, abrangendo análise de Leis e Resoluções que tratam da Educação Especial no Brasil e o Atendimento Pedagógico Domiciliar e Hospitalar, assim como foi analisado o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce (EMHDID); também foi realizada a análise de conteúdo de 10 questionários e 10 entrevistas aplicados a dez professoras, 01 gestora, duas vices-gestoras e quatro coordenadoras, que trabalharam em dezenove domicílios localizados na cidade do Salvador, três Casas-Lar e duas Casas de Apoio deste mesmo município, considerando o período de 2012 a 2020. Também, foram identificadas e analisadas 21 teses e dissertações para recuperação de estudos antecedentes, que se aproximam do objeto de investigação. As categorias de análise dos questionários e entrevista das dez professoras, foram: a) atendimento pedagógico domiciliar, b) realização profissional como professora do APD, c) processo de ensino e aprendizagem, d) otimização do Tempo Pedagógico. As considerações finais da investigação apontam, dentre outros indicadores, que: 1. Embora haja ampla legislação brasileira sobre Educação Especial no Brasil, a Resolução nº. 038/2013 do Conselho Municipal de Educação de Salvador e um projeto de Lei Municipal de Salvador no. 64/2026, que tratam do atendimento pedagógico domiciliar e hospitalar, há desafios que se situam em diversas esferas e que não vêm sendo tratados na formação de professores em cursos de graduação nem em políticas de formação continuada do município de Salvador; 2. o trabalho pedagógico do exercício diário de gestão e de docência, denotam elevado comprometimento pedagógico das professoras envolvidas; 3. há entraves oriundos da necessidade de uma política pública específica de formação de professores(as), tendo em vista a especificidade que impõe a realidade do atendimento domiciliar e hospitalar; 4. há pressupostos na abordagem metodológica de ensino da Pedagogia Histórico-crítica que podem suprir carências socioeducacionais, a partir de contribuições que tratam da periodização histórico-cultural do desenvolvimento das crianças, jovens e adultos acometidos de adoecimento temporário ou permanente.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Pedagógico Domiciliar. Formação de Professores. Escola Hospitalar e Domiciliar. Pedagogia Histórico-crítica.

ABSTRACT

VALE, Márcia Pereira Martins. **Teacher Training: Challenges in Home Pedagogical Care** in the schooling process in the Municipal School Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce – 2012 a 2020. Orientadora: Kátia Oliver de Sá. 2022 f. 192. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2022.

The research started from the line of research Universal Social Policies and Citizenship da UCSAL. It dealt with the following central problem: What are the reality indicators of the teacher training policy framework, the pedagogical practice, the structure of the Political Pedagogical Project, and the management of the Municipal School Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce – 2012 a 2020, and what contributions can be incorporated from Critical-Historical Pedagogy to increase advances in the human training process? The methodology applied was a case study with the triangulation technique. The empirical investigative field was of documental origin and field research, including the analysis of Laws and Resolutions that deal with Special Education in Brazil and the Pedagogical Attendance at Home and Hospital, as well as the Pedagogical Political Project of the Irmã Dulce Municipal School for Hospital and Home Care (EMHDID); The content analysis of 10 questionnaires and 10 interviews applied to ten teachers, 01 manager, two vice-managers and four coordinators, who worked in nineteen homes located in the city of Salvador, three Casas-Lar and two Casas de Apoio of this same municipality, considering the period from 2012 to 2020, was also carried out. Also, 21 theses and dissertations were identified and analyzed to recover previous studies that are close to the object of investigation. The categories of analysis of the questionnaires and interviews of the ten teachers were: a) pedagogical home care, b) professional achievement as an APD teacher, c) teaching and learning process, d) optimization of the Pedagogical Time. The final considerations of the research point out, among other indicators, that 1. although there is ample Brazilian legislation on Special Education in Brazil, Resolution no. 038/2013 of the Municipal Council of Education of Salvador and a draft Municipal Law of Salvador no. 64/2026, which deal with home and hospital pedagogical care, there are challenges that are located in various spheres and that have not been addressed in teacher training in undergraduate courses or in continuing education policies of the municipality of Salvador; 2. the pedagogical work of the daily exercise of management and teaching, denote high pedagogical commitment of the teachers involved; 3. There are obstacles arising from the need of a specific public policy of formation of teachers, considering the specificity that imposes the reality of home and hospital care; 4. There are assumptions in the methodological approach of teaching of Critical-Historical Pedagogy that can meet socio-educational needs, from contributions that deal with the cultural-historical periodization of the development of children, youth and adults affected by temporary or permanent illness.

KEY WORDS: Pedagogical Home Care. Teacher Training. Hospital and Home School. Critical Historical Pedagogy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Enfoque tríplice de processos em movimento de triangulação a partir das fontes empíricas para atender a investigação e análise do objeto	37
Figura 02	Quadro de localizadores-chave dos instrumentos de pesquisa que conduz o processo de análise de conteúdo	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Faixa etária das professoras da EMHDID	101
Gráfico 02	Importância da reunião Otimização do Tempo Pedagógico ...	102
Gráfico 03	Conhecimento sobre a Pedagogia Histórico-crítica	105
Gráfico 04	Faixa etária das gestoras da EMHDID	110
Gráfico 05	Faixa etária das coordenadoras da EMHDID	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Produções <i>stricto sensu</i> defendidas em PPG de universidades públicas e privadas que fazem referência ao APD, considerando o período de 2004 a 2021.....	140
Quadro 02	Disposição da caracterização do marco legal no Brasil sobre o APD	142
Quadro 03	Eixos temáticos que perpassam todas as disciplinas	87
Quadro 04	Alunos(as) matriculados(as) na EMHDID em 2020	92
Quadro 05	Domicílios/Casas de Apoio e Casas-Lar	93
Quadro 06	Atendimento domicílio-residência	104
Quadro 07	Identificação das professoras entrevistadas	104
Quadro 08	Categoria Atendimento Pedagógico Domiciliar - entrevista professoras	106
Quadro 09	Categoria Realização profissional entrevistas professoras	106
Quadro 10	Categoria Material didático - entrevistas professoras	107
Quadro11	Categoria Processo pedagógico de ensino e aprendizagem - entrevista professoras	108
Quadro 12	Categoria Otimização do Tempo Pedagógico - entrevista professoras	108
Quadro 13	Identificação das gestoras entrevistadas	110
Quadro 14	Desafios para gerenciar o núcleo do APD	112
Quadro 15	Identificação das coordenadoras entrevistadas	112
Quadro 16	Desafios para coordenar o núcleo do APD	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Área do conhecimento por disciplina referente ao EJA 1	86
Tabela 2	Área do conhecimento por disciplina referente ao EJA 2	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ANFOPE	Associação Nacional de Formação de Professores
APD	Atendimento Pedagógico Domiciliar
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEE	Centro de Atendimento Educacional Especializado
CAQ	Custo Aluno Qualidade
CEB	Câmara de Educação Básica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CCJ	Comissão Constituição Justiça e Cidadania
CNE	Conselho Nacional de Educação
CME	Conselho Municipal de Educação
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EI	Educação Infantil
EF I	Ensino Fundamental Séries Iniciais
EF II	Ensino Fundamental Séries Finais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMHDID	Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GACC	Grupo de Apoio à Criança com Câncer
HISTEDBR	Grupo Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil
IAT	Instituto Anísio Teixeira
IPES	Instituições Públicas de Educação Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MIS	Matrícula Informatizada Social
MP	Medida Provisória
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NACCI	Núcleo de Apoio ao Combate do Câncer Infantil
NAEH	Núcleo de Atendimento Educacional Hospitalar- Seduce-GO
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial de Saúde
OTP	Otimização do Tempo Pedagógico
PCN	Parâmetro Curricular Nacional
PICEB	Projetos Inovadores para a Educação Básica
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PDI	Plano de Desenvolvimento Individual
PHC	Pedagogia Histórico-Crítica
PT	Partido dos Trabalhadores
PPP	Projeto Político Pedagógico
PME	Plano Municipal de Educação de Salvador
PNE	Plano Nacional de Educação
RME	Rede Municipal de Ensino
SARAHDO	Serviço de Atendimento à Rede em Ambiências Hospitalares e Domiciliares

SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SECULT	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
SEESP	Secretária de Educação Especial
SMED	Secretaria Municipal de Educação de Salvador
TAP	Tempo de Aprendizagem
TPE	Movimento Todos Pela Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo Internacional de Emergências das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	ESTUDOS ANTECEDENTES, ENUNCIADO DO PROBLEMA, OBJETIVOS E HIPÓTESE	20
1.2	O CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO	32
1.3	PROCESSO DE ANÁLISE DESENVOLVIDO NA INVESTIGAÇÃO E SUA EXPOSIÇÃO	37
2	BASE HISTÓRICA E POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL E OS DESAFIOS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	41
2.1	HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: TRAJETÓRIA DE LUTA DA ANFOPE	41
2.2	POLÍTICA SOCIAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR NO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR: DESAFIOS FRENTE AO PROJETO DE LEI MUNICIPAL No. 64/2016.....	50
2.3	DIRETRIZES OPERACIONAIS DO MEC E SMED PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ORIENTAÇÕES E ATRIBUIÇÕES EM VISTA À FORMAÇÃO DE PROFESSORES	54
3	MARCO LEGAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS APLICADAS AO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR NO BRASIL	60
3.1	POLÍTICA PÚBLICA E SOCIAL DO ESTADO BRASILEIRO ADVINDA DO MARCO LEGAL: SUBSÍDIOS PARA O ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR E HOSPITALAR.....	60
3.2	EDUCAÇÃO BÁSICA E EJA NO MUNICÍPIO DE SALVADOR A PARTIR DA LEGISLAÇÃO: SUBSÍDIOS PARA O ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR E HOSPITALAR	65
4	INDICADORES DE REALIDADE DO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR NA ESCOLA MUNICIPAL HOSPITALAR E DOMICILIAR IRMÃ DULCE – 2012 a 2020	91
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DE PROFESSORAS, GESTORAS E DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL HOSPITALAR E DOMICILIAR IRMÃ DULCE	91
4.2	PERFIL DAS PROFESSORAS E INDICADORES DE INTERVENÇÃO NO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR E HOSPITALAR: O QUE RESSALTAM AS PROFESSORAS DA EMHDID	100
4.3	INDICADORES DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA DOMICILIAR: O QUE RESSALTAM AS GESTORAS E COORDENADORAS DA EMHDID	109
5	CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA AO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR E HOSPITALAR DA EMHDID: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PEDAGÓGICOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	115

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS	130
	APÊNDICE A: Quadro 01 - Produções <i>stricto sensu</i> defendidas em PPG de universidades públicas e privadas que fazem referência ao APD, considerando o período de 2004 a 2021.....	140
	APÊNDICE B: Quadro 02 - Disposição da caracterização do marco legal no Brasil sobre Educação Inclusiva e APD	142
	APÊNDICE C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	145
	APÊNDICE D: Declaração da Psicóloga	148
	APÊNDICE E: Autorização para a realização da pesquisa.....	149
	APÊNDICE F: Questionários Gestores.....	150
	APÊNDICE G: Questionários Coordenadores.....	154
	APÊNDICE H: Questionários Professores	158
	APÊNDICE I: Entrevistas com os Professores via Plataforma do <i>Google Meet</i>	163
	ANEXO A: Projeto de Lei Municipal nº 64/2016	164
	ANEXO B: Anamnese.....	168
	ANEXO C: Atualização Cadastral dos(as) alunos(as).....	174
	ANEXO D: Termo de Autorização de Imagem.....	176
	ANEXO E: Modelo do Relatório Educação Infantil.....	177
	ANEXO F: Modelo do Relatório Ensino Fundamental I Anos Iniciais.....	179
	ANEXO G: Modelo do Relatório Ensino Fundamental II Anos Finais	181
	ANEXO H: Modelo do Relatório da EJA I.....	183
	ANEXO I: Modelo do Relatório da EJA II.....	185
	ANEXO J: Cadastro de Aluno(a) da EJA.....	187
	ANEXO L: Lista de Frequência dos(as) alunos(as).....	188
	ANEXO M: Memória Otimização do Tempo Pedagógico.....	189
	ANEXO N: Parecer Pedagógico	191
	ANEXO O: Declaração de frequência do(a) aluno(a) as aulas do APD...	192

1 INTRODUÇÃO

Devido as inquietações vividas ao longo de quinze anos, enquanto professora da rede municipal de ensino de Salvador e reconhecendo a ausência de política de formação de professores no Estado da Bahia voltada as demandas da especificidade do trabalho pedagógico necessário à Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce (EMHDID) em Salvador, propus ao final do ano de 2019 na seleção do Programa de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSal), uma investigação na linha de Políticas Sociais Universais, Institucionalização e Controle para identificar elementos de gestão e de prática pedagógica, que possam contribuir para o fortalecimento de políticas com enfoque na formação de professores, em vista a especificidade do trabalho docente voltado as possibilidades de intervenção no Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD)¹.

Minha trajetória profissional trabalhando no atendimento hospitalar e domiciliar perpassou por dois ambientes (espaços sociais de trabalho), que têm especificidades próprias. Inicialmente, trabalhei no Hospital Martagão Gesteira no atendimento as crianças na clínica médica, em leitos e na sala de aula do referido hospital, no Hospital Roberto Santos no atendimento as crianças renais, clínica médica e leito. No Hospital São Rafael, realizei atendimento às crianças na sala de aula, no leito, clínica médica e UTI; já no Hospital Ana Nery atendi as crianças no leito, clínica médica, sala de aula e jovens e adultos que são pacientes renais; fizemos atendimento na Casa de apoio Grupo de Apoio a Criança com Câncer Bahia-GACC, em vistas ao atendimento as crianças e adolescentes; na Casa Lar, Lar Fonte da Fraternidade fiz atendimento a jovens e adultos, além de realizar os atendimentos em domicílios residências.

Todo este caminhar me fez, a cada dia, reconhecer a necessidade de ampliar a minha formação de professora nestes atendimentos que possuem especificidades pedagógicas próprias, procurando desenvolver a minha capacidade de aperfeiçoamento nesta proposta prática de trabalho pedagógico, que foi se moldando ao longo dos tempos.

Há elevada especificidades do atendimento domiciliar, enquanto desafio em ministrar aula em ambientes de residências, Casa-lar, Casa de Apoio; resolvi

¹ APD é o “atendimento educacional que ocorre em ambiente domiciliar, decorrente de problema de saúde que impossibilite o educando de frequentar a escola ou esteja ele em casas de passagem, casa de apoio, casas-lar (sic) e/ou outras estruturas de apoio da sociedade.” (BRASIL, 2002, p. 13)

aprofundar meus estudos neste atendimento que é desafiador, mas que promove muitas realizações profissionais na área de educação. Pude constatar que no ambiente hospitalar temos o apoio dos profissionais que compõem a equipe multidisciplinar tais como: médicos(as) enfermeiros(as) nutricionista, psicólogo(a), assistente social entre outros profissionais. Já no atendimento domiciliar são poucos alunos(as) que possuem o atendimento de *home-care*², onde podemos ter o apoio de uma equipe multidisciplinar. A maioria das vezes, estamos sozinhos(as) profissionalmente como educadores, contando somente com o apoio de familiares, que devido à falta de esclarecimentos e condições de recursos financeiros, fornecem mínimas condições que possam dar apoio.

Esta é uma questão que tem crescente demanda de necessidade porque há crianças, jovens, adultos e idosos, que necessitam de escolarização e que por não possuírem condições de frequentar escolas formais de ensino, lutam por seus direitos via Ministério Público para que possam ter seus anseios e seus direitos sociais de educação escolarizada assegurados pelas políticas públicas.

1.1 ESTUDOS ANTECEDENTES, ENUNCIADO DO PROBLEMA, OBJETIVOS E HIPÓTESE

No levantamento de pesquisa de mestrado realizada por Pacheco (2017, p. 33) foi identificado que em todo o Brasil há somente um total de 208 classes hospitalares e domiciliares. Na pesquisa de mestrado defendida em 2019 por Carvalho, há indicador da implantação de mais três classes, sendo duas no estado da Bahia e uma no estado do Pará. (OLIVEIRA, 2019, p. 62) Portanto, foram identificadas 211 classes hospitalares e domiciliares no Brasil.

Como estudos antecedentes a esta pesquisa e que contribuem para ampliar nossas reflexões, destacamos, ainda, contribuições para estes atendimentos, que partem de pesquisas, *como o de Neves (2016)*, que com a sua tese de doutorado intitulada -

² A Assistência Domiciliar (AD) “é o cuidado que o paciente recebe da equipe Multiprofissional em domicílio. Essa modalidade também é conhecida como *Home Care* e está sendo cada vez mais utilizada pela sociedade, devido aos inúmeros benefícios proporcionados como, por exemplo: atendimento humanizado para o paciente, maior conforto e privacidade para o paciente, diminuição do índice de infecção hospitalar, maior disponibilidade de leitos hospitalares; tranquilidade do paciente em estar em ambiente familiar e perto das pessoas que ama, entre tantos outros”. (MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA OS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DE *HOME CARE* E COOPERATIVAS PRESTADORES DE SERVIÇOS NA ASSISTÊNCIA DOMICILIAR DO DISTRITO FEDERAL, 2019, p. 5)

Classes hospitalares e dispositivos móveis digitais: possíveis ressignificações de práticas educacionais -, realizada na rede municipal de Salvador, que apresenta como contribuição analisar as interações dos professores que lecionam nas classes hospitalares de Salvador-Bahia com os dispositivos móveis digitais e compreender como estas experiências colaboram em seus processos de formação e nas suas práticas educacionais.

Um outro estudo significativo é o de Salla (2017) com a produção de uma dissertação sobre: O Atendimento Pedagógico Domiciliar de alunos que não podem frequentar fisicamente a escola: o caso do Distrito Federal.

A pesquisadora Maito (2013) desenvolveu uma dissertação que trata de contribuições da formação continuada *online* para professores que atuam com escolares em tratamento de saúde. A pesquisa contribui com um curso ofertado sem ônus pela PUCPR para profissionais da educação que atuam em hospitais e domicílios de sete estados do Brasil, também, os estudos de Santos (2020), que produziu uma dissertação tendo como campo empírico de análise a EMHDID, que trata da formação continuada de professores atuantes no atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar. Este estudo aponta como está acontecendo a formação continuada dos (as) professores (as) que atua em ambiente hospitalar e domiciliar na EMHDID, buscando refletir sobre a percepção dos (as) professores(as) neste processo e, as dificuldades que encontram para fortalecer o processo de formação continuada.

Nos aproximamos de estudos de Jesus (2019), que desenvolveu uma dissertação, também na EMHDID de Salvador, tratando das tecnologias móveis e processos educativos; esta produção científica teve como objetivo geral compreender o papel das tecnologias móveis nos processos educativos dos estudantes a partir de suas narrativas, considerando as particularidades contextuais e clínicas inerentes a esse atendimento educacional. Esta é uma investigação de grande relevância para compreendermos as implicações que vivemos hoje com o afastamento social provocado pela pandemia do covid-19 e que faz com que os professores trabalhem com as tecnologias móveis.

Ainda, em estudos antecedentes, cuja referência tomamos para discussão nos capítulos teóricos desta dissertação, destacamos, a produção dissertativa de Nazareth (2012), que teve como objetivo analisar o atendimento escolar hospitalar e domiciliar oferecido pela Secretaria de Educação de Juiz de Fora às crianças e

adolescentes da rede municipal que se encontram hospitalizadas ou impossibilitadas de frequentarem a escola por motivo de doenças.

Outro estudo importante foi de Souza (2014), que apresenta na produção de sua tese a cartografia do exercício docente em sala de integração e recursos e o APD com o uso da tecnologia assistiva. Já Silva (2014), traz no seu estudo a importância dos jogos didáticos na prática pedagógica do(a) professor(a) no ensino de ciências no APD. A dissertação de Machado (2016) traz a experiência da implantação do APD no sertão da Bahia para crianças com paralisia cerebral. O estudo dissertativo de Vieira (2017) traz a contribuição sobre a implementação do APD em Belford Roxo/RJ. Os estados da Bahia e de Rio de Janeiro são referenciais na implantação do trabalho em Atendimento Pedagógico Domiciliar no Brasil.

O estudo dissertativo de Barros (2016) teve como objetivo promover um estudo sobre a saúde da equipe de coordenadoras e professoras do Núcleo de Atendimento Educacional Hospitalar (NAEH) que faz parte do Seduce-GO, diante do enfrentamento e das adversidades decorrentes do atendimento educacional hospitalar e domiciliar. Foi a primeira pesquisa que relatou a preocupação com a saúde dos profissionais que trabalham nestes atendimentos.

Jesus (2017) na sua tese aborda a identidade profissional dos sujeitos que trabalham e dos que estão envolvidos no atendimento desenvolvido pelo Núcleo de Atendimento Educacional Hospitalar (NAEH) do Seduce-GO, considerando a questão de gênero e docência.

O estudo de Silva (2019b) analisou como tem se dado o processo ensino-aprendizagem de Geografia no contexto de classe hospitalar/domiciliar em Goiás, e buscou perceber os principais desafios enfrentados pelos professores que trabalham pedagogicamente nesse contexto.

Barroso (2019) em seu estudo demonstra a importância da articulação do (a) professor(a) que trabalha no APD e do (a) professor(a) que trabalha na sala de aula regular na rede municipal de ensino de Juiz de Fora-MG.

Silva (2019a) desenvolveu uma dissertação que trata de contribuições sobre os vinte anos de atendimento educacional hospitalar e domiciliar no Rio Grande do Norte, considerando as perspectivas históricas e autobiográficas, enquanto um trabalho de excelência sobre os referidos atendimentos. Uma publicação relevante para a área.

A pesquisa de Ganem (2018) aponta as possibilidades e desafios nas ações do APD na cidade de Santos; este foi um trabalho de elevada contribuição sobre o referido atendimento no município.

Oliveira (2021) apresenta uma pesquisa a partir de uma dissertação, onde divulga os desafios e perspectivas para quem acompanha a criança enferma no APD e expõe na pesquisa empírica, relatos emocionantes e contextualizados. A pesquisa de dissertação Ziotti (2021) descreve a atuação docente no APD em Casas de Apoio para alunos em tratamento de saúde; este é um trabalho interessante, que versa sobre este ambiente do domicílio.

Das 21 produções aqui descritas, considerando o depósito no período de 2004 a 2021, cuja referência se encontram identificadas e sistematizadas no quadro 01 – Produções *stricto sensu* defendidas em PPG de universidades públicas e privadas que fazem referência ao APD (Apêndice A), cinco são do estado de São Paulo, cinco do estado de Goiás, três do estado da Bahia, Rio de Janeiro com duas produções; no estado do Paraná identificamos duas produções, sendo 1 (uma) em Juiz de Fora, 1 (uma) no Rio Grande do Sul, 1 (uma) em Tocantins e 1 (uma) no Rio Grande do Norte.

Este conjunto de estudos, quatro teses e dezessete dissertações ampliaram a nossa compreensão para discutir o processo de atendimento pedagógico domiciliar, em vistas a formação de professores(as), considerando que são produções de investigações com enfoques que se aproximam do nosso objeto.

Pudemos constatar, que embora as 21 produções *stricto sensu* identificadas e levantadas exponham em seus títulos o Atendimento Pedagógico Domiciliar, apenas 15 produções trazem reflexões e discutem sobre o referido atendimento, considerando as especificidades pedagógicas. Inclusive, identifiquei que somente a tese de Gianelli (2004), trata do atendimento em Casa-lar. Nenhuma destas produções trata da especificidade da formação de professores para este atendimento especializado no campo educacional.

A maioria das produções se refere ao atendimento em ambiente hospitalar, o que constata que a produção de pesquisas *stricto sensu* sobre o atendimento em ambiente domiciliar ainda é escassa, em relação ao atendimento hospitalar. Na dissertação intitulada - Panorama da Produção Científica sobre Educação Hospitalar em Programas de Pós-Graduação no Brasil do ano de 2019, o pesquisador Pereira, ressalta:

Em vista disso, podemos observar que se trata de uma temática ainda pouco explorada no campo de pesquisa da Educação Hospitalar. Diante de tal cenário, buscamos desenvolver nas pesquisas uma análise que valorizasse os conteúdos particulares dos atendimentos em domicílios. (PEREIRA, 2019, p.102)

O pesquisador registrou a sua dificuldade em analisar trabalhos específicos que tratassem sobre o APD devido à escassez de pesquisas que aprofundem a temática no campo teórico e empírico.

Destacamos, ainda, sobre estudos antecedentes e sobre o objeto nesta investigação, a publicação do livro *Pedagogia Hospitalar: princípios, políticas e práticas de uma educação para todos*, organizado pelos pesquisadores Edicléa Mascarenhas Fernandes, Helio Orrico, Renata Marques Issa; esta obra contribui com textos relevantes sobre a importância de políticas para a formação pedagógica e das políticas sobre este atendimento.

Mesmo reconhecendo trabalhos científicos significativos na área, ainda, existe a ausência por parte do MEC em promover exigências sobre os municípios e estados para implementar uma regulamentação sobre este atendimento, cuja responsabilidade possa ser estabelecida aos sistemas das redes municipais e estaduais de educação, a partir de amparo legal, que já vem instituindo esse tipo de Atendimento Pedagógico Domiciliar; na rede municipal de Salvador esta proposta foi implantada há vinte anos, no mês de outubro de 2001, mas carece de crescimento em função da demanda existente.

A rede pública de ensino municipal, a qual venho fazendo parte como professora, vem sendo pioneira na oferta da intervenção do Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD) no estado da Bahia, a partir do processo de escolarização promovida pela Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce (EMHDID), situada no município de Salvador e tem como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED); esta instituição realiza o atendimento pedagógico aos estudantes³ matriculados ou não⁴ na Rede Municipal de Ensino, sendo estes conside-

³ Nesta pesquisa é reconhecido que há diferenças conceituais entre os termos “aluno”, “aprendiz”, “discente”, “estudante” e “educando”; entretanto, para fluidez textual e consideração na análise empírica da investigação, estas categorias serão consideradas, enquanto sinônimos. O mesmo acontece com as categorias: “professor”, “docente” e “educador”, que são expostas pelos(as) pesquisadores(as).

⁴ Alunos matriculados são considerados, aqueles cuja vinculação dá-se via matrícula pela Secretaria Municipal de Educação (SMED); enquanto, que os não matriculados são atendidos em ambiente

rados permanentes e/ou temporários.

O trabalho educacional, de forte cunho social é realizado por esta escola, caracterizando-se por ser especializado e desenvolvido na residência do aluno, Casa-lar ou Casa de apoio, cujos alunos, não podem participar de aulas regulares e presenciais em escolas comuns⁵, seja por motivo de impedimento de saúde ou estado de adoecimento, deficiência que o impeça de ser incluído ou mesmo, que apresente vulnerabilidade temporal ou permanente.

Para esta especificidade de oferta de escolarização, há uma política social, que nesta pesquisa se fundamenta pelo trabalho dedicado dos professores, a partir de condições limitadoras profissionalmente, que são advindas da formação, e que nos permite reconhecer indicadores de limites e possíveis avanços.

Segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce, está prevista a existência de Classes Hospitalares e Domiciliares no município de Salvador⁶. Este atendimento educacional surgiu a partir de um projeto iniciado em 2001, denominado de *Projeto Vida e Saúde - um desafio integrado*, em parceria com o Hospital Santo Antônio das Obras Sociais Irmã Dulce, gerenciado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (SECULT)⁷. Em 2002 foi iniciado um trabalho em paralelo com o Instituto Criança Viva no Hospital da Criança Martagão Gesteira, Hospital Geral Roberto Santos, Hospital Universitário Edgard Santos, Casa da Criança Erick Loeff, Gacc e a Secretaria Municipal da Educação. (SMED, 2019)

Em razão da ampliação das unidades de atendimento da Classe Hospitalar e Domiciliar, desde 2011, foi realizada uma cessão de convênio com o Programa Criança Viva e do Projeto Vida e Saúde, e a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (SECULT) passou a assumir a administração dessas classes no município de Salvador.

hospitalar, gerando uma ficha de atendimento pedagógico a ser computada e encaminhada à SMED, mensalmente, visando o devido registro do atendimento.

⁵ De acordo com o MEC (2010, p. 9), a “escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas”.

⁶ Denomina-se classe hospitalar “o atendimento pedagógico-educacional que ocorre em ambiente de tratamento de saúde, seja na circunstância de internação, seja na circunstância do atendimento em hospital-semana ou em serviços de atenção integral à saúde mental.” (BRASIL, 2002, p. 13)

⁷ Anteriormente, denominada de Secretaria de Educação.

Por meio da Coordenadoria de Inclusão Educacional e Transversalidade da SMED, buscou-se atender ao que estabelece a “Política Nacional de Inclusão”⁸ para ampliar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os(as) alunos(as) na situação de hospitalização e tratamento de saúde.

De acordo com a legislação vigente, o que vem amparando esse atendimento educacional é a Constituição Federal de 1988, que gerou em 1990, a Lei Federal nº. 8069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente; em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº. 9394, ampliou a política de inclusão social, assim como a Declaração de Salamanca de 1994. Em 1995 saiu a Resolução nº. 41, que versa sobre o direito da criança e adolescente hospitalizados – CONANDA; em seguida, outros marcos legais foram se somando: Resolução nº. 02/2001 do CNE/CEB; Resolução nº. 038/2013 do CME Documento Classe Hospitalar e APD–MEC; Lei Federal nº. 13.716/2018, que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que expõe elementos de como “assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado.”

Em 1º de outubro de 2015 a EMHDID foi criada com o aval do Decreto nº. 23.922 de 14 de maio de 2013. Essa escola se configura com uma proposta de promover o processo de escolarização de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em tratamento de saúde e/ou internamento hospitalar e domiciliar. Seu trabalho educacional se desenvolve em ambientes hospitalares e domiciliares (Casas de Apoio, Casa Lar e Residências).

A proposta pedagógica da EMHDID vem sendo orientada por princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), seguindo, também, ao que preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enquanto documento de caráter normativo que define na educação brasileira, um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens, colocadas

⁸ Esta política de inclusão é de 1988 e encontra-se inserida na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Embora haja um foco mais direcionado para a classe hospitalar, o atendimento pedagógico domiciliar ganhou maior visibilidade, enquanto uma política social a partir de orientações emanadas de um documento da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, publicado em 2002, com o título: Classe Hospitalar e o Atendimento Pedagógico Domiciliar: Estratégias e Orientações.

como essenciais e que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Tal como define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº. 9.394/1996), que dispõe sobre a Educação Escolar, a proposta pedagógica da EMHDID se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias, promovendo determinadas competências, que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo do processo de escolaridade. Com isso, tem-se a possibilidade de oportunizar um processo educativo que assegure o direito à vida e à educação, estimulando a escolarização dos alunos hospitalizados; a proposta é também, voltada para a redução do atraso escolar e, conseqüentemente, a evasão.

Atualmente, a referida escola está organizada administrativamente sob nº. 0561, de acordo com os padrões estabelecidos pela SMED/Salvador (2019). É composta por 1 diretora; 2 vice-diretora; 4 coordenadoras; 35 professores pedagogos; 4 professores especialistas em música; 1 secretária, 3 assistentes administrativos, 1 recepcionista e 1 auxiliar de serviços gerais.

Em vistas a realidade que vem sendo promovida pela EMHDID, pretendemos realizar uma pesquisa para identificação e reconhecimento de processos sistematizados promovidos pela prática do corpo de gestão e parte do corpo docente desta instituição para reconhecer, a partir da realidade concreta, limites e possibilidades, que possam contribuir para a política de formação de professores no estado da Bahia.

A EMHDID é a única unidade escolar vinculada a uma Secretaria Municipal de Educação no Brasil, que promove a escolarização com vínculo de alunos(as) atendidos(as) em domicílios, cuja certificação é expedida via histórico pela SMED. A base de diferenciação para a finalidade e existência dessa unidade escolar na rede Municipal de Salvador, ocorre como um caso pioneiro e único no país, considerando a implantação de uma dada estrutura e gestão pedagógica.

Pretendemos tomar como base teórica para discutir a proposta de uma pedagogia que fortaleça a formação dos professores para esse atendimento de escolarização específico, os estudos da pedagogia histórico-crítica de Saviani, considerando principalmente suas publicações principais (2013, 2018). De acordo com o pensamento desse estudioso da educação, educa-se através de múltiplas

formas, quebrando-se os processos pedagógicos de secularização formal, mas mantendo a especificidade da natureza da educação. (SAVIANI, 2013, p. 97)

Portanto, embasar os estudos de uma proposta para a formação de professores com fundamentos de uma pedagogia crítica, significa a necessidade de se compreender a “clareza dos determinantes sociais da educação, a compreensão que marcam a educação e, conseqüentemente, como o educador deve posicionar-se diante de contradições e desenredar a educação das visões ambíguas [...]”. (SAVIANI, 2013, p. 100)

Sobre a política social que envolve a educação, buscamos aprofundar leituras realizadas no Programa de Políticas Sociais e Cidadania da UCSal, de maneira a estabelecer um lastro de fundamentos críticos para reconhecer os movimentos de contrarreforma que vem historicamente se consolidando no Brasil e desenvolvendo severos entraves a universalidade de políticas públicas. Behring e Boschetti (2011) nos alertam para o tensionamento que vem sofrendo as políticas de proteção social em nosso país. Como professora da rede municipal de educação, reconheço a necessidade de aproximar-me de estudos que permitam a minha compreensão sobre a política social e a difícil coexistência de universalidade num Estado que desenvolve a perversa hegemonia neoliberal.

Tomamos, também, como referência para discussão teórica do objeto, estudos já produzidos por Fonseca (2003), que em suas sistematizações levantou processos e orientações pedagógicas para alicerçar o trabalho docente e forneceu subsídios para a formação de professores, para além da formação universitária que é proposta nos currículos de pedagogia e licenciaturas.

Estudos sistematizados por Maito (2013) expõem possibilidades de formação inicial, tratando do atendimento pedagógico ao escolar em tratamento de saúde domiciliar.

Como referência de dados históricos da EMHDID, recuperamos um estudo antecedente, produzido na forma de dissertação por Alencar (2017), cuja pesquisa desenvolveu um percurso que trata da formação docente hospitalar e domiciliar, considerando uma sistematização de pesquisa produzida entre o ano de 2013 e 2014.

Sobre fundamentos de políticas públicas de Educação Inclusiva, que regulamentam e fundamentam as Classes/Escolas Hospitalares do Brasil e que fazem interface com as propostas de formação continuada e inicial dos docentes,

especificamente os da rede pública de ensino, que atuam no atendimento pedagógico hospitalar, iremos nos fundamentar em estudos desenvolvidos por Oliveira (2019).

Considerando a necessidade de situar o objeto de investigação neste contexto de estudos antecedentes, mas que alicerçam nosso ponto de partida, apontamos **questões** que delimitaram o campo teórico e empírico da investigação proposta e que nos permitiu conduzir a pesquisa de maneira a conceber um processo lógico dialético⁹.

- O que vem apontando a trajetória da luta da Associação Nacional de Formação de Professores sobre os desafios de uma política no Brasil para a formação de professores?
- O que aponta o marco legal sobre os desafios de uma proposta de formação de professores para responder a intervenção social do Atendimento Pedagógico Domiciliar no processo de escolarização?
- De que maneira vem se concretizando a gestão e a intervenção pedagógica do Atendimento Pedagógico Domiciliar, em vistas ao processo de escolarização promovido pela EMHDID em Salvador, considerando o período de 2012 a 2020?
- Que indicadores de gestão e de intervenção pedagógica vêm sendo alcançados pelo processo de escolarização desenvolvido por professoras que trabalham com Atendimento Pedagógico Domiciliar na EMHDID em Salvador, considerando uma investigação no período de 2012 a 2020?
- Que fundamentos de gestão e de práticas pedagógicas, podem ser considerados a partir da formação de professoras que trabalham no Atendimento Pedagógico Domiciliar do processo de escolarização na EMHDID em Salvador, em vistas ao período de 2012 a 2020?
- Qual a contribuição que o trabalho de gestão e intervenção pedagógica desenvolvidos no Atendimento Pedagógico Domiciliar do processo de escolarização na EMHDID em Salvador no período de 2012 a 2020 pode apontar para a formação de professores no estado da Bahia?
- Que possibilidades e desafios pedagógicos podem ser identificados para atender ao processo de formação humana, considerando as contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica no fortalecimento da formação continuada das professoras para responder ao atendimento pedagógico domiciliar da EMHDID?

⁹ A lógica dialética que pautamos para atender a investigação proposta, tomou como ponto de partida para desenvolver o processo de análise, categorias do materialismo dialético, que fornece o desenvolvimento e a compreensão da matéria, consciência e prática social. (TRIVIÑOS, 2013, p. 55)

Estas questões que norteiam o processo de investigação do objeto, geraram a seguinte **pergunta central**: Considerando o Atendimento Pedagógico Domiciliar e hospitalar que promove um processo de escolarização pela EMHDID no município de Salvador, em vistas ao período de 2012 a 2020, quais os indicadores de realidade do marco da política de formação de professores, da prática pedagógica, da estrutura do Projeto Político Pedagógico, de gestão e que contribuições podem ser incorporadas a partir da Pedagogia Histórico-Crítica para ampliar avanços no processo da formação continuada das professoras que promovem a formação humana¹⁰?

Como **objetivo geral** a ser alcançado, pretendemos identificar a partir do Atendimento Pedagógico Domiciliar e Hospitalar, o que caracteriza o processo de escolarização na EMHDID do município de Salvador, em vistas ao período de 2012 a 2020, considerando indicadores de realidade do marco da política de formação de professores, da prática pedagógica, da estrutura do Projeto Político Pedagógico, de gestão e levantar contribuições de fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica que possam promover avanços no processo de formação das professoras em vista ao fortalecimento do trabalho de formação humana.

Para atingir o alcance deste objetivo, traçamos os seguintes **objetivos específicos**:

- Identificar na trajetória de luta da Associação Nacional de Formação de Professores, os desafios da formação de professores para reconhecer possibilidades de fortalecimento do trabalho no Atendimento Pedagógico Domiciliar na EMHDID de Salvador.
- Reconhecer de forma sistematizada, o que aponta o marco legal das políticas educacionais brasileira e da SMED sobre os desafios de uma proposta de formação de professores para responder a intervenção social do Atendimento Pedagógico Domiciliar no processo de escolarização.

¹⁰ Compreendemos a formação humana no processo de escolarização da EMHDID, considerando o que o pesquisador Duarte (2013) ressalta, quando explica a relação com o desenvolvimento histórico-social do gênero humano, que objetiva a formação dos indivíduos, enquanto, complexos processos que se efetivam, dentre outros fatores, por meio da objetivação do trabalho pedagógico da escola. Portanto, diz o pesquisador: “Compreender dessa forma o processo de autoformação do gênero humano comporta um determinado método para se responder à pergunta: O que é o ser humano?” A partir desta pergunta, destacamos nesta investigação a necessidade de considerar o processo de formação humana que vem sendo promovido na EMHDID e que desenvolve especificidades pedagógicas e de gestão, por ser uma proposta que se objetiva no atendimento pedagógico domiciliar e hospitalar na educação básica e para a EJA, mas que exige formação continuada do corpo docente, dada as circunstâncias específicas do trabalho pedagógico.

- Levantar indicadores sistematizados do Projeto Político Pedagógico, do perfil dos professores, da prática pedagógica e de gestão, considerando o processo de escolarização desenvolvido no Atendimento Pedagógico Domiciliar na EMHDID em Salvador, considerando uma investigação no período de 2012 a 2020.
- Levantar fundamentos que podem ser incorporados nas práticas pedagógicas do Atendimento Pedagógico Domiciliar na EMHDID em Salvador, a partir da Pedagogia Histórico-Crítica para desenvolver avanços no processo de formação humana.

A partir de indicadores críticos da realidade, levantados pela investigação do Atendimento Pedagógico Domiciliar e Hospitalar e do processo de gestão da EMHDID promovido no município de Salvador, reconhecemos, enquanto pressuposto que alimenta a **hipótese investigativa**, que o trabalho pedagógico do exercício diário de gestão e de docência desenvolvida pelas professoras no Atendimento Pedagógico Domiciliar e Hospitalar da Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce, em vista ao período de 2012 a 2020, depara-se com indicadores contraditórios que acentuam entraves oriundos da necessidade de uma política pública específica com enfoque na formação de professores(as), tendo em vista a realidade do atendimento de ensino; mediante as possibilidades de avanços indicadas pela ANFOPE e pela incorporação de fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica, apontamos indicadores de contribuições para superação dos desafios, de modo a ampliar a capacidade dos processos do trabalho pedagógico, que envolvem o caráter da formação humana, que vêm se sendo desenvolvidos a partir dos processos de escolarização de crianças, jovens e adultos pelo Atendimento Pedagógico Domiciliar.

Destarte, mediante a investigação proposta, cujos desafios se situam em especificidades que não vêm sendo tratadas na formação de professores em cursos de graduação, reconhecemos nesta pesquisa a necessidade de promover uma contribuição que possa ampliar as possibilidades de formação de professores e em processos de gestão da EMHDID em Salvador, traçando uma investigação, que promove um caminho dialético do concreto para o abstrato, frente a realidade contraditória que se apresenta o objeto dessa pesquisa.

Nesse sentido, a proposta de investigação parte da realidade concreta, porque abstrai elementos de uma dada realidade instituída pela prática de professoras que trabalham na EMHDID em Salvador; toda posição de totalidade, que assumimos nesta pesquisa, abarca a realidade possível de ser verificada sobre um objeto investigado, o que nos permitiu compreender em suas mais íntimas leis, as

determinações deste fenômeno, assim como as suas conexões internas, que foram necessárias serem identificadas e analisadas.

1.2 O CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Considerando a necessidade de captura e tratamento do objeto de investigação, optamos por realizar um estudo de caso do tipo “histórico-organizacional”, envolvendo uma “análise situacional”, que segundo Triviños (2013, p. 136), permite conhecer com profundidade os diversos meandros, que circunstancialmente, envolvem as relações que trava o objeto com a realidade concreta em que está inserido. Partimos do conhecimento já desenvolvido em estudos antecedentes e do que existe sobre a instituição EMHDID, cujos dados e informações alicerçaram o campo empírico da investigação proposta.

As categorias da dialética que dão movimento ao pensamento científico nesta pesquisa, tomam como referência a realidade concreta, suas contradições e as possibilidades de avanços com indicadores de superação.

Nos referendamos na categoria realidade concreta, enquanto um princípio da investigação dialética de um objeto situado numa realidade social, que por ser um ponto de vista inserido na totalidade concreta, segundo Kosik (1995, p. 49) significa, que antes de tudo é um fenômeno que pode ser compreendido como momento do todo. O que este filósofo quer afirmar é que: “Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo.” Portanto, partimos da concepção de que fatos isolados são abstrações e que somente adquirem concreticidade e verdade, quando estão inseridos num todo correspondente.

Para atender o desafio filosófico proposto nesta investigação, desenvolvemos um campo empírico com triangulação metodológica, cujo processo incorpora uma análise de conteúdo de falas e uma investigação documental, que amplia as possibilidades de estabelecer amplas relações e nexos fundamentais para a realidade tratado sobre o objeto de investigação.

Tratamos da categoria da dialética – contradição -, por reconhecer, a partir da referência de Cheptulin (2004, p. 289), que a “contradição é a unidade dos contrários e a luta de contrários que se excluem e se supõem mutuamente.” Para este filósofo, “o conhecimento choca-se em seu desenvolvimento, com a necessidade de descobrir as contradições, os aspectos e as tendências contrários próprios de todas as coisas

e fenômenos da realidade objetiva”. Há transformações de sentidos opostos, cuja interação constitui aspectos contraditórios, que se colocam em luta permanente no contexto da realidade do objeto que está sendo pesquisado.

A categoria “possibilidades”, enquanto estado ou propriedades, se realiza na realidade, não de maneira aleatória, mas em condições determinadas, enquanto fatores necessários e concretos para se transformar em uma outra realidade. Segundo Kosik (1995, p. 28): “O homem só conhece a realidade na medida em que ele *cria a realidade* humana e se comporta antes de tudo como ser prático.” A realidade para este filósofo é, “portanto, concebida como um todo indivisível de entidades e significado, e é implicitamente compreendida em unidade de juízo de constatação e de valor.” (KOSIK, 1995, p. 30)

Por estar definida a investigação em um processo de natureza de coleta de materiais (dados e informações) no âmbito de abrangência mais qualitativa, caminhamos por realizar análises não isoladas; para tanto, buscamos abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto, considerando a necessidade de manter o foco do estudo; portanto, partimos do reconhecimento de que é impossível conceber a existência isolada do fenômeno social de formação de professores, sem conceber raízes históricas de movimentos de políticas de formação, cuja luta de movimento organizados está comprometida com os interesses da classe trabalhadora e a escola pública.

Buscamos identificar significados culturais e vinculações essenciais da macrorrealidade social, que se apresenta o objeto de investigação, enquanto campo empírico proveniente da Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce, que se encontra localizada na Av. Amaralina, n°. 16, do município do Salvador do estado da Bahia, assim como levantamos o marco legal que orienta o Atendimento Pedagógico Domiciliar a partir do sistema educacional brasileiro e da Secretaria de Educação do município de Salvador (SMED).

Para desenvolver o estudo de caso, via “técnica da triangulação”, enquanto pesquisa qualitativa, tomamos as referências de Triviños (2013), Minayo (2005), Minayo, Assis e Souza (2006)¹¹, que orientam para essa proposta de pesquisa, num

¹¹ O estudo de referência para adotar o processo metodológico partiu de uma proposta de referência sobre uma pesquisa que trata da Avaliação por Triangulação de Métodos e abordagens de programas sociais, desenvolvida por uma equipe de pesquisadores do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli da Escola Nacional de Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz (Claves/Ensp/Fiocruz). Esta abordagem que parte de uma pesquisa já realizada,

processo dinâmico, que contextualiza os dados e informações para traçar um caminho e uma orientação teórica a partir de um processo de triangulação dos dados e informações. (Figura 01)

Tomamos como campo da empiria, subsídios legais instituídos pelas políticas educacionais brasileira e da SMED, assim como dados e informações provenientes da EMHDID, considerando a sua organização pedagógica, que envolve o trabalho de uma (1) uma gestora, (2) duas vices-gestoras, quatro (4) coordenadoras e dez (10) professoras que trabalham pedagogicamente em determinados espaços sociais ligados e essa instituição, considerando uma análise do período de 2012 a 2020.

Este projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da UCSal e passou pelo processo de construção e aprovação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para que questionários e roteiro da entrevista, fossem analisados e avaliados. Foi necessário constar no projeto de pesquisa a inserção de uma psicóloga, cuja declaração em anexo, expressa comprometimento em prestar suporte psicológico à pesquisa, em caso de necessidade (Apêndice E). Também, a pesquisa teve autorização da Secretária Municipal de Educação, desde dezembro de 2020, cujo documento encontra-se no apêndice D.

Para atender a essa proposta, seguimos as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual do CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa). Nosso projeto de pesquisa foi aprovado sob o número do parecer: 4.623.914 no dia 31 de março de 2021; mediante a aprovação do projeto pelo CONEP, iniciamos o processo de envio dos questionários aos professores pelo *google form* via *e-mail* no dia 05 de abril de 2021 e realizamos as entrevistas via plataforma *google meet* combinando com cada participante a data e o dia mais adequado para atender ao procedimento investigativo.

Para atender ao processo de investigação na EMHDID de Salvador, promovemos 1. entrevista semiestruturada realizada via plataforma do *Google Mett*, envolvendo a participação de dez professoras com vínculo no Atendimento Pedagógico Domiciliar de dezenove domicílios espalhados na cidade do Salvador, três Casas Lar e duas Casas de Apoio deste mesmo município, assim como, foi aplicado um instrumento de questionário produzido na ferramenta do Formulário

teve o processo de análise à disposição da comunidade científica da área social e da saúde, considerando a sistematização e compartilhamento de conhecimento interdisciplinar em metodologia de pesquisa, em 2006.

Google Form para levantar dados e informações de uma (1) gestora, duas (2) vice-gestoras e quatro (4) coordenadoras e dez professoras da Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar irmã Dulce; estes questionários foram enviados pela caixa de *e-mail*, que está incorporado nesta plataforma deste o dia 5 de abril de 2021; os questionários foram devolvidos no mesmo sistema da Plataforma *Google Form*, num prazo máximo de uma semana e ficam arquivados automaticamente no Drive do Google, via conta acadêmica da pesquisadora.

Com estes três procedimentos investigativos, buscamos ampliar o processo de análise a partir de elementos sistematizados e descritos pelos participantes da pesquisa, considerando o enfoque de atividades orientadas pela Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce, cuja análise estabelece nexos e relações com as determinações históricas, socioeconômicas e culturais.

A pesquisa favoreceu a aproximação entre os sujeitos pesquisados e a pesquisadora, visto que está é parte da empiria; a mesma manteve sempre o rigor científico no envio dos questionários e na abordagem desenvolvida na entrevista, mantendo os princípios da honestidade, confiabilidade, objetividade, imparcialidade, cuidado, respeito, veracidade e responsabilidade.

Portanto, aplicamos a técnica de triangulação, considerando o processo de definição dos instrumentos de coleta de dados e assim, pudemos identificar e analisar processos e produtos centrados fora e nos sujeitos da investigação, mediante nexos e relações necessárias. Partimos do reconhecimento de que os sujeitos investigados possuem incumbências de desempenho originários de suas inserções práticas de trabalho, que são determinadas direta e indiretamente pela condição histórica que é instituída pela estrutura socioeconômica e cultural que se encontram inseridos.

Os procedimentos investigativos definidos para a investigação buscaram realizar um intercruzamento por se movimentarem num processo inicialmente analítico, enquanto aporte para alicerçar um processo de análise dialético.

Em síntese, o primeiro princípio organizador de procedimentos de investigação, partiu da construção dos seguintes instrumentos:

- a) Questionário semiestruturado, aplicado a dez professoras que estão vinculados ao APD de vinte domicílios localizados na cidade do Salvador e três Casas Lar; e uma Casa de apoio.
- b) Questionário semiestruturado aplicado a uma gestora, duas vices-gestoras;

- c) Questionário semiestruturado aplicado as coordenadoras da Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar irmã Dulce;
- d) Entrevista estruturada individual aplicada à dez professoras que estão vinculadas ao APD de vinte domicílios localizados na cidade do Salvador, três Casas de apoio e duas Casas Lar.

O segundo princípio requereu promover:




- e) Levantamento do marco legal que orienta o Atendimento Pedagógico Domiciliar nas políticas educacionais do Brasil;
- f) Levantamento do Projeto Pedagógico da Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce, que se encontra vigente.

Quanto a preparação dos instrumentos de entrevistas e questionários, nos apoiamos em Gaskell (2000), assim como, para atender ao processo de transcrição das entrevistas individuais. Portanto, optamos por investigar com base nas palavras escritas e faladas sem incluir as características paralinguísticas, adotando os seguintes procedimentos:

- Cada participante da pesquisa, recebeu um código numérico para garantir o anonimato;
- Todas as palavras foram transcritas na íntegra para a digitação textual, no caso da aplicação das entrevistas;
- Nomes mencionados pelos participantes da pesquisa (entrevista e questionário) sobre os alunos, foram registrados nos textos desta dissertação somente com suas iniciais para assegurar anonimato.

Para atender a uma exposição didática do processo de investigação, considerando a base empírica da pesquisa, expomos uma demonstração do processo tríptico de triangulação de coleta de dados e informações levantados e analisados.

Figura 01 – Enfoque tríplice de processos em movimento de triangulação a partir das fontes empíricas para atender a investigação e análise do objeto*

PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE		
Elementos empíricos centrados nos sujeitos da pesquisa	Elementos empíricos produzidos pelo meio e participantes da pesquisa	Estrutura socioeconômica e cultural do macroorganismo social que determina a instituição e o objeto em movimento
<p>Levantamento da percepção dos profissionais (registros documentados pelos profissionais de educação vinculados a EMHDID).</p> <p>Análise de conteúdo</p>  <ol style="list-style-type: none"> 1. Questionário semiestruturado, aplicado a dez professoras que estão vinculados ao APD de vinte domicílios espalhados na cidade do Salvador e três Casas Lar. 2. Questionário semiestruturado aplicado a uma gestora, duas vices-gestoras. 3. Questionário semiestruturado aplicado a três coordenadoras da Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar irmã Dulce. 4. Entrevista estruturada individual aplicada à dez professoras que estão vinculadas ao APD de vinte domicílios localizados na cidade do Salvador, três Casas de apoio e duas Casas Lar. 	<p>Análise documental</p>  <ol style="list-style-type: none"> 1. Marco legal; 2. Projeto Pedagógico da Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce; 	<p>Realidade histórica, socioeconômica e cultural em que se insere o objeto.</p> <p>Processos de sistematização</p>  <p>Fundamentos de base sistematizados a partir de livros, artigos científicos, dissertações e teses, considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Política social e formação de professores; - Políticas públicas e sociais no marco legal; - Pedagogia Histórico-crítica e as possibilidades de desafios no Atendimento Pedagógico Domiciliar.

(*) Figura elaborada pela pesquisadora a partir de subsídios teórico-metodológicos de Triviños (2013 p. 140) e Minayo, Assis e Souza (2006).

O processo exposto nesta figura 1, permite identificar a lógica da investigação, considerando o processo de triangulação que envolveu a análise que passamos a explicar na próxima seção.

1.3 PROCESSO DE ANÁLISE DESENVOLVIDO NA INVESTIGAÇÃO E SUA EXPOSIÇÃO

A partir do levantamento do marco legal e do Projeto Político Pedagógico da Escola Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce, foi realizado uma análise documental descritiva para reconhecimento das bases que vêm instituindo as condições de oferta

do marco legal das políticas públicas e sociais que estão focadas em propostas que amparam e orientam o Atendimento Pedagógico Domiciliar em Salvador e para o Estado brasileiro. O esforço de síntese desta proposta, encontra-se sistematizado no capítulo três dessa dissertação.

Para desenvolver o processo de análise de conteúdo das transcrições provenientes das entrevistas, levamos em consideração como primeiro passo, uma avaliação da qualidade da clareza dos registros dos materiais levantados e produzidos; em seguida, foram revisados os registros das transcrições para verificar se faltavam dados e informações importantes, assim como, se o material atendia a proposta da pesquisa, considerando a necessidade de verificação das condições que dão base suficiente para sugerir resultados significativos para atender o aporte qualitativo do objetivo da pesquisa.

Para sistematizar dados e informações dos questionários aplicados na plataforma do *Google Form*, inicialmente, foi realizada uma caracterização analítica, descritiva, que passou a ser apresentada em gráficos e comentários no capítulo 5 do texto dissertativo.

O conteúdo extraído, exigiu o esforço de compreensão, gerado pela interpretação de sentidos, que caracterizou um caminho de análise de significados, cuja base vem sendo tratada pelas correntes compreensivas das ciências sociais; estas abrangem três momentos para atender ao processo de tratamento de dados: descrição, análise e interpretação; estes momentos não foram tratados de maneira estanque, pois se interpenetraram num processo dialético.

Na descrição das falas das entrevistas e questionários, buscamos desenvolver o máximo de fidelidade aos fatos narrados, cujos conteúdos foram destacados em quadros para atender ao processo de análise.

No processo, propriamente dito de análise, procuramos realizar um caminho sistemático alinhado a localizadores-chave explícitos nos depoimentos (questionários e entrevistas). Esse processo analítico de análise produziu a decomposição de um conjunto de dados e informações, que geraram relações entre as falas transcritas e registradas digitalmente pelo *Google Form*, considerando os questionários aplicados; atende, também ao roteiro de entrevistas realizadas na Plataforma do *Google Meet*. Os localizadores-chave se apresentam nos instrumentos de pesquisa, conforme o quadro abaixo:

Figura 02 – Quadro de localizadores-chave dos instrumentos de pesquisa (condutores do processo de análise de conteúdo)

Questionário aplicado as Gestoras	Questionário aplicado as Coordenadoras	Questionário aplicado as professoras	Entrevista aplicada as professoras
Atendimento Pedagógico Domiciliar (formação de professores)	Atendimento Pedagógico Domiciliar (formação de professores)	Atendimento Pedagógico Domiciliar (formação de professores)	Atendimento Pedagógico Domiciliar (formação de professores)
Otimização do Tempo Pedagógico (formação de professores)	Otimização do Tempo Pedagógico (formação de professores)	Otimização do Tempo Pedagógico (formação de professores)	Otimização do tempo pedagógico (formação de professores)
Teoria pedagógica	Teoria Pedagógica	Teoria pedagógica	Realização profissional (formação de professores)
Gestão do Núcleo	Canais para reuniões de formação de professores	Canais para reunião de formação de professores	Condição de pandemia
	Coordenação pedagógica	Formação de professores	Formação de professores
		Processo pedagógico de ensino e aprendizagem	
		Material didático	

(*) Figura elaborada pela pesquisadora a partir de subsídios teórico-metodológicos de Minayo, Assis e Souza (2006).

A interpretação foi realizada a partir de elementos extraídos de análises textuais para estabelecer o sentido das falas transcritas (questionários) e digitalizadas (entrevistas), visando ultrapassar a mera descrição para atingir a compreensão e a explicação numa proposição dialética, a partir da lógica interna que as falas estabeleceram no conjunto. Neste processo da prática desenvolvida de interpretação partimos da inferência, que segundo Bardin (2011), diz respeito ao exercício de ultrapassar o nível de descrição das falas e se chegar à interpretação do que realmente pode-se considerar essencial e significativo para atender a problemática proposta pela pesquisa.

A interpretação do conteúdo das falas exigiu o desenvolvimento de três etapas:

- Um processo de impregnação do material transcrito a partir das falas das professoras, coordenadoras e gestoras participantes da EMHDID de Salvador. Neste material, ancoramos a leitura do material em conceitos e referenciais teóricos tratados nos capítulos, enquanto fundamentos que orientaram o olhar e a percepção sobre os dados para uma leitura mais profunda;
- Realizamos um processo de levantamento das principais ideias para a construção de inferências que foram destacadas, via análise categorial e temática, a partir e exposição em quadros.
- Desenvolvemos um momento que consideramos o ápice da interpretação propriamente dita, quando buscamos estabelecer com um sentido mais amplo, proposições que estão subjacentes às principais ideias levantadas nas falas transcritas. Ou seja, para atender a análise categorial, realizamos o esforço da

“interpretação da interpretação” para apurar o essencial e assim, poder caminhar para o processo de síntese. Essa etapa exigiu o esforço amplo de compreensão para levantar possíveis significados das falas transcritas, buscando superar os conflitos emergentes do processo que subjaz a interpretação.

Para atingir a construção de uma síntese potencializada pelas falas e chegar as considerações finais, foi necessário considerar: a) a dimensão teórica tratada nos capítulos de fundamentação; b) as questões norteadoras da pesquisa, a questão central; e) os objetivos; f) o pressuposto hipotético da investigação; g) os dados e informações empíricas tratadas pelo processo de análise documental e de conteúdo que sofreram o processo de triangulação, conforme foi descrito neste processo de análise da pesquisa.

2 BASE HISTÓRICA E POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL E OS DESAFIOS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Este capítulo levanta fundamentos históricos da política de formação de professores no Brasil, resgatando inicialmente a trajetória da luta da Associação Nacional de Formação de professores (ANFOPE), a partir de elementos que caracterizam as contradições da política social brasileira que sustenta a formação de professores e fornecem subsídios para compreender as exigências para os professores(as) poderem atuar no Atendimento Pedagógico Domiciliar, frente ao Projeto da Lei Municipal No. 64/2016.

2.1 HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: TRAJETÓRIA DE LUTA DA ANFOPE

Na seção inicial deste capítulo, recuperamos a base histórica da formação de professores para expressar o quanto vem sendo fundamental discutir o papel que desempenha políticas de formação de professores e o que significa a luta pela preservação desta formação com qualidade em nosso país.

O artigo intitulado - História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos, publicado por Saviani (2005) inicia com citações que destacam relatos tratados por Duarte (1986), cujos fatos históricos relatam que Comenius, no século XVII percebeu a necessidade da formação docente; o primeiro estabelecimento de ensino foi destinado a formação de professores, teria sido instituído por São João Batista de La Salle em 1684, em Remis com o nome de “Seminário dos Mestres”.

Seguindo este histórico, há o indicador de que foi em Paris, em 1794, que surgiu a primeira instituição com o nome de Escola Normal; após este momento foi criada a distinção entre Escola Normal Superior para formar professores(as) de nível secundário e a Escola Normal Primária para preparar os(as) professores(as) do ensino primário. Assim, a França, Inglaterra, Itália e a Alemanha, instalaram ao longo do século XIX suas escolas normais de preparação de professores.

No Brasil, após a independência do Brasil foi organizada a primeira lei geral relativa ao ensino primário, Lei das Escolas de Primeiras Letras, aprovada em 15 de outubro de 1827, seguindo o método do ensino mútuo (*lancasteriano*). Depois da descentralização em 1823, foi aprovado em 1834 o Ensino Elementar, que ficou sob responsabilidade das províncias. A província do Rio de Janeiro instala em Niterói,

instituiu a sua primeira escola Normal no Brasil em 4 de abril de 1835; muito simples, apenas com um diretor que era professor e com um currículo elementar; esta proposta ocorreu em um período de criação de escolas e fechamento das mesmas, que correspondeu o período de 1849 até 1870. (TANURI apud SAVIANI, 2005)

Como destaque ao processo histórico desenvolvido por Saviani (2005, p.13 - 14). Este esclarece que ocorreu uma reforma da Escola Normal do Estado de São Paulo em 1980 em 12 de março, onde se reformulou o plano de estudos do Ensino Normal com enfoque na prática de ensino dos alunos. Foi incorporado à proposta: instrução cívica, leitura, exercício de análise, aritmética, exercícios de redação, canto coral, ginástica com marchas escolares e exercícios militares, trabalhos manuais mas não tinha preocupação com uma formação teórica sistemática. Esta reforma foi referência para outros estados do país e outros professores eram enviados para São Paulo para observar e estagiar.

Saviani (2005, p.15 - 16) relata que foi na década de 1920, que aconteceu um processo amplo de organização do campo educacional e a profissionalização da atividade dos/as educadores/as, onde realizou-se um movimento para corrigir o currículo e oferecer um ensino de humanidades e ciências de caráter mais significativo à formação de professores(as); esta proposta deu ênfase as bases teóricas e em 1932 Anísio Teixeira promoveu uma reforma no ensino do Distrito Federal; em 1933 Fernando de Azevedo realizou uma reforma no ensino de São Paulo, inspirados no movimento renovador, que concebeu a formação pedagógica em bases científicas.

Anísio Teixeira na época, traçou um programa com três modalidades de curso: cursos de fundamentos profissionais, cursos específicos de conteúdo profissional, cursos de integração profissional com uma estrutura que envolvia desde o jardim da infância, escola primária, secundária e a prática dos professores. (SAVIANI, 2005, p17.)

Saviani (2005, p.17) cita que em 1935, foi criada também por Anísio Teixeira a Universidade do Distrito Federal e a Escola de Professores foi inaugurada com o nome de Escola de Educação em 1934, criada na Universidade de São Paulo. Em 2 de abril de 1946 com a aprovação da lei 8.530, aprovou-se a Lei Orgânica do Ensino Normal, com uma estrutura em ciclos. Com o golpe militar de 1964 houve uma descaracterização do modelo da Escola Normal, alterando-se o ensino para primeiro grau e segundo grau; com essa medida, surgiu a habilitação específica para o

Magistério a partir do Parecer n. 45/72 (BRASIL, MEC-CFE-1972), que gerou uma dispersão na formação docente no Brasil.

Com a aprovação da Lei n.º. 5692/71, a formação de professores em nível superior ficou voltada à licenciatura curta com três anos de duração e a licenciatura plena com 4 anos de duração. Em 1980, criou-se várias iniciativas para organizar os cursos de formação de professores e com a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988 foram contempladas diversas reivindicações dos profissionais da educação. Esta proposta somente foi possível se assegurar devido a elaboração das Diretrizes Nacionais da Educação Nacional a partir da Lei n 9394/96.

O artigo 62 da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) definiu que a formação dos docentes para atuar na educação básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio tinha como exigência a formação em nível superior. Houve uma falha na elaboração desse artigo, que se admitia como formação mínima o nível médio sem estabelecimento de prazo. (SAVIANI, 2005, p.22)

Com a Disposição Transitória se fixou um prazo de dez anos para a regra valer plenamente. O artigo 63 da LDB dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação, que deveriam manter os cursos formadores de profissionais da educação básica. Este dispositivo legal, contraditoriamente, permitiu a formação através dos Institutos Superiores de Educação, o que representou um risco de nivelamento por baixo para a formação.

Neste contexto é fundamental reconhecer elementos que caracterizam o panorama brasileiro que vivenciamos neste século, que se encontra marcado por uma crise do capital, que vem promovendo ameaças à democracia do Estado brasileiro com a retirada de direitos da classe trabalhadora e mais especificamente dos/as trabalhadores(as) da educação, assim como a redução de recursos destinados à educação, saúde e assistência social. Esta realidade vem impactando na qualidade da educação básica e superior, exigindo uma mobilização da sociedade e dos movimentos sociais em defesa da educação pública.

Frente a essa realidade, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), criada em 1980 vem travando forte luta pelas políticas de formação e valorização profissional dos trabalhadores(as) da educação, contra as ameaças que visam destruir a democracia e o Estado de Direito e se coloca em favor da preservação das conquistas asseguradas pela Constituição Federal.

A luta vem sendo associada aos movimentos sociais organizados, entidades científicas, profissionais da educação e estudantes, que se colocam ao lado dos setores progressistas, que defendem a democracia e dizem “não” ao corte de gastos que comprometem os direitos e princípios constitucionais e as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE), que se encontra em transcurso (2014 a 2024).

A ANFOPE originária do movimento de educadores na década de 1970, celebrou 41 anos de luta para “[...] fazer avançar o conhecimento no campo da formação e da valorização dos profissionais da Educação, por meio da mobilização de pessoas, de entidades e de instituições, dedicadas a essa finalidade”¹².

Desde a aprovação da Lei nº 9.394/96 que é consoante com as políticas neoliberais desenvolvidas no Brasil, que não contemplam os anseios da grande parte dos(as) educadores(as), a ANFOPE vem defendendo uma bandeira de luta contra os ataques a formação dos(as) professores(as) e contra o aligeiramento da formação.

A aprovação da LDB, em dezembro de 1996, e as propostas que informam a atual política educacional do MEC exigem o enfrentamento de questões polêmicas no interior do movimento, cobram a firmeza na defesa intransigente da base comum nacional e desafiam nossa ousadia para propor alternativas inovadoras, que se contraponham às propostas de aligeiramento e rebaixamento da formação e ao mesmo tempo signifiquem ruptura com o modelo atual das estruturas de formação dos profissionais da educação - Pedagogia e demais Licenciaturas -, em nosso país. (ANFOPE, 1998, p. 7- 8)

A Associação sempre participou da discussão e elaboração de documentos importantes tais como: Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, LDB/1996, Lei n.10.172/2001. Participando de forma questionadora e propositiva nas discussões nacionais na Comissão de Especialistas de Pedagogia e no GT Tarefa trazendo contribuições muito significativas para o processo de discussão e elaboração das diretrizes curriculares enfrentando a posição do MEC.

Ao longo da década 2000 a ANFOPE propôs uma série de ações conjuntas com segmentos sociais e entidades a construção coletiva de um projeto de formação dos profissionais de educação com o objetivo de intervir nas políticas educacionais. Estes documentos fortaleceram a defesa da formação e de construção da Base

¹² Este documento foi produzido a partir de subsídios das discussões realizadas pela ANFOPE no XVIII Encontro Nacional - Políticas de Formação e Valorização da Educação: Conjuntura Nacional Avanços e Retrocessos, realizado em dezembro de 2016.

Comum Nacional. Neste momento surgiu a criação dos Institutos Superiores de Educação e os Cursos Normais Superiores.

Foi sinalizado que era necessário manter uma formação aliada a pesquisa e a investigação não somente trabalhando questões conteudistas e reduzindo o profissional a um “prático”. O objetivo é superar essas propostas que aligeiram e minimizam a formação docente.

As bandeiras de luta foram: inexistência do piso salarial, o não estabelecimento de uma jornada única, precárias condições de trabalho e das escolas públicas. Os resultados são revelados nos exames nacionais para a educação básica. É necessário o investimento na formação dos(as) educadores(as) e não somente nivelamento em ranking.

Em sua trajetória de luta nas quatro décadas existentes, a ANFOPE tem assumido o posicionamento de defender a escola pública, laica, gratuita e inclusiva em todos os níveis e modalidades para todos(as) e de qualidade referenciada. Mas esta luta está situada numa conjuntura nacional, que vem sendo assinalada.

O Estado e a sociedade brasileira vivem uma grande crise política e econômica com impactos negativos na educação em todos os níveis e modalidades de ensino, que, além de representar um amplo retrocesso cultural, político e educacional, ameaça os direitos sociais e civis, a cidadania e a própria democracia no Brasil. (ANFOPE, 2016 p. 20)

A crise política e econômica que atravessava o país promoveu circunstâncias avassaladoras ao processo de formação de professores. Esta realidade foi agravada com a queda da presidenta do Brasil.

Devido ao golpe de 2016 contra a Presidente Dilma Rousseff com o apoio da mídia televisiva, que gerou um golpe parlamentar apoiado por segmentos do Judiciário, Câmara Senado Federal e setores do empresariado nacional. Com uma democracia tão jovem sofremos o duro golpe do neoliberalismo com o comando do governo sucessivamente em três eleições. (ANFOPE, 2016, p. 20)

Com a eleição do Partido dos Trabalhadores em 2002, ocupando o mandato em quatro eleições consecutivas mesmo com as reformas sociais e econômicas que foram implementadas e beneficiaram milhões de brasileiros(as) em extrema situação de vulnerabilidade social, não foi instituído um projeto que superasse as desigualdades estruturais do país. O Brasil apresenta um dos maiores índices de

desigualdade de renda do mundo. Reproduzindo desigualdades em acesso à educação, cidadania e a oportunidades de trabalho e renda.

Este fosso da desigualdade foi ampliando e aumentou muito com a pandemia em 2020, a partir de um governo necropolítico¹³ que não desenvolveu um projeto para amparar a população em vulnerabilidade social e não programou a compra de vacinas em quantidade suficiente para promover um processo de imunização para o povo brasileiro. Convivemos com um governo negacionista que optou por “medidas a conta gota”, diante um vírus tão cruel e letal. Em 24 de fevereiro de 2020 foi descoberto o primeiro caso de coronavírus aqui no Brasil e em março houve a declaração de transmissão comunitária e a primeira morte. No mundo tivemos o primeiro caso em *Wuhan* em 17 de novembro de 2019 desde então todo o mundo está assolado com esta doença.

Nesta realidade, a educação pública foi uma das mais afetadas; enquanto as escolas das redes privadas conseguiram se estruturar e manter o ensino acontecendo para os estudantes via plataformas *online*, que de imediato foram sendo implantadas, as redes públicas não se organizaram devidamente com oferta de conectividade para que o ensino remoto pudesse acontecer.

Diante deste cenário que estamos vivenciando onde vem ocorrendo um desmonte deliberado dos direitos e políticas relacionadas a educação, podemos citar os seguintes retrocessos: Alterações no desenho institucional das licenciaturas, de modo a incorporar a proposição de Licenciatura por Área de Conhecimento, em conformidade com a MP 746/2016 (PL nº.34./2016) de Reforma do Ensino Médio.

Nessa realidade, a ANFOPE vem acompanhando e avaliando estes projetos para verificar se estão à luz dos princípios da Base Comum Nacional, considerando:

A criação de novas instituições formadoras e novos cursos, retomando a proposta de Cursos Normais Superiores, em substituição aos Cursos de Pedagogia, e os Institutos Superiores de Educação. Tal proposta vem retomar e reforçar a formação de professores em nível médio, o que na prática representaria um aligeiramento pragmático na formação dos professores. (ANFOPE, 2016 p. 20)

¹³ Para Mbembe (2016, p. 123), um governo necropolítico quer dizer, um governo que escolhe quem deve viver e quem deve morrer. trata-se da subjugação da vida ao poder da morte. O poder político hoje, cuida não só de medidas sobre como a vida deverá ser gerida, mas também se encarrega de fazer a gestão sobre como morrer e sobre quem deve morrer. Assim, o risco da morte torna-se presente o tempo todo.

Nesta realidade, ocorre a flexibilização da formação e a desprofissionalização do magistério, processo de privatização da educação básica e precarização do trabalho docente.

Portanto, a ANFOPE (2016, p. 31) luta visando uma política que consiga promover formação e valorização dos profissionais da educação com condições dignas de trabalho, carreira, e piso salarial efetivado em todo o Brasil. Busca fortalecer sua resistência e luta no enfrentamento das políticas pautadas em princípios neoliberais que afetam a educação e conduzem a mesma para uma educação mercadológica.

A Base Comum Nacional de Formação de Professores da Educação Básica destaca um dos princípios da mesma: uma sólida formação teórico-prática, capaz de favorecer uma formação construída em bases científica, pedagógicas, técnicas, políticas, estética, e ética, no sentido de desenvolver e aprimorar as condições do ensino, da extensão e da pesquisa nos cursos de Licenciatura. (ANFOPE, 2016, p. 34)

Nesta proposta, as Diretrizes Curriculares Nacionais, propõe um Subsistema Nacional de Formação para Professores de Educação Básica com articulação entre a formação inicial e a continuada.

Mediante essa proposta, a ANFOPE reafirmou a sua concepção em relação a BNCC, manifestando-se contrária, pois ela produz a padronização curricular, visando o ranqueamento de escolas produzindo competitividade com exclusiva demandas no mercado.

Existem alguns princípios construídos pela ANFOPE no decorrer da sua existência que são referência para a formação dos profissionais da educação. a) desenvolver uma sólida formação teórica e interdisciplinar; b) garantir a unidade entre teoria e prática, assumindo a centralidade do trabalho como princípio educativo na formação profissional¹⁴; c) vivenciar e difundir formas de gestão democrática; d) assumir o compromisso social, político e ético com um projeto de formação emancipador e transformador das relações sociais excludentes; e) estimular o trabalho coletivo e interdisciplinar superando a divisão e a fragmentação do trabalho escolar; f) Incorporar a concepção de formação continuada como estratégia de

¹⁴ No XVIII Encontro Nacional - Políticas de Formação e Valorização da Educação: Conjuntura Nacional Avanços e Retrocessos, realizado pela ANFOPE, em dezembro de 2016, na página 38, encontram-se esses princípios de referências sobre a formação de professores.

resistência às determinações externas sobre o caráter de uma formação extensiva; g) Avaliar permanentemente os cursos de formação dos profissionais da educação como parte integrante das atividades curriculares e responsabilidade coletiva.

Estes princípios corroboram para uma prática educativa emancipadora, que visa a construção de um sujeito capaz de interferir no ambiente que vive de forma crítica e colaborativa visando o bem social da sociedade.

Com o surgimento em 2015 da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi observado pela ANFOPE, que os seus fundamentos não estão em consonância com os princípios da Base Comum Nacional, pois não asseguram os princípios garantidos pela Constituição Federal (1988) e pela LDB (1996).

A ANFOPE vem se mantendo nos espaços de fóruns de discussão em processo de dialogar na defesa de uma política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação.

Em sua trajetória de luta a ANFOPE vem apontando que existem vários pontos que precisam ser alinhados em relação a uma comprometida política de formação para os profissionais da educação.

A ANFOPE defende que é necessário que a formação dos profissionais da educação vise a concepção sócio-histórica como sujeitos comprometidos com a transformação das condições atuais do trabalho pedagógico. Construir uma educação emancipadora que promova o desenvolvimento de uma sociedade justa, igualitária e que atenda às necessidades sociais dos(as) educandos(as).

A luta que vem sendo historicamente promovida pela ANFOPE, atualmente, está se ampliando, diante de fortes indicadores de um empresariado organizado pelo Programa “Todos pela Educação” que defende um currículo nacional obrigatório, padronizado, que retira a autonomia e o respeito as diversidades regionais; identifica-se uma política amparada na meritocracia e distribuição de bônus e incentivos. É desafiador promover a multiplicidade de experiências em termos de organização curricular e realizar o acompanhamento das propostas.

Em novembro de 2019 a (Resolução CNE/CP n. 2/2019) institui novas Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial e BNC. Revogou as Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial e Continuada para os Profissionais do Magistério da Educação Básica. Homologada em dezembro de 2019 gerou um grande retrocesso para a formação de professores. Desde o golpe de 2016, vivenciamos um processo de desmantelamento da educação pública pois com a Emenda Constitucional 95/2016

que determina o congelamento por 20 anos dos gastos públicos referente a educação inviabiliza o cumprimento das Metas e Estratégias do Plano Nacional de Educação. PNE.

O que reconhecemos é que desde 2019, o Brasil avançou em desenvolver uma agenda neoliberal que instrumentaliza os interesses da extrema direita e de uma parcela do empresariado brasileiro. O processo eleitoral foi marcado por notícias falsas e polarização ideológica; a educação tem como pauta na militarização das escolas, *home schooling* e o controle ideológico das instituições. Nestes últimos três anos de governo, já tivemos três ministros da educação.

Sobre a realização do *home schooling*, foi aprovado o Projeto de Lei 3262/19 em 10 de junho de 2021, que legisla conforme citação abaixo:

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quinta-feira (10), o Projeto de Lei 3262/19, das deputadas Chris Tonietto (PSL-RJ), Bia Kicis (PSL-DF) e Caroline de Toni (PSL-SC), que permite que pais eduquem seus filhos em casa (o chamado *home schooling*). (BITTAR, 2021)

Portanto, o ensino domiciliar implica na determinação de que os próprios pais devam orientar os estudos de seus filhos(as) em casa. Entretanto, é fundamental destacar que 2018 essa tentativa de implantação no país de existir o *home schooling* não foi aprovado pelo Supremo Tribunal Federal, que não reconheceu a educação domiciliar no Brasil.

A proposta do *home schooling* modifica o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) e deixa evidente que a pena prevista para o crime de abandono intelectual, com detenção prevista de quinze dias a um mês ou multa, a quem deixar, sem justa causa, de prover a instrução primária de filho(a) em idade escolar, o que não se aplica a pais ou responsáveis que ofertarem a modalidade de educação domiciliar. O texto, ainda, depende de análise pelo Plenário do Senado.

O ensino domiciliar ou *home schooling* é totalmente diferente do atendimento pedagógico domiciliar, que pode acontecer em residência, Casa-lar ou casa de apoio, e é prestado através de um(a) professor(a) habilitado e que está ligado a uma secretaria de ensino municipal, estadual ou federal.

Mediante a realidade que vivenciamos sobre a formação de professores, em que identificamos constantes ataques, retirada de financiamentos e omissão diante da pandemia, acrescentamos a ausência de investimentos específicos para a área do

APD, assim como, identificamos a necessidade de ampliação de suporte pedagógico para o funcionamento do ensino no estado da Bahia.

O que identificamos é que a BNCC atende a agenda global servindo as proposições de órgãos multilaterais (Banco Mundial, UNESCO, OCDE e outros). Neste projeto o Movimento Todos Pela Educação (TPE) teve um papel fundamental para a aprovação da BNCC. Políticas como a do Governo Bolsonaro chamada de populismo nacionalista com uma composição híbrida incentiva a valorização do individualismo e promove a destruição do Estado e procura substituí-lo por um “Estado mínimo” consolidando a cultura antidemocrática onde não existe interesse em promover a cidadania e zelar pela população mais vulnerável.

Diante da luta que demarca a história da ANFOPE é precioso que reconheçamos a necessidade de retomar os documentos dos seus Encontros Nacionais - I ao V, realizados no período de 1983 a 1990, que evidenciam os principais debates que orientaram a formação da Pedagogia e das Licenciaturas.

Há bem delineado na posição do atual governo, estratégias para a desarticulação do serviço público e a ANFOPE vem criticando a política econômica pautada na obediência às determinações dos organismos internacionais que intervêm na formação de professores.

Para explicar essa realidade no âmbito mais particular, que elegemos o objeto desta investigação, avançamos em expor elementos da política social que implementa a formação de professores para atuar no Atendimento Pedagógico Domiciliar, frente a um projeto de Lei Municipal que imprime determinações geradoras de desafios para o corpo docente da Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce.

2.2 POLÍTICA SOCIAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR NO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR: DESAFIOS FRENTE AO PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 64/2016

Diante da necessidade de verificar quais as políticas públicas e sociais que embasam a formação de professores(as) para atuarem no atendimento pedagógico domiciliar no município de Salvador, destaco que existiu no período de 2014 a 2019 um Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial do MEC, cuja referência justifica o amparo legal para a existência da Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce (EMHDID). Essa proposta teve como objetivo “apoiar a formação continuada de professores para atuar nas salas de recursos

multifuncionais e em classes comuns do ensino regular, em parceria com Instituições Públicas de Educação Superior (IPES)”¹⁵

A atuação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), tinha como objetivo assegurar o direito à educação com qualidade e equidade, tendo políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão social. As atribuições que competiam à mesma estavam no decreto n.º 7.690, de 2 de março de 2012, que visava:

I – Planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a alfabetização, a educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial;

II- Implementar ações de cooperação técnica e financeira entre a União, Estados, Municípios, Distrito Federal, e organismos nacionais e internacionais, voltadas à alfabetização e educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial;

III – coordenar ações transversais de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas de que trata esta Secretaria, em todos os níveis, etapas e modalidades; e

IV – Apoiar o desenvolvimento de ações de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas intersetoriais. (BRASIL, 2012)

Alencar (2017, p. 62) realizou uma pesquisa sobre esse órgão e constatou que na SECADI, órgão do MEC, não tinha um curso de formação continuada para atender aos professores que atuam em Classes Hospitalares e Domiciliares no Brasil, apesar de ser uma secretaria de Educação Continuada e Inclusiva. Com a extinção da mesma em janeiro de 2019 só podemos certificar que a educação e a formação dos profissionais de educação não é prioridade deste governo, constatando que uma secretaria que tinha a obrigatoriedade de assistir os segmentos de minorias foi destruída.

As Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial de 2009, asseguram no artigo 5º.

¹⁵ Dados da dissertação de Alencar (2017, p. 62) ressaltam a extinção da gerência da SECADI/MEC por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019; este se constitui como um retrocesso no campo dos direitos educacionais e mostra-se como uma medida que vai na contramão do reconhecimento da diversidade, da promoção da equidade e do fortalecimento da inclusão no processo educativo.

onde este atendimento deve ser realizado e no artigo 6º. expõe como deve ser a escolarização no ambiente hospitalar para os alunos da Educação Especial, considerando que:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

Art. 6º Em casos de Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertada aos alunos, pelo respectivo sistema de ensino, a Educação Especial de forma complementar ou suplementar. (BRASIL, 2009, p. 2)

Vale ressaltar, ainda, esclarecendo, a partir do marco legal analisado, que o atendimento pedagógico domiciliar e hospitalar não são modalidades, estes atendimentos estão inseridos como já citados acima no AEE. As modalidades existentes são: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola; conforme a Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010, que versa sobre as modalidades da educação.

A legislação para o Atendimento Pedagógico Hospitalar e o Atendimento Pedagógico Domiciliar é diferenciada, devido a existir estados brasileiros que possuem uma legislação específica para estes atendimentos e outros que não; as regulam seguindo as diretrizes do MEC. Ferreira (2017) traz em sua pesquisa algumas normativas de alguns estados brasileiros tais como: **Paraná:** a Resolução nº 257-Seed, a instrução no. 006/2008 Sued/Seed a Instrução n 016/2012 Sued/Seed, e a Deliberação CEE02/03; **Santa Catarina:** Portaria nº 30 SED 05 de março de 2001; **São Paulo:** Resolução n 218 de 13 de setembro de 1995, Lei Estadual 10.685, de 30 de novembro de 2000; **Distrito Federal:** Lei nº 2809 de 29 de outubro de 2001; **Goiás:** Resolução nº 065/2004; **Campo Grande:** Resolução da SED nº 1671 de 13 de novembro de 2003, Lei nº 2.792 de 08 de janeiro 2004; **Pará:** Portaria nº 054/2005 Seduc. Resolução nº 001 de 05 de janeiro de 2010/CEE. **Rio de Janeiro:** Lei nº 9221 de 23 de março de 2021 que é a mais recente, Silva (2019 p.171) traz estes estados **Natal RN** Projeto de Lei nº 212/2011, **Piauí** Projeto de Lei nº 46/2011, **Mato Grosso,** Projeto de Lei s/n 2006.

Segundo pesquisas de Ferreira (2017, p. 47) cabe a cada estado e município criar a sua própria normativa que revele a sua realidade educacional, política e social e que possa subsidiar a capacitação os docentes para atuar nesta realidade. No município de Salvador temos uma única escola que realiza o atendimento pedagógico domiciliar e hospitalar que é a EMHDID. No município de Salvador a Câmara Municipal propôs o Projeto de Lei nº 64/2016 que dispõe sobre a garantia do direito da criança, adolescente, jovens e adultos ao atendimento pedagógico e escolar, em ambiente hospitalar e domiciliar no Município de Salvador. (Ver este dispositivo no anexo A)

Na justificativa desse Projeto de Lei são citadas as legislações que embasam esse direito. Os estabelecimentos educacionais do município de Salvador, em razão de tratamento médico ou considerando a necessidade de atender quem possua deficiência e não tenha condições de frequentar uma escola regular, possa receber um atendimento pedagógico, cuja referência é embasada por este Projeto de Lei, que se justifica pela ampla relevância social na oferta de ensino, cuja proposta já foi apreciada pela Casa Legislativa. Como professora, tive a possibilidade de participar de audiências públicas sobre este Projeto de Lei, observei relevante apoio de vereadores. Mediante muitas solicitações de professores não atendidas, lutamos para que o referido projeto seja sancionado.

Os desafios que se apresentam para nós professores(as) que trabalhamos nesta área de atendimento pedagógico domiciliar e hospitalar, há vinte anos é continuar lutando pela transformação desse Projeto em Lei. Pois ele irá promover um atendimento mais qualificado para os(as) alunos(as) que necessitam deste atendimento.

A Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce, que teve a sua fundação em 1º. de outubro de 2015 é uma Escola única em sua especificidade e no Brasil, que está ligada a Secretaria de Educação do Município de Salvador (SMED), com a legalidade de emitir um histórico escolar validando a vida dos(as) estudantes desta unidade educativa. Esta tem reconhecimento legal amparada através deste Projeto de Lei para que haja sempre a garantia de direitos para os que mais precisam, pois atualmente os atendimentos pedagógicos domiciliares na sua grande maioria são atendidos e respaldados via intervenção do Ministério Público.

Reconhecemos que a aprovação desse Projeto de Lei pode promover mais recursos para esta unidade educativa, via políticas públicas e assim oferecer a cada dia um trabalho mais qualificado para os(as) nossos(as) alunos(as) que possuem

questões de saúde, doenças raras, deficiências físicas, mentais e diversas comorbidades. O trabalho pedagógico envolve atendimentos em hospitais, casas-lar e domicílios/residências; o trabalho requer recursos públicos para fortalecer o apoio pedagógico apropriado; isto significa mais investimentos em formação de professores e produção de materiais pedagógicos específicos.

Que o município de Salvador siga o exemplo de outros locais citados na seção anterior, que já possuem leis e resoluções estaduais, que amparam o Atendimento pedagógico Hospitalar e o Atendimento Pedagógico Domiciliar valorizando assim o atendimento específico e diferenciado que é prestado pelos(as) servidores(as) públicos municipais zelando assim, pela população de elevada carência e vulnerabilidade social, que se beneficia deste serviço educacional qualificado.

Quanto as necessidades de exigências operacionais para o desenvolvimento do atendimento educacional especializado na educação básica, destacamos, a seguir, algumas diretrizes essenciais que dão aporte para a formação e atribuições requeridas aos professores(as).

2.3 DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ORIENTAÇÕES E ATRIBUIÇÕES À FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O Atendimento Pedagógico Domiciliar está inserido no Atendimento Educacional Especializado (AEE), segundo a legislação de Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial de 2009, cujo artigo 6º., aponta atribuições de exigências para a formação de professores (as) para atuar nestes espaços educativos

Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada. São atribuições do professor do atendimento educacional especializado:

- a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

- e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.
- h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.
- i. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros. (BRASIL, 2008, p. 04)

A legislação deixa evidenciado que há especificidades pedagógicas, que precisam ser incorporadas à formação de professores(as), cujo perfil nos permite reconhecer que o (a) profissional da educação que trabalha neste atendimento precisa ter formação em Educação Especial e Inclusiva e o caráter dessa formação, exige investimento constante.

Essa necessidade de formação continuada eu posso reconhecer em mim mesma, enquanto professora dessa área, considerando que possuo quatro especializações: Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, Psicopedagogia Clínica e Institucional, Atendimento Educacional Especializado e Neuropsicopedagogia; esses estudos, para além da minha formação em pedagogia, vem possibilitando a minha caminhada profissional para que eu me sinta apta e preparada para atuar com este público e constantemente vamos participando de formações não só Lato Sensu, mais principalmente, realização de cursos de aperfeiçoamento.

Esta condição de ampliar a formação, vem me permitindo dar aulas qualificadas de acordo com as necessidades de cada aluno(a), que chega até a nossa escola nos espaços que atendemos e que também, muitas vezes, temos que ir ao domicílio, dada as condições de limitação acometida por determinadas doenças, que deixam sequelas comprometedoras para atender ao processo de locomoção.

Portanto, qualificar o(a) professor(a) na sua caminhada profissional é essencial para que ele(a) possa ministrar uma aula eficiente e que viabilize o ensino-aprendizagem com necessária condição e conhecimento pedagógico.

Os(as) professores(as) da EMHDID investem em sua formação continuada realizando cursos de aperfeiçoamento Lato Sensu e Stricto Sensu e recorrem aos cursos de aperfeiçoamento que são oferecidos pela Secretária Municipal de Educação e pela nossa escola através da equipe Gestora e de Coordenação Pedagógica.

O(A) professor(a) que atua no APD planeja suas aulas de acordo com as especificidades do(a) seu(sua) aluno(a), realizando planejamentos flexíveis para atendimento as condições de aprendizagem de seus alunos. Nesta proposta, é sempre importante ter o recurso de dois planejamentos, caso surjam imprevistos. É necessário criar um ambiente favorável a aprendizagem no espaço que for disponibilizado pela família para acontecer as aulas. O horário de atendimento deve ser respeitado, o local deve ser tranquilo, silencioso, evitando outros meios de distração do aluno. Em Salvador criamos uma Cartilha com Normas do Ambiente Domiciliar, pois sentimos a necessidade de contar com a parceria dos pais e/ou responsáveis em colaborar com estes aspectos.

Destacamos que é imprescindível a presença de um responsável no horário da aula do(a) professor(a) que não pode atender o(a) aluno(a) sem este representante legal. É uma medida de proteção para ambos. Existem os documentos que fazem parte da rotina pedagógica do(a) professor(a) e que são elaborados de acordo com a necessidade da rede de ensino municipal, como por exemplo um relatório pedagógico onde constam os avanços e necessidades de cada estudante. O profissional que atua nestes espaços sabe da importância da sistematização de seu trabalho e da ética neste contexto já que ele(a) está dentro do espaço da família ou da Casa-lar e Casa de apoio.

Analisando o período em que recortamos nosso objeto de investigação, 2012 a 2020, sempre foi realizado um encontro com todos os profissionais da escola uma vez por mês e formações específicas de acordo com a necessidade que o grupo apresenta no trabalho pedagógico. Neste período, tivemos um curso de extensão sobre dispositivos móveis digitais, ministrado pela professora doutoranda Isa Beatriz da Cruz Neves. Nesta proposta, Neves (2016) buscou promover a aprendizagem de novos saberes e competências como também agregar valor e (res)significar os já adquiridos. Para perceber como as práticas pedagógicas estão sendo desenvolvidas pelos professores(as).

Como professora, fiz parte da pesquisa empírica de doutorado da referida pesquisadora. Foi bastante desafiador e significativo reacender o nosso olhar em

relação as tecnologias disponíveis e como utilizar as mesmas para favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos(as) nossos(as) alunos(as).

No APD que tem como objetivo manter a escolarização dos(as) alunos(as), seja no contexto de atendimento entre a alta hospitalar ou pela necessidade do(a) aluno(a) não ter condições de ir a uma escola regular. Aprofundamos as questões metodológicas de ensino e aprendizagem, concordo com Maito (2018 p.43), quando traz que o profissional de educação precisa utilizar metodologias diferenciadas e adaptadas a realidade de seus(suas) alunos(as), flexibilizando o currículo para a potencialização do processo de aprendizagem.

Maito (2018), ainda, sinaliza sobre a importância de adequar os conteúdos que serão trabalhados com os(as) alunos(as), tendo como base os documentos oficiais da escola de origem ou da rede de ensino, ao qual estes estejam vinculados(as). No caso a EMHDID, seguimos as diretrizes da rede municipal de ensino de Salvador. É elaborado, pelas professoras, um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) quando o(a) aluno(a) possui além do adoecimento alguma deficiência. Cada aluno(a) que é atendido(a) no APD tem suas especificidades e necessidades educacionais respeitadas.

Esperamos do(a) professor(a) do Atendimento Educacional Domiciliar, que este apresente comportamento sensível sem deixar de ser exigente, crítico, reflexivo, amigo e parceiro em sua práxis educativa. Este professor deve ter espírito desafiador, ser mediador, articulador e aprender enquanto ensina. (MAITO, 2018, p. 44)

O(A) professor(a) que desempenha este papel garante ao seu aluno(a) o direito a escolarização e ao seu desenvolvimento integral, possibilitando o direito a uma educação que amplie as suas potencialidades humanas, enquanto cidadão de direitos no processo de formação.

Paulo Freire (2016), no seu livro *Pedagogia da Autonomia*, expõe, relevantes reflexões sobre a formação do professor, destacando este perfil: ter rigorosidade com os conteúdos a ser ministrado, pesquisar, ter respeito aos saberes acumulados pelos(as) alunos(as), assim como a autonomia; é fundamental desenvolver a capacidade de realização e reflexão crítica sobre a prática, apreensão da realidade, competência profissional e generosidade, comprometimento, saber que ensinar é uma forma de intervenção no mundo, é saber escutar e exige tomada consciente de decisões. Sobre esse comprometimento social, Freire (2006, p. 100-101) destaca:

Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou essa aberração: a miséria na fatura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza. Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuido do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais necessárias sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de se amofinar e de já não ser o testemunho que deve ser de lutador pertinaz, que cansa, mas não desiste.

Na formação precisamos ter o devido cuidado para possibilitarmos momentos de reflexão, partilhas que geram aprendizagens significativas que possamos proporcionar aos(as) alunos(as) estas reflexões e tomada de consciência. Pois as relações se constroem na prática social em reflexão com os indivíduos.

Ao se estimular nos(as) professoras e professores estratégias de autoformação, podemos considerar que este é um processo que pode ser generalizado para os(as) alunos(as), tendo em vista ser esta, uma prática que fortalece as possibilidades da prática pedagógicas voltada para a formação humana. (MARTINS, 2015, p. 9)

Quando os momentos de reflexão da prática de estudo não são realizados, temos o aligeiramento da formação e conseqüentemente os(as) alunos(as) serão os maiores prejudicados. Sabemos que a formação de profissionais da educação deve ser contínua e constante, pois quem ensina nunca deve parar de aprender. Desse modo, além dos conhecimentos específicos, é necessário que o(a) professor(a) tenha domínio de amplos processos pedagógicos, pelos quais, os(as) alunos(as) desenvolvem a capacidade de produzir conhecimento.

Sobre formações para os(as) professores(as) que ensinam na rede pública do estado da Bahia, em propostas de Atendimento Pedagógico Domiciliar, destaco algumas experiências que tive, enquanto professora da EMHDID e convidada para expor conhecimentos pedagógicos desenvolvidos em minha prática. Estas experiências ampliaram a nossa capacidade de reconhecer os limites que a formação na graduação estabelece. Nesta proposta destaco: a) Convidada pela Coordenadora do Serviço de Atendimento À Rede em Ambiências Hospitalares e Domiciliares (SARAHDO), quando ministrei um curso sobre a formação e a rotina do profissional

que atua no APD no curso de abertura no Instituto de Cegos da Bahia¹⁶; b) realizei outra formação para todos os professores do Estado da Bahia no IAT, Instituto Anísio Teixeira sendo transmitida para todos os municípios, enfocando a prática e a rotina pedagógica e os saberes para atuar neste ambiente; c) Realizei uma formação no curso Atendimento Educacional em Ambiente Hospitalar e Domiciliar no Módulo 5 da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) a convite da Professora Doutoranda Ana Karyne Furley, que foi ofertado para professores de todo o Brasil¹⁷.

Procuramos sempre participar de eventos, congressos nacionais, como ANPAE¹⁸, Seminário SAEHAD¹⁹ (2021) e internacionais, assim como, vimos realizando publicações, referentes a nossa área de estudo para que este atendimento possa ter cada dia mais visibilidade e reconhecimento social.

No próximo capítulo, levantamos o marco legal das políticas públicas e sociais aplicadas ao atendimento pedagógico domiciliar e realizamos o esforço de identificar elementos da realidade contraditória para poder levantar indicadores que possam contribuir para uma política de superação.

¹⁶ Disponível em: <http://educadores.educacao.ba.gov.br/noticias/formacao-da-visibilidade-ao-atendimento-de-estudantes-de-classes-hospitalares>. Acesso em: 30 jun. 2021.

¹⁷ FURLEY, Ana Karyne L. G. **Módulo 5 Estudos e Reflexões sobre o Atendimento Pedagógico Domiciliar**. Orgs FILHO, Gilberto de Ribeiro Araújo, MORAES, Fernando César de Carvalho, GRANEMAN, Jucelia Linhares. Campo Grande 2021 Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

¹⁸ Tema do estudo e comunicação: O Atendimento Pedagógico Domiciliar: estudo de dois casos na cidade de Salvador. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/17-Anais/IV-ENCONTRO-BAHIA-V1-180920.pdf> Acesso em: 18 set. 2020

¹⁹ Tema do estudo e comunicação: A prática pedagógica e desafios no atendimento educacional em ambiente domiciliar. Exposição disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9AiNQ6ITZH8>. Acesso em: 2 jul. 2021.

3. MARCO LEGAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS APLICADAS AO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR NO BRASIL

As leis e resoluções vigentes no Brasil, têm como objetivo amparar e promover o acesso à educação básica visando o direito a escolarização, incluindo o público que necessita ter seus direitos sociais assegurados por estar em condições de adoecimento ou impedimento de frequentar uma escola regular.

Neste capítulo foi realizado um levantamento de leis e diretrizes em abrangência nacional, que trazem normativas em relação a Educação Especial e as normativas da SMED que apontam indicadores referentes ao processo de escolarização no município de Salvador, considerando o atendimento pedagógico domiciliar e hospitalar.

3.1 POLÍTICA PÚBLICA E SOCIAL DO ESTADO BRASILEIRO ADVINDA DO MARCO LEGAL: SUBSÍDIOS PARA O ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR E HOSPITALAR

O levantamento síntese que realizamos neste capítulo corresponde ao período de 1969 a 2018 e inicia com o Decreto Lei n. 1044, de 21 de outubro de 1969 (BRASIL, 1969), que regulamenta o tratamento de portadores de afecções garantindo o prosseguimento da atividade escolar. Esta é a normativa mais antiga sobre o atendimento ao estudante em tratamento de saúde. Para promover uma exposição e análise deste marco legal, apresentamos o quadro 02, localizado no apêndice B deste.

Observamos que há avanços em relação a Lei nº 13.869. Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante atendimento educacional especializado e identificamos que há avanços com a Lei Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados (1995), Resolução N° 41, de 13 de outubro de 1995, que anunciam a necessidade de atendimento aos portadores de afecções, enquanto direito ao processo de escolarização sem nenhuma forma de discriminação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), define o caráter do papel da educação especial, assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público, entre outros itens.

A Lei das Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica (2001) legisla que a educação especial deve ocorrer nas escolas públicas e privadas da rede regular de ensino com base nos princípios da educação inclusiva. Extraordinariamente, os serviços de educação especial podem ser oferecidos em classes especiais, escolas especiais, classes hospitalares e em ambiente domiciliar. Esta foi a primeira lei que traz indicadores para uma regulamentação sobre o Atendimento Pedagógico Domiciliar.

A luta pela conquista destes direitos avançou, deste então e em 2013 o município de Salvador publicou a Resolução nº. 038/2013 do Conselho Municipal de Educação de Salvador com destaque para o Art. 6º, que anuncia que: “O Atendimento Educacional Especializado tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela, sendo realizado [...]”. No parágrafo único deste artigo, é colocado que: “Em caso de Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertada aos alunos, pelo respectivo sistema de ensino, a Educação Especial de forma complementar ou suplementar”.

A Resolução nº.02/2001 do CNE/CEB; 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 1996, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva MEC/SEESP/2008. Amparando a referida Resolução e legitimando a mesma, temos a garantia de um direito e as normatizações para a realização deste atendimento.

No ano de 2015, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que aborda o direito à Educação, com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; esta vem apontando a necessidade de garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras.

Mais um avanço significativo na conquista por direitos, ocorreu em setembro de 2018 quando foi publicada a Lei nº 13.716, que garante atendimento educacional

ao(a) aluno(a) internado(a) para tratamento. Nesta Lei é apontada a necessidade da oferta de atendimento educacional, durante o período de internação ao aluno da educação básica para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa assim temos mais uma lei fazendo a exigência do direito e, é necessário a constante luta para a efetivação desta garantia para as crianças, jovens e adultos que precisam ser beneficiados com a sua execução.

A Lei nº 12.238 de 19 de novembro de 2019 instituiu o Estatuto da Pessoa com Câncer e dá outras providências no capítulo III dos Direitos Fundamentais, artigo 4º. inciso X, quando relata atendimento educacional em classe hospitalar ou regime domiciliar, conforme interesse da pessoa com câncer e de sua família, nos termos do respectivo sistema de ensino. Este é mais um dispositivo de garantia de escolarização para as pessoas em situação de adoecimento.

Bem verdade. este direito a escolarização só é garantido na maioria das vezes quando o Ministério Público é acionado e como órgão de defesa dos direitos do cidadão, viabiliza a execução do direito fazendo com que a Secretaria Municipal de Educação disponibilize o(a) professor(a) para atuar no ambiente domiciliar. Pois devido à grande particularidade deste atendimento onde o profissional é deslocado para atender na residência apenas um(a) aluno(a) existe o questionamento de que uma sala regular ficará sem uma/a profissional para atender vinte crianças, por exemplo.

Embora a constituição aponte a necessidade de garantia do direito à educação obrigatória para todos, em seu Artigo 6º, colocado que a educação é direito de todo cidadão e dever do Estado (BRASIL, 1988), esta deve ser assegurada por meio de políticas sociais que viabilizem a igualdade de condições para acesso, permanência e sucesso na escola.

Mediante toda essa legislação é contraditória a escassez de políticas públicas que garantam a efetivação do atendimento escolar em ambiente hospitalar e domiciliar. Há necessidade de investimento de recursos financeiros para estabelecer uma política de atendimento para o(a) aluno(a) em situação de adoecimento ou impedido de frequentar a escola regular é de extrema relevância para a efetivação do direito à escolarização.

Em nosso país, segundo Pereira (2008 p. 91) é por meio da luta política que a cidadania se amplia e amadurece. Vivenciamos esta realidade contraditória onde os

sujeitos que dependem da efetivação destas políticas públicas precisam lutar para que as mesmas sejam executadas. Política pública tem como marco principal ser direito social para todos(as) cidadãos(ãs); sendo promovida pelo Estado e municípios, esta deve estar comprometida com um conjunto de decisões e ações programáticas, que resultem em ingerências de orientação para a ação pública, que administra políticas sociais, como saúde, educação e assistência; seus objetivos devem ter em vistas promover direitos sociais conquistados pela sociedade, quando declarados e garantidos nas leis e que precisam ser efetivados através de programas e serviços. Nesse sentido o poder público tem que reconhecer o interesse comum da prestação do serviço sem comparações de economia com os cofres públicos. Estas devem medidas e ações formuladas e executadas para o atendimento de demandas sociais, planejada, avaliada pelo Estado, município e acompanhadas pela sociedade.

As principais funções da política pública são: concretizar direitos conquistados pela sociedade e incorporados nas leis; são públicos, isto é, devem visar o interesse geral e, por isso não podem se pautar pelo mérito e nem ser regidos pela lógica do mercado. (PEREIRA, 2008, p. 99)

Está citação do pesquisador destacado deixa claro o caráter universal dos bens públicos que visam os direitos sociais e são amparados pelos princípios da igualdade, equidade e justiça social. Por isto o Estado é o regulador e/ou provedor pois é um direito fundamental.

Para as políticas públicas serem efetivadas temos o desafio real dos recursos serem disponibilizados para a sua concretização. No modelo de Estado subjugado pelas forças do modo de produção capitalista, esta é uma luta permanente, pois a sociedade tem a divisão de classes com a diferenciação de acessos e usufrutos, sendo que alguns cidadãos são mais bem atendidos que outros. Desta forma Behring e Boschetti (2011, p. 37) reafirmam que

[...] no campo da política social [...] situam a emergência de políticas sociais como iniciativas exclusivas do Estado para responder a demandas da sociedade e garantir hegemonia ou, em outro extremo, explicam sua existência exclusivamente como decorrência da luta e pressão da classe trabalhadora. [...] predomina a visão do estado como uma esfera pacífica, desprovido de interesses e luta de classe.

O que identificamos no caso do Brasil, é que temos uma sociedade, que ainda, precisa fortalecer a organização das entidades de classes como conselhos,

comissões para promover o monitoramento dos poderes públicos, por meio de uma democracia participativa. Nesse sentido o Atendimento Domiciliar e Hospitalar, muitas vezes, requer que a classe trabalhadora recorra ao Ministério Público, o que gera uma constante luta pela efetivação das políticas públicas sociais para os cidadãos que necessitam deste serviço.

Mészáros (2019) propõe que uma sociedade democrática vise o ser humano superar a lógica desumanizadora do capital, que incentiva o individualismo, o lucro e a competição como base. Nesta proposta de sociedade que visa superar o determinismo neoliberal instalado na sociedade é necessário que a educação possibilite ações emancipatórias, além de ter o acesso à escola, a educação deve ser continuada e permanente, visando o sujeito como um agente político, que pensa e age para transformar o mundo, para que, através da conscientização e da prática, consiga elaborar possibilidades de avanços na garantia de direitos sociais.

A questão da luta social permanente numa sociedade se expressa em suas refrações e os sujeitos históricos que criam as formas de enfrentamento. Esta abordagem é baseada na compreensão do processo social, reproduzindo o movimento do real em suas manifestações universais, singulares, com seus componentes de subjetividade e objetividade e nas dimensões políticas e econômicas fundamentada na teoria crítica. (BEHRING 2006, p. 4)

Nesta perspectiva, a legislação em um país é fundamental ser respeitada e garantida; quando isto não acontece, a legislação evidencia a gênese da desigualdade social da luta de classes. David Harvey (1998) fala sobre essas expressões constitutivas do modo de produção capitalista e reflete também sobre a precarização e flexibilização das relações de trabalho. Onde fatalmente incide sobre os direitos dos trabalhadores.

Guerra (2007) cita que a partir da ótica marxiana, compreende-se que a consciência política do proletariado requer a superação dialética da simples emancipação política e que o equívoco que a ordem burguesa nos leva, é o de reconhecer emancipação política com emancipação humana, o que permite restringir o processo histórico aos marcos da sociedade burguesa.

Perpassadas pelas contradições instituídas pela esfera onde se inscrevem os direitos legais, que deveriam preencher o sentido emancipatório de cidadania, as lutas permanentes da classe trabalhadora pelo tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, dão visibilidade à barbárie do tempo presente,

sob o domínio do capital neste sistema neoliberal, onde os direitos estão na pauta da luta diária.

3.2 EDUCAÇÃO BÁSICA E EJA NO MUNICÍPIO DE SALVADOR A PARTIR DA LEGISLAÇÃO: SUBSÍDIOS PARA O ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR E HOSPITALAR

A Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce oferece atendimento educacional que proporciona ao(a) aluno(a) condições favoráveis que possibilitam ampliar a visão de mundo, além de manter os vínculos com a prática do cotidiano da vida, considerando um processo de efetivação de escolarização que pode avançar com os anos, considerando o processo de amadurecimento e envelhecimento.

É importante ressaltar a importância da intencionalidade educativa do currículo flexibilizado para uma aprendizagem significativa, atenta ao processo de interdisciplinaridade, a diversidade cultural e a escuta sensível, sendo estes vistos como princípios que estimulam a formação de um ambiente colaborativo de aprendizagem, no qual pessoas, profissionais e saberes coexistam e na sua interdependência, buscando multiplicar novos saberes.

Os conteúdos de ensino e aprendizagem são selecionados e sequenciados ao longo do espaço-tempo, considerando as possibilidades e necessidades do aluno(a), que é um sujeito histórico.

Sendo a educação um direito de todos e dever do Estado e da família, o direito a educação básica se expressa como direito à aprendizagem, enquanto um processo de escolarização em diversas circunstâncias de necessidades. Esta premissa se expressa como básico no Artigo 214 da Constituição Federal, que afirma que as ações do Poder Público devem conduzir à universalização do atendimento escolar.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) assegura que o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino (Art. 5º § 5º), podendo organizar-se de diferentes formas para garantir o processo de aprendizagem.

Tendo em vista este marco legal, a SMED vem se esforçando em promover uma abordagem epistemológica sociointeracionista para a concepção de apropriação do conhecimento curricular e um compromisso histórico-cultural de posicionamento interétnico para o currículo da EMHDID. Ao propor a permanência do(a) aluno(a) em

seu processo de escolarização e o sucesso de sua formação escolar, de modo a contribuir para a inclusão social e o exercício da cidadania em situações de igualdade com crianças, jovens e adultos, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as Resoluções e documentos legais em relação ao município de Salvador, define pressupostos que possam gerar a equidade ao processo de ensino e aprendizagem.

Para a Educação Básica aponta como objetivo, desenvolver o educando para o exercício da cidadania, instrumentalizando-o para o mundo do trabalho e para o prosseguimento dos estudos. A proposta é composta de duas etapas, a saber:

Educação Infantil: É oferecida em creches e pré-escolas e atende crianças de 0 a 5 anos. A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e visa o desenvolvimento integral e integrado da criança.

Ensino Fundamental: Tem duração mínima de nove anos e a finalidade de proporcionar o desenvolvimento das capacidades de aprendizagem, considerando a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências básicas necessárias na formação de atitudes de valores intrínsecos ao exercício da cidadania. O Ensino Fundamental é composto por:

- Anos Iniciais (compreende dois ciclos)
 - Ciclo de Aprendizagem I com duração mínima de três anos;
 - Ciclo de Aprendizagem II com duração mínima de dois anos.
- Anos Finais (compreende quatro anos).

A Educação de Jovens e Adultos está organizada da seguinte forma:

EJA I – 1º Segmento da Educação de Jovens e Adultos – é constituída de Tempo de Aprendizagem I (TAP I); Tempo de Aprendizagem II (TAP II); e Tempo de Aprendizagem III (TAP III), com duração total de 2.400 horas, em três anos, com períodos de 200 dias letivos cada.

EJA II – 2º Segmento da Educação de Jovens e Adultos – é constituída de Tempo de Aprendizagem IV (TAP IV) e Tempo de Aprendizagem V (TAP V), com duração total de 2.000 horas, em dois anos, com períodos de 200 dias letivos cada²⁰.

Esta disposição organiza os níveis de ensino que são ofertados pela SMED e que é tratada pelo Atendimento Pedagógico Domiciliar.

Em 1988, o atendimento em creches e pré-escolas foi garantido como direito social das crianças após muitas lutas dos diversos movimentos sociais em função da necessidade do reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a educação. Sendo garantido na Constituição de 1988. Temos a Resolução nº 5, de 17

²⁰ Documento da SMED que aponta níveis de ensino ofertados pela Secretaria Municipal de Educação de Salvador. Disponível em: <http://educacao.salvador.ba.gov.br/niveis-de-ensino>. Acesso em: 20 maio 2021.

de dezembro de 2009 que fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, (1999) com as definições de que está e a primeira etapa da Educação Básica, de 0 a 5 anos, assim é garantida a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

A criança vista como sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. Este é um dos pressupostos que alimenta o trabalho pedagógico do Atendimento pedagógico Hospitalar e o Atendimento Pedagógico Domiciliar.

Na mesma Lei citada acima, é anunciada a necessidade de promoção de currículos, que visem o ensino de conhecimentos que façam parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico gerando o desenvolvimento integral das crianças com princípios éticos, políticos e estéticos. Nesse sentido a concepção da proposta pedagógica deve garantir a sua função política e pedagógica oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais com igualdade de oportunidades educacionais e com acesso aos bens culturais, valorizando a diversidade e o respeito da criança como pessoa humana, independentemente de suas limitações por acometimento de enfermidades ou doenças.

A promoção das Políticas & Diretrizes Para o Desenvolvimento Infantil Integral e Integrado da rede Municipal de Salvador desde o ano de 2004, resultou do esforço dos componentes do Comitê Municipal para Formulação de Políticas e Diretrizes de Desenvolvimento Infantil e Integral no Município do Salvador, criado pelo Decreto e Cultura, nº13.267/2001, com a participação das Secretarias Municipais de Educação da Saúde e do Trabalho e Desenvolvimento Social e a Presidente do Instituto Ação. Comunidade e seus respectivos representantes, com o apoio do UNICEF/Ba.

Essa legislação define que o executivo municipal deve assumir a responsabilidade pelo acompanhamento, controle e supervisão da educação infantil, integrando as áreas de educação, cultura, saúde e assistência, com a colaboração das três esferas do Governo e da sociedade, no atendimento à criança de zero a seis anos de idade.

O documento tem como objetivo uma política para a infância com investimento social que vise assegurar a todas as crianças as condições adequadas e necessárias

para sua sobrevivência, seu crescimento e desenvolvimento social, emocional e cognitivo, tendo como foco principal a criança em situação de vulnerabilidade social e suas famílias. Este são princípios e diretrizes de políticas públicas com caráter universal priorizando a criança como sujeito de direitos e prioridade absoluta.

Portanto, a criança é um ser social histórico e sujeito de direitos que está amparada em instrumentos legais que garantem esta condição tais como:

- Constituição Brasileira de 1988;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394/96);
- Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 10.172/2001);
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI/99;
- Parecer CEB/CNE nº 22/98, aprovado em 17/12/98, Resolução CEB/CNE no 1/99;
- Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/90);
- Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei 8742/93); Lei do Sistema Único de Saúde - SUS (Lei 8080/90);
- Constituição do Estado da Bahia;
- Lei Orgânica do Município do Salvador;
- Resoluções do Conselho Municipal de Educação;
- Instruções Normativas da Secretaria de Saúde;
- Documentos orientadores de Convenções Internacionais.

As convenções internacionais, também trazem referência a Declaração Universal dos Direitos da Criança, reafirmando e validando cada direito. E que a área da educação é a condutora desse processo de desenvolvimento infantil e integral. Traz proposições para a garantia de recursos para a formação e qualificação dos(as) professores(as) que trabalham com a educação infantil e seus profissionais.

O documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil - Volume 1, visa um processo democrático de implementação das políticas públicas para as crianças de 0 até 6 anos e em síntese, propõe parâmetros de qualidade para a Educação Infantil, que afirmam que as crianças desde que nascem, em qualquer que seja as circunstâncias de capacitação para produzir o viver, são:

- cidadãos de direitos;
- indivíduos únicos, singulares;
- seres sociais e históricos;
- seres competentes, produtores de cultura;

- indivíduos humanos, parte da natureza animal, vegetal e mineral

As Diretrizes definem em seu art. 3º os fundamentos norteadores que devem orientar os projetos pedagógicos desenvolvidos nas instituições de Educação Infantil:

a) Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum; b) Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática; c) Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais. (BRASIL, 2010, p. 6)

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Volume 1 reafirmam que como a educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica e que nesta etapa deve ser aplicado todos os princípios e diretrizes voltadas para a educação de forma geral. A defesa da diversidade, da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que inclui a temática História e Cultura Afro-Brasileira e a Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008, inclui História e Cultura Afro-brasileira e Indígena também como obrigatórias para esta etapa.

A proposta do Atendimento Pedagógico Hospitalar e do Atendimento Pedagógico Domiciliar, leva em consideração que o(a) professor(a) tem um papel extremamente importante na garantia da qualidade do trabalho realizado na educação desde a Educação Infantil; além de tratar da formação inicial dos profissionais de Educação Infantil, a LDB estabelece que os sistemas de ensino dos estados e municípios promoverão a valorização desses profissionais, assegurando-lhes nos termos dos estatutos e dos planos, 32 Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil — Volume 1.

No mesmo documento mencionado, acima, o ingresso na carreira do magistério público, é exclusivamente por concurso de provas e títulos. Garante formação continuada, piso salarial profissional, progressão funcional, período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária, e condições adequadas de trabalho.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Volume 2 estabelecem padrões para o funcionamento das escolas que atendem ao público da educação infantil em escolas e este é estendido para o Atendimento Pedagógico Hospitalar e o Atendimento Pedagógico Domiciliar. Estes, exigem a formação continuada para os profissionais que trabalham neste segmento e destacam que exista padrões de infraestrutura para as instituições de Educação Infantil de acordo

com os parâmetros nacionais e com a Lei de Acessibilidade; é exigida, também, que as instituições adotem medidas para garantir que os imóveis onde funcionam as instituições de Educação Infantil estejam em conformidade com os padrões municipais de infraestrutura estabelecidos e de acordo com a Lei de Acessibilidade. A proposta reafirma o compromisso com a qualidade do ensino para a educação infantil, que devem ser cumpridas todas as normativas regulamentadas pelo MEC e informa as competências de cada sistema de ensino em nível federal, estadual e municipal.

Temos, também, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que se apresentam em três volumes que apresentam as referências que precisam ser desenvolvidos nas crianças deste segmento: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo, que favorece a construção da Identidade e Autonomia das crianças, assim como as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

No Atendimento Pedagógico Domiciliar atendemos as crianças a partir de 04 anos e buscamos realizar o atendimento seguindo estes parâmetros na rede municipal de ensino de Salvador. Adaptamos os materiais para a realidade da criança atendida de acordo com sua deficiência ou/ estado de adoecimento.

No processo pedagógico de atendimento na Educação Infantil vem sendo considerado este marco legal e instrumentos adaptados para a realidade do trabalho pedagógico em conformidade com as diretrizes para a educação infantil tais como: anamnese, (para registrar a realidade da criança) relatório de aprendizagem educação infantil (onde descrevemos semestralmente o parecer pedagógico referente ao tempo de atendimento aos alunos), declaração de frequência (documento atestando o período de atendimento aos alunos), autorização do uso da imagem, quando necessário (documento que permite a divulgação de fotos da criança autorizado pelos pais ou responsáveis). Com parâmetros destes registros, validamos a necessidade atendida de cada aluno(a) o ritmo, as especificidades do seu desenvolvimento para atuar da melhor forma e a mais significativa possível para contribuir com o desenvolvimento humano. (Anexos: B, C, D e E)

São realizadas adaptações curriculares necessárias de acordo com o ano de escolarização das crianças, pois a educação é um espaço de melhoria de qualidade de vida pessoal e social. O brincar é muito importante e favorece o processo ensino-

aprendizagem pois é um pilar na educação infantil, que possibilita uma aprendizagem prazerosa e significativa para as crianças desta etapa.

Na rede de ensino municipal o processo de escolarização do Ensino Fundamental da Educação Básica, corresponde ao:

➤ **Ensino Fundamental:** Anos Iniciais (compreende dois ciclos)

- Ciclo de Aprendizagem I com duração mínima de três anos;
- Ciclo de Aprendizagem II com duração mínima de dois anos.

➤ **Ensino Fundamental:** Anos Finais (compreende quatro anos).

O art. 23 da LDB no art. 32, determina como objetivo do Ensino Fundamental a formação do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Este objetivo visa conceber uma nova estrutura e proporcionar um tempo maior de escolarização com oportunidades de aprendizagem e com o emprego do tempo de maneira eficaz. O(A) professor(a) que atua neste segmento precisa ter formação continuada permanente, visando o desenvolvimento de atitudes investigativas, promover alternativas pedagógicas e metodológicas na busca de uma qualidade social da educação e do desenvolvimento, em vistas a um trabalho pedagógico que efetivamente realize a aprendizagem dos alunos.

A proposta do Atendimento pedagógico Hospitalar e o Atendimento Pedagógico Domiciliar, tem também, como orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, que possuem uma proposta educacional que visam práticas educativas que sejam compatíveis às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade do povo brasileiro, abarcando disciplinas curriculares e temas transversais, tais como: Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Educação Sexual.

Os PCN promovem a discussão de problemáticas sociais atuais e urgentes, que são tão necessárias para a formação destes estudantes deste segmento; tem como objetivo geral do Ensino Fundamental: utilizar diferentes linguagens — verbal,

matemática, gráfica, plástica, corporal — como meio para expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções da cultura.

O Atendimento pedagógico Hospitalar e o Atendimento Pedagógico Domiciliar, leva em consideração os objetivos gerais do Ensino Fundamental, levando em consideração as especificidades do trabalho pedagógico que precisa ser realizado:

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
- conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- utilizar as diferentes linguagens — verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal — como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação. (BRASIL, 1997, p. 69)

Para corresponder com maior propriedade estes objetivos, o Conselho Municipal de Educação de Salvador – CME, no uso de suas atribuições legais do Regimento e, tendo em vista o disposto nas Leis Federais números 9.394/96, 10.172/2001, 11.114/2005, 11.274/2006 e com fundamento nos Pareceres 06/2005 e

18/2005 e na Resolução CNE/CEB nº. 03/2005; a Resolução nº. 004/2007 do CME pelo art. 10º., dispõe sobre a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. No Sistema Municipal de Ensino de Salvador, esta passou a vigorar com as alterações constantes da presente Resolução. Art. 2º O artigo 1º e os parágrafos do artigo 2º passam a ter a seguinte redação: Art. 1º O Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal terá a duração de nove anos letivos, destinado o 1º ano às crianças de seis anos de idade, sendo os anos iniciais organizados em dois ciclos de aprendizagem, com a institucionalização da progressão continuada, respeitando o ritmo e o tempo de aprendizagem dos alunos.

No inciso § 6º da resolução: A progressão continuada dentro dos ciclos de aprendizagem, que deverá ser garantida aos alunos e apoiada por estratégias de atendimento diferenciado, no decorrer de todo o processo, exceto nos anos finais de cada ciclo - 3º e 5º anos.

Estas Resoluções citadas acima, regulamentam a reclassificação que deve ser realizada mediante uma avaliação escrita com três representantes do corpo docente da escola com base nas competências e habilidades orientadas no Diário de Classe de cada ano de escolarização e no início do ano letivo. O resultado da avaliação deve constar em ata lavrada em livro próprio e anexada ao registro individual do(a) aluno(a). Alunos(as) que ingressaram no 1º ano do Ciclo de Aprendizagem I não podem ser reclassificados(as).

Seguindo a lógica da Resolução do CME 04/2007, no inciso § 8º do Art. 7º Do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental foi adotada média 5,0 (cinco) para aprovação dos alunos da Rede Municipal de Ensino, incluindo o Atendimento pedagógico Hospitalar e o Atendimento Pedagógico Domiciliar. A avaliação vem sendo processual e cumulativa e tem registros em Diários de Classe.

Para aprovação ao final de cada ciclo o(a) aluno(a) deve ter construído 80% das habilidades estabelecidas em cada área do conhecimento. Os procedimentos de classificação e reclassificação devem estar coerentes com o Projeto Pedagógico da Escola e constar do Regimento escolar para que se produza os efeitos legais. Para fortalecer essa proposta, a SMED elaborou o documento Referencial Curricular Municipal para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, denominado: "Nossa Rede Projeto Pedagógico de Salvador", em parceria com professores e coordenadores do município, tendo como objetivo alinhar as diretrizes nacionais que são os referenciais

para promover pelo processo educacional municipal, a identidade do povo soteropolitano.

Nós professores(as) do APD da EMHDID utilizamos este material na nossa prática pedagógica junto com os materiais que elaboramos para os(as) nossos(as) alunos(as) de acordo com as suas necessidades e especificidades do ano de escolarização.

Os documentos de registros que utilizamos na nossa prática pedagógica para a Educação Básica e a modalidade da EJA, são:) anamnese (para conhecer a realidade da criança), relatório do Ensino Fundamental I (onde descrevemos o parecer pedagógico, semanal, mensal ou anual, referente ao tempo de atendimento com as habilidades construídas); tem também a declaração de frequência, (documento atestando o período de atendimento – semanal, mensal ou anula), autorização do uso da imagem (documento que permite a divulgação de fotos da criança autorizado pelos pais ou responsáveis, quando necessário). Os registros são essenciais para a comprovação do trabalho educativo e a validação do mesmo. No Ensino Fundamental II temos os mesmos documentos só altera o relatório de Ensino Fundamental II, em que constam as especificidades para este segmento. Os modelos de referências destes documentos de registros se encontram nos anexos: F, G, H, I J, L, M, N, O, desta dissertação.

Mediante o exposto, ressaltamos, que as professoras no APD não somente realizam as aulas, assegurando conteúdos de várias disciplinas, mas sobretudo estudam sobre as doenças e/ou deficiências dos seus/suas alunos(as) e mediante este conhecimento realizam as adaptações necessárias que possam favorecer aos diversos níveis de aprendizagem.

A educação ocorre de forma integral e perpassa todas as dimensões: social, afetiva, física, estética e ética. É preciso ter maturidade emocional para lidar com as intercorrências, saber interpretar as necessidades educativas do(a) aluno(a) e ter uma escuta muito sensível.

Para realizar esse trabalho pedagógico, as professoras precisam estar aptas e dispostas a flexibilizar o currículo e a cada dia se preparar para a sua melhor aula e sempre ter o cuidado de concluir o que iniciou, considerando que a aula precisa ter começo, meio e fim, pois na realidade, a cada dia é um dia que viabiliza ou não a possibilidade de estar com o(a) aluno(a), em função das condições de saúde.

Nesta proposta desenvolvida pela EMHDID, as professoras promovem o respeito pelo contexto sociocultural do(a) aluno(a), combinando com a família antecipadamente os conteúdos relacionados as datas comemorativas, pois existem famílias que não comungam de alguns festejos e é necessário o respeito ao posicionamento destas, diante da educação de base familiar.

Diante dos desafios, nos identificamos com o pensamento de Ceccim e Carvalho (1997, p.14), que diz que:

A criança aprende, porque aprende, porque pensa, se desenvolve e, com isso, enfrenta melhor os acontecimentos de sua vida. A percepção de que, mesmo doente, pode aprender, brincar, criar e, principalmente, continuar interagindo socialmente, muitas vezes ajuda na sua recuperação.

Defendemos estes princípios das pesquisadoras, porque sabemos que a garantia da escolarização favorece o desenvolvimento e a qualidade de vida do(a) aluno(a) em condições de atendimento no ambiente hospitalar e domiciliar, pois, assim este consegue progredir em outras necessidades que favorecem a autonomia e independência diante das exigências do viver.

No ensino fundamental II temos o desafio de ministrar aulas das disciplinas que não somos habilitadas pois são as disciplinas das Licenciaturas e enfrentamos a necessidade de estudar permanentemente, procurando ministrar aulas de excelência para os(as) nossos(as) alunos(as).

Para validação legal deste processo de escolarização a SMED garante a validação do ano letivo pois na maioria das vezes são alunos(as) que estão em defasagem serie e idade.

Os (As) alunos(as) que estão com as condições de seguir no ano de escolarização com os conteúdos respectivos a série, são ministradas as aulas normalmente e tem seu ano letivo validado. Os que não estão aptos, passam por um processo de adaptação de conteúdos curriculares para atingir determinados processos de exigências da escolarização.

Corroboramos com Ceccim e Carvalho (1997, p.14) sobre está consideração que é muito pertinente no trabalho que realizamos no ambiente domiciliar:

Ao pedagogo cabe uma escuta que autoriza um sentimento de aprendizagem, progresso, avanço, transposição do não sei (como na cura), para o saber mais e ganhar maior autonomia dentro das relações que são sociais, de conexões que são coletivas, de agenciamentos múltiplos para a inteligência, despertando um desejo

de cura como mobilização das necessidades e vida. (o conhecimento é circulação em grupo social).

Realizamos o nosso trabalho no município de Salvador, buscando desenvolver nos(as) alunos(as) o desejo de aprender e de se permitir construir as bases de sua autonomia, pois viabilizamos a aprendizagem também em grupo mesmo de forma síncrona. Atuamos com projetos em que inserimos os(as) alunos(as) que fazem parte do APD em processos de contatos *online*, através das redes sociais como o Facebook, onde temos um grupo chamado “Domicílio Virtual”, em que viabilizamos as trocas e partilhas sobre as aprendizagens desenvolvidas.

Os (As) alunos(as) gostam muito de participar de atividades em que utilizamos as tecnologias digitais; está troca responde a importância das relações sociais e como as conexões coletivas viabilizam a circulação do conhecimento como destaca com muita propriedade os estudos de Ceccim e Carvalho, desde 1997.

Promovemos, também, a modalidade da Educação de Jovens e Adultos que está dividida desta forma na SMED:

EJA I – 1º Segmento da Educação de Jovens e Adultos – é constituída de Tempo de Aprendizagem I (TAP I); Tempo de Aprendizagem II (TAP II); e Tempo de Aprendizagem III (TAP III), com duração total de 2.400 horas, em três anos, com períodos de 200 dias letivos cada.

EJA II – 2º Segmento da Educação de Jovens e Adultos – é constituída de Tempo de Aprendizagem IV (TAP IV) e Tempo de Aprendizagem V (TAP V), com duração total de 2.000 horas, em dois anos, com períodos de 200 dias letivos cada.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer 11/2000) traz a EJA, de acordo com a Lei 9.394/96, passando a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufruindo de uma especificidade própria. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) expressa em nosso país, uma dívida social não reparada para com os sujeitos que não tiveram acesso à escola e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, sendo vista como a função reparadora da EJA para a restauração de direitos negados.

Nesse sentido é necessária a oportunidade de jovens e adultos terem acesso à escola para que seja efetivada a função equalizadora que oportuniza a classe

trabalhadora adquirir uma nova condição social por um determinado processo de escolarização.

A Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010 institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. A proposta visa, também, a educação profissional inclusive com os programas PROEJA e Projovem.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos para o Estado da Bahia Resolução CEE Nº 239/2011 resolvem que: a EJA tem identidade própria e que os cursos oferecidos pelo Estado deverão ser gratuitos; especifica a carga horária mínima de cada curso para a certificação. A proposta curricular deve ser baseada nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

As Diretrizes citadas, acima, propõem no Art. 12., a realização de exames de certificação às pessoas com necessidades educacionais especiais, atendidas as idades estabelecidas e os diferentes tipos de deficiência. Determina a idade mínima de 15 anos completos para a certificação do Ensino Fundamental e 18 anos completos para o Ensino Médio. Esta Diretriz regulariza todos os exames, os conteúdos de todas as disciplinas e conhecimentos, valores, habilidades e postura ética sobre a vida cidadã e o mundo do trabalho.

A proposta que vem sendo promovida pelo Atendimento Pedagógico Hospitalar e o Atendimento Pedagógico Domiciliar da EMHDID tem em consideração, também, o Plano Nacional de Educação 2014-2024, Lei nº 13.005/2014, que aborda 20 metas para a melhoria da qualidade da educação, visando a superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania. Dentre estas, as que tratam especificamente da educação de jovens e adultos, ressaltamos a Meta 8, que visa elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

As estratégias desta meta, tem como base: 8.1) institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico

individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados; 8.2) implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

Estas metas e estratégias em destaque são indispensáveis para a efetivação da qualidade do ensino-aprendizagem na EJA visando a implementação de ações que promovam um ensino de qualidade que atinja as especificidades dos discentes desta modalidade, pois apontam a necessidade de investimentos na estrutura, organização e na formação dos profissionais da educação em todas as modalidades de ensino, o que inclui o Atendimento pedagógico Hospitalar e o Atendimento Pedagógico Domiciliar.

O Art. 8 do PNE no inciso III trata da responsabilidade dos Estados e Municípios – “garantir o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades”.

Ao identificar estes parâmetros na realidade da rede ensino municipal de Salvador, identificamos que esta, ainda, não disponibilizou satisfatoriamente, equipamentos e conectividade para os discentes na situação que estamos vivenciando com a crise sanitária devido a pandemia.

Silva (2018, p. 2) ressalta a importância da valorização da escola pública, do professor(a) e do conteúdo como patrimônio histórico da humanidade. Nesse sentido, precisamos lutar e valorizar a educação pública, laica, gratuita e de qualidade para todos(as); necessitamos que estas metas e estratégias sejam alcançadas a longo e médio prazo.

A Resolução Nº 1, de 28 de maio de 2021 institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos aspectos relativos: I – ao seu alinhamento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC); II – à Política Nacional de Alfabetização (PNA); III – à duração dos cursos e à idade mínima para ingresso; IV – à forma de registro de frequência dos cursos, à idade mínima e à certificação para os exames de EJA. – à Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância (EaD). Está é a mais nova Resolução, que já traz orientações sobre como os cursos da EJA podem ser oferecidos, além de presenciais, pela via EaD; segundo

a mesma, está só estará disponível para os Anos Finais do Ensino Fundamental que corresponde ao 2º segmento da EJA e ao 3º segmento da EJA, que corresponde ao Ensino Médio.

Na mesma Resolução de acordo com o Art. 4º a duração mínima dos cursos da EJA, desenvolvidos por meio da EaD, será a mesma estabelecida para a EJA presencial e deverá ter a disponibilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) aos estudantes, em plataformas garantidoras de acesso além de mídias e/ou materiais didáticos impressos.

A Resolução mencionada visa garantir a relação adequada de professores por número de estudantes; e disponibilização de infraestrutura tecnológica como polo de apoio pedagógico às atividades dos estudantes, garantindo seu acesso à biblioteca, rádio, televisão e internet aberta às possibilidades da chamada convergência digital; e reconhecimento e aceitação de transferências entre os cursos da EJA presencial e os desenvolvidos em EaD ou mediação tecnológica.

Seguindo a lógica da mesma Resolução no Art. 8º a EJA, com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, esta poderá ser ofertada das seguintes formas: atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos funcionais específicos e transtorno do espectro autista na modalidade da EJA, de acordo com suas singularidades, a partir da acessibilidade curricular promovida com utilização de metodologias e técnicas específicas, oferta de tecnologias assistivas conforme as necessidades dos estudantes, apoiados por profissionais qualificados.

Em questão na Resolução mencionada acima, no inciso § 4º A EJA, com ênfase na Educação ao Longo da Vida para atendimento dos estudantes com deficiência, transtornos funcionais específicos e transtorno do espectro autista, exigem atendimento educacional especializado, complementar e preferencialmente no mesmo turno da oferta, com possibilidade de ampliação. Ainda, no inciso § 5º as turmas da EJA com ênfase na Educação ao Longo da Vida deverão ser ofertadas em escolas regulares comuns, organizando suas especificidades curriculares, metodológicas, de materiais, de avaliação e outras no PPP da escola.

Vale destacar, ainda, que esta Resolução, em seu Art. 31º., ressalta que o Sistema Nacional Público de Formação de Professores deverá estabelecer políticas e ações específicas para a formação inicial e continuada de professores de Educação Básica de jovens e adultos, bem como para professores do ensino regular que atuam

com adolescentes, cujas idades, extrapolam a relação idade-série, desenvolvidas em estreita relação com as Universidades Públicas e com os sistemas de ensino.

Podemos refletir que temos um ponto positivo quando ao atendimento educacional especializado, que deverá ser oferecido nas escolas regulares, quando olhamos para o Atendimento Pedagógico Hospitalar e o Atendimento Pedagógico Domiciliar, pois esta proposta se apresenta complementar e preferencialmente no mesmo turno da oferta para os discentes que precisam deste atendimento. Nesta perspectiva, é possível ter este atendimento no noturno, considerando a possibilidade desta flexibilização.

No caso do município de Salvador, vem sendo oferecidas várias opções de cursos de EJA, que precisam ser regulamentadas pela rede de ensino, conforme as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para à BNCC (2021)²¹ e outras legislações relativas a modalidades. E em relação as condições de oferecimento via EaD, como vem sendo proposta, esta irá requerer investimento público com equipamentos, conectividade e formação adequada para os profissionais. A depender de como for implementado pode trazer favorecimento há muitos trabalhadores, embora, reconheçamos que o ensino presencial é muito mais efetivo para os sujeitos que são atendidos nesta modalidade no turno noturno. Há também, a questão dos investimentos necessários, que sabemos que serão um entrave para uma oferta de qualidade.

O Atendimento Pedagógico Domiciliar na EJA é basilar para a escolarização dos alunos atendidos pela EMHDID, pois os mesmos através deste atendimento possuem a garantia de direitos no processo de continuidade dos estudos. Os alunos são atendidos no Lar Fonte da Fraternidade e lutaram muito para ter este direito reconhecido e através do Ministério Público. Na época, uma professora foi designada pela SMED para trabalhar no referido Lar e continua trabalhando desde 2019 até o presente. Neste APD os(as) alunos(as) possuem seu direito assegurado e respeitado.

²¹ Ministério da Educação. DESPACHO DE 25 DE MAIO DE 2021. “Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CEB nº 01/2021, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação - CEB/CNE, que, em sede de reexame, entendeu pela reforma do Parecer CNE/CEB nº 06/2020, e do projeto de resolução anexo, que tratou do alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos - EJA apresentadas na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, e outras legislações relativas à modalidade, em observância à Nota Técnica nº 6/2021/CGPA/DPR/SETEC/SETEC, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e à Nota Técnica nº 39/2021/COEJA/DPD/SEB/SEB, da Secretaria de Educação Básica, ambas unidades deste Ministério, conforme consta no Processo nº 23000.023516/2019-46.” Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/despacho-de-25-de-maio-de-2021-322081780>. Acesso em: 15 jun. 2021.

Diante de todas estas questões sistematizadas, não podemos perder de vistas as reflexões de Freire (2016, p.30, p.31), quando destaca no processo pedagógico a necessidade de incorporação da pesquisa:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazer se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Para além das condições de trabalho, no Atendimento Pedagógico Hospitalar e o Atendimento Pedagógico Domiciliar, o(a) professor(a) precisa estar identificado com a possibilidade de ser sempre um(a) possível pesquisador(a), que irá redimensionar a sua prática educativa com um olhar crítico, buscando permanentemente, oferecer o melhor para os seus/suas alunos(as). Ser educador(a) na EJA requer sempre manter esta inquietação que desperta a vontade e o comprometimento diário com o processo de ensino; requer a constante busca de aperfeiçoamento pela prática pedagógica, pois é no ambiente domiciliar e hospitalar, que repercute em compreender a rotina com estudantes, vivendo seus sentimentos, procedimentos que ele(a) enfrenta devido a sua deficiência ou estado de adoecimento intervindo e colaborando para sua melhoria pois a escolarização ao qual tem acesso lhe traz novas perspectivas de estar vivendo.

Quanto a especificidade da oferta da EJA pela SMED, ressaltamos a existência da Resolução do CME Nº 041/2013 que dispõe sobre a Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino de Salvador no art. 1º A educação de jovens e adultos constitui-se modalidade de ensino da educação básica destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Logo no art. 2º esta Resolução ressalta a abrangência dos procedimentos educativos, formativos e a qualificação para o mundo do trabalho da educação de jovens e adultos, com avaliação no processo e integralização dos tempos de escolaridade do ensino fundamental, para atendimento à população de 15 anos de idade ou mais que não teve acesso à escolarização na idade própria, considerando o seu perfil socioeconômico e cultural, suas experiências de vida e de trabalho.

Quanto a estrutura dos cursos da EJA, a Resolução no art. 6º, esclarece:

I – EJA I - integraliza os anos iniciais do ensino fundamental com duração de 2.400 horas distribuídas em três anos formativos:

- a) Tempo de Aprendizagem I - com ênfase nos processos de alfabetização e letramento, devendo ser garantida aos educandos a progressão continuada para tempo de aprendizagem II, em estratégias pedagógicas que garantam um atendimento diferenciado no decorrer de todo o processo educativo;
- b) Tempo de aprendizagem II - com promoção para o Tempo de Aprendizagem III ou escolaridade equivalente;
- c) Tempo de aprendizagem III- com promoção para a EJA II ou escolaridade equivalente.

Já no art. 7º, a Resolução destaca que o currículo se fundamenta nos princípios vigentes dessa modalidade de ensino, com a seguinte estrutura: quando se refere à Base Nacional do Currículo, a EJA I é compreendida pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, Arte, Educação Física e Estudos da Natureza – equivalentes a Geografia, História e Ciências Naturais.

Na Resolução referenciada no Art. 8º aponta que o currículo deve abranger temáticas estabelecidas na legislação educacional que propiciem a integração dos componentes curriculares e a interdisciplinaridade:

I – Estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, ministrado no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Língua Portuguesa e História, conforme estabelecido nas Leis nº 10.639 de 2003 e nº 11. 645 de 2008;

II – Educação Ambiental, desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, em conformidade com a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999;57

III – Música como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, em conformidade com a Lei nº 11.769 de 18 de agosto de 2008;

IV – A economia solidária aborda os processos de produção e as relações de trabalho a Partir dos princípios da autogestão, democracia, participação, socialização das informações, a solidariedade, a cooperação, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho;

V – Já o desenvolvimento sustentável promove o debate sobre como garantir as necessidades materiais que dependem dos recursos naturais, sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras, através de mudança de hábito da população, bem como o desenvolvimento de atitudes éticas em relação ao meio e à sociedade;

VI – A informática contempla o acesso às novas tecnologias da informação associada às práticas sociais.

Em relação a EJA II - integraliza os anos finais do Ensino Fundamental com duração de 2.000 horas distribuídas em dois anos formativos:

- a) Tempo de Aprendizagem IV - com promoção para o Tempo de Aprendizagem V ou escolaridade equivalente;

b) Tempo de Aprendizagem V - com promoção para o Ensino Médio ou escolaridade equivalente.
Parágrafo único. Em nenhuma hipótese poderá haver retenção do educando no Tempo de Aprendizagem I, devendo apresentar, no entanto, a frequência mínima exigida.

A EJA II - A base nacional comum do currículo estruturada por áreas do conhecimento: a) Área I - Linguagens, que compreende os conhecimentos relativos aos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte e Educação Física. Resolução 041/2013 Publicada no DOM de 10/12/2013b); Área II - Matemática, que compreende os conhecimentos relativos ao componente curricular Matemática. c) Área III - Ciências da Natureza, que compreende os conhecimentos relativos ao componente curricular Ciências. d) Área IV - Ciências Humanas, que compreende os conhecimentos relativos aos componentes curriculares História e Geografia.

O art. 8º, afirma que o currículo deve abranger temáticas estabelecidas na legislação educacional que propiciem a integração dos componentes curriculares e a interdisciplinaridade, envolvendo: I – Estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, ministrado no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Língua Portuguesa e História, conforme estabelecido nas Leis nº 10.639 de 2003 e nº 11. 645 de 2008; II – Educação Ambiental, desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, em conformidade com a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999; III – Música como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular; Arte, em conformidade com a Lei nº 11.769 de 18 de agosto de 2008; IV – A economia solidária aborda os processos de produção e as relações de trabalho a Partir dos princípios da autogestão, democracia, participação, socialização das informações, a solidariedade, a cooperação, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho; V – Já o desenvolvimento sustentável promove o debate sobre como garantir as necessidades materiais que dependem dos recursos naturais, sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras, através de mudança de hábito da população, bem como o desenvolvimento de atitudes éticas em relação ao meio e à sociedade; VI – A informática contempla o acesso às novas tecnologias da informação associada às práticas sociais.

Seguindo a lógica da mesma Resolução o Art. 9º ressalta que a dinâmica do currículo prevê o desenvolvimento de eixos norteadores, tais como: trabalho, cultura

e ambiente, ética e cidadania, cultura, democracia e poder, direitos humanos, gênero e etnia, visando formar cidadãos com domínio dos instrumentos básicos da leitura, da escrita e do cálculo matemático para interferir e agir, criticamente, sobre o mundo.

O tempo destinado ao trabalho com os eixos norteadores deve se constituir no tempo pedagógico inserido na organização curricular de forma disciplinar e/ou interdisciplinar através de projetos e/ou atividades.

Para concluirmos o destaque a esta Resolução no art. 10º a avaliação, prevê ser processual e contínua, integrada a todo processo educacional prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Será aprovado/a o/a educando/a que, ao fim do ano letivo, obtiver: I - frequência igual ou superior a 75% do total de horas obrigatórias do período letivo; II - média anual igual ou superior a 5,0 (cinco) em cada componente curricular. A seguir iremos tratar dos Saberes da EJA Saberes para os Tempos de Aprendizagem (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SALVADOR, 2014)

Esta proposta de Saberes da EJA foi elaborada pela Equipe Técnica da CENAP/EJA em parceria com as CRE's, professores de Escolas, Comissão de Alfabetização e o Grupo de Discussão da EJA-GD. Estes Saberes foram construídos com base em documentos legais (Proposta Curricular para o 1º e 2º Segmento da EJA/MEC e Documento de Referência Curricular para EJA II, (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SALVADOR, 2014) e outras produções da SMED, que subsidiam a construção do planejamento e avaliação na EJA em cada disciplina que compõe a Matriz Curricular da EJA I e II. (Anexos H, I, J, L)

Destaco que nesta época, enquanto docente da EJA, eu fazia parte do Grupo Docente (GD) da EJA e participei da construção dos referidos documentos, inclusive da elaboração do Documento de Referência Curricular para EJA II, que teve a parceria da UNEB, a ONG Pierre Bourdieu e os Projetos Inovadores para Educação Básica (PICEB).

Portanto, este foi um documento construído colaborativamente e constou no mesmo os nomes dos(as) professores(as), coordenadores(as) e gestores(as) que participaram ativamente da elaboração dele. Tive a oportunidade de fazer parte e pude constatar o compromisso dos envolvidos e respeito a equipe de elaboração, pois todos eram especialistas e atuavam na sala de aula.

Esta proposta nascida pela discussão ampla de interesses de quem trabalha na EJA, a qual subsidia o trabalho que realizamos com o Atendimento Pedagógico Hospitalar e o Atendimento Pedagógico Domiciliar, nos permite valorizar o

pensamento de Saviani (2013, p.14), que coloca que a escola existe para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam ao acesso elaborado (ciência) a partir do saber sistematizado historicamente pela humanidade e eu todos(as) cidadãos(ãs) precisam ter acesso.

Desta forma podemos constatar que os saberes definem o papel da escola que é propiciar aos estudantes o domínio das objetivações humanas produzidas historicamente nos conteúdos filosóficos, científicos e artísticos, para que possam ascender e ter o seu pleno desenvolvimento como indivíduos, visando assegurar sua inserção ativa e crítica na prática social da produção da vida.

Os saberes inseridos no documento elaborado pela SMED, em 2014, vem sendo a base para o planejamento e a avaliação do processo formativo na EJA e estão organizados de acordo com os seguintes componentes curriculares:

- EJA I: Língua Portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e da Natureza (História, Geografia e Ciências).
- EJA II: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, História, Geografia, Educação Física, Arte, Ciências e Matemática.

Os saberes são indicadores da avaliação e referência pedagógica para o planejamento do/a professor/a; estão distribuídos por áreas do conhecimento (disciplinas) onde o educador poderá articular na construção do planejamento: objetivos, conteúdos, estratégias e situações didáticas. Cada área (disciplina) tem um número específico de indicadores de aprendizagem, ou seja, saberes, a serem construídos pelos(as) educandos(as) no decorrer do ano letivo.

Tabela 1 – Áreas do conhecimento por disciplina referente ao EJA 1

EJA I - Área do conhecimento (disciplina)	Mínimo	Máximo
Língua Portuguesa	0	7
Matemática	5	7
Estudos da Sociedade e da Natureza	5	7

Fonte: SMED, 2014b.

O(A) professo(a) define o quantitativo de saberes para construção do planejamento do bimestre, e conseqüentemente do processo avaliativo dos educandos/as, de acordo com as tabelas 1 e 2.

Tabela 2 – áreas do conhecimento por disciplina referente ao EJA 2

EJA II - Área do conhecimento (disciplina)	Mínimo	Máximo
Língua Portuguesa	02	04
Matemática	02	04
História	01	02
Geografia	01	02
Ciências	01	02
Arte	01	02
Língua Estrangeira Moderna	01	02
Educação Física	01	02

Fonte: SMED (2014b).

Cada saber é avaliado na perspectiva da ampliação dos conhecimentos já construídos e lançados no Sistema *on-line*, que atribui aos mesmos, no final de cada bimestre, um valor numérico a depender do parecer: a construir 0 a 2,5; em processo 2,5 a 5,0, construído 5, a 10,0. Seguindo o documento referenciado acima.

O processo de avaliação é acompanhado e mediado pelo(a) professor(a) que irá promover atividades colaborativas para a construção de uma visão crítica.

Portanto, a relação entre aprendizagem e avaliação só pode se efetivar se ocorrer em sintonia com a concepção de escola enquanto ambiente emancipador, com vigor para aproximar e validar diferenças, tornando-as dispositivos de elevação de autoestima e fortalecimento de sujeitos a partir de sua vivência escolar para compreensão multirreferencial (sic) do mundo. (SMED, 2014a, p.15)

Identificamos nesta citação uma grande coerência pedagógica com a política mais ampla da EJA, pois compreendemos os sujeitos da EJA como atores sociais que possuem condições de transpor as dificuldades e ascender ao mundo do trabalho e superar as deficiências de aprendizagem que lhe foram impostas devido aos seus

direitos negados quando não foram oportunizados acesso à escola no período da vida que lhes era devido para desenvolver o processo de escolarização.

No Atendimento Pedagógico Hospitalar e no Atendimento Pedagógico Domiciliar, promovemos o ensino das disciplinas previstas, sem restrições pedagógicas. No quadro, abaixo, expomos os eixos geradores, as esferas que atingimos, objetivos e indicadores de reflexão que elegemos alcançar com o trabalho pedagógico diário:

Quadro 3 - Eixos temáticos que perpassam todas as disciplinas tratadas pela EJA

Eixos Geradores	Esferas	Objetivos	Reflexões
Saúde	Social	Tornar os educandos da EJA II cidadãos esclarecidos em relação às políticas de promoção da saúde, de acesso à qualidade de vida.	A sociedade precisa da escola para assegurar níveis adequados de bem-estar, liberdade, justiça e equidade
Trabalho	Econômica	Preparar os educandos da EJA II para o mundo do trabalho	Os educandos da EJA II devem poder formar-se como pessoas completas, cidadãos responsáveis e trabalhadores qualificados.
Cidadania	Política	Assegurar aos educandos da EJA II os direitos constitucionais de acesso à educação.	A escola é a coluna vertebral da cidadania e o educando da EJA II deve ter acesso a conhecimentos que promovam a sua participação social.

Fonte: SMED (2014a, p. 31).

O Documento de Referência Curricular para o Segundo Segmento da Educação de Jovens e Adultos - EJA II apresenta os componentes curriculares das áreas perpassando os três eixos, que são: Sujeito e historicidade, Sujeito e sociedade, Trabalho e sociedade; cada eixo apresenta seus objetivos de forma clara e consistente. A Matriz Curricular da EJA é abordada pela Lei nº. 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira” a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, respectivamente.

A proposta abarca, as Diretrizes Municipais de Educação Ambiental implementada pela Secretaria de Educação Documento de Referência Curricular para o Segundo Segmento da Educação de Jovens e Adultos - EJA II 43 em 2006 e as discussões de Desenvolvimento Sustentável; promovem, também as discussões dos componentes Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável, a informática,

contemplando o acesso as novas tecnologias da informação, associada as práticas sociais.

Para se conseguir efetivar os saberes que são propostos na EJA I e II no Atendimento Pedagógico Hospitalar e no Atendimento Pedagógico Domiciliar é necessário realizar uma escuta sensível com os(as) alunos(as), como propõe Freire (2016), pois desta forma possibilitamos viabilizar o respeito as suas histórias de vida e assim a construção do conhecimento mais próximo da realidade de cada um(a).

A verdadeira escuta não diminui em mim, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor, de me posicionar. Pelo contrário, é escutando bem que me preparo para melhor me colocar ou melhor me situar do ponto de vista das ideias. Como sujeito que se dá ao discurso do outro, sem preconceitos, o bom escutador fala e diz de sua posição com desenvoltura. Precisamente porque escuta, sua fala discordante, em sendo afirmativa, porque escuta, jamais é autoritária. (FREIRE, 2016, p.117)

O conhecimento é construído nas relações que os sujeitos estabelecem e a produção do conhecimento se processa de acordo com as possibilidades que cada aluno(a) tem de acesso dentro das condições sócio-históricas que estão inseridos(as). Por isto é tão importante o escutar e respeitar os pontos de vista que cada um(a) irá trazer para compartilhar suas experiências de aprendizagem.

Um destaque que fazemos nesta seção é sobre a Lei Nº 9105/2016, no Art. 1º aprova do Plano Municipal de Educação de Salvador - PME, com vigência por dez anos a contar da publicação desta Lei e que está em consonância com o disposto no art. 8º da Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE. O art. 2º determina que entre as Diretrizes do PME, iremos destacar I- a erradicação do analfabetismo V - valorização dos (as) profissionais da educação e X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. Das 20 metas iremos ressaltar as que são sobre a EJA e a Educação Especial. Esta Lei destaca na Meta 4:

Universalizar, para todos os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (2016)

Esta meta apresenta uma estratégia (4.4) que é fundante para subsidiar o Atendimento Pedagógico Hospitalar e o Atendimento Pedagógico Domiciliar, pois visa promover nas formas complementar e suplementar, atendimento para alunos da Educação Especial matriculados na rede pública em salas de recursos multifuncionais nos hospitais, no Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) e/ou em serviços especializados, públicos ou conveniados, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos o aluno e a família.

Portanto, o trabalho pedagógico desenvolvido no APD e no Atendimento Pedagógico Hospitalar na EJA segue as normativas do MEC e da SMED e atualmente, busca-se trabalhar com os saberes pedagógicos para cada Tempo de Aprendizagem e disciplinas. Como estamos num ambiente familiar no caso da residência, Casa-lar ou casa de apoio, utilizamos metodologias diferenciadas e adaptadas a cada realidade e flexibilizamos o currículo sem perder de vista a essência que dá aporte ao desenvolvimento da formação humana de crianças e jovens.

Trabalhar com os saberes é imprescindível para a continuidade da escolarização desses alunos(as), visando promover a potencialização da aprendizagem, que requer o desenvolvimento humano. Após a realização da avaliação diagnóstica, realizamos um planejamento individualizado para conhecer os limites e dificuldades, potencialidades e assim, elaborar as ações pedagógicas necessárias. Procurando oferecer uma educação integral e uma educação de qualidade que os sujeitos têm direito.

Portanto, é desafiador atuar como professora da EJA no APD; atualmente tenho alunos(as) em Casa-Lar e um aluno em domicílio residência e mantenho o foco em respeitar suas idades e o direito de serem tratados (as) como sujeitos da EJA com seus direitos e particularidades, sem infantilizá-los(as), pois, mesmo com deficiências e estado de adoecimento e alguns com questões de deficiência intelectual, merecem ter acesso a desenvolver todas as suas potencialidades como cidadãos e habilidades necessárias para ter o máximo de autonomia na produção do viver.

Trabalhar no APD e no Atendimentos Pedagógico Hospitalar, requer formação constante pois precisamos estudar sobre a patologia e ou/a deficiência, realizar adaptações curriculares adequadas, oportunizar um processo de ensino-aprendizagem que desperte o desejo de aprender nos alunos, que seja útil para a sua vida e que possibilite uma maior interação e socialização com a sociedade.

Os documentos de registros que utilizamos na nossa prática pedagógica na EJA, são:) cadastro do(a) aluno(a) EJA (para conhecer a realidade do(a) estudante) relatório EJA I, EJA II (onde descrevemos o parecer pedagógico referente ao tempo de atendimento com os saberes construídos.) declaração de frequência, (documento atestando o período de atendimento) autorização do uso da imagem (documento que permite a divulgação de fotos) Os registros são essenciais para a comprovação do trabalho educativo e a validação do mesmo, seja na EJA I ou EJA II, conforme a série do(a) aluno(a).

Estar no contexto do atendimento domiciliar é se permitir transpor barreiras, enfrentar limites e acreditar na singularidade do processo que está sendo desenvolvido pois como aponta Freire (2016, p. 25):

Não há docência sem discência, as duas se explicam, e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem a condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender.

Desta forma, nos identificamos com o pensamento deste grande educador que registrou na educação brasileira, preocupações com a formação dos(as) professores(as); Nesse sentido, seguimos mobilizados(as) em problematizar o conhecimento da prática pedagógica e buscamos a cada dia crescer nesta relação em que os sujeitos aprendem mutuamente pois a educação é um processo em que a reflexão sobre a prática é constante, assim como o estudar é uma prática permanente, pois o conhecimento alimenta o processo de reconhecer o que se está produzindo, como defende o educador Paulo Freire.

Avançamos em expor no próximo capítulo mais um campo empírico desta investigação, onde propomos indicadores que caracterizam a realidade do atendimento pedagógico domiciliar na Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce – 2012 a 2020, considerando uma análise do Projeto Político Pedagógico, aspectos da intervenção no atendimento pedagógico domiciliar desta instituição de ensino e da intervenção pedagógica domiciliar, considerando o que destacam os gestores e coordenadores.

4. INDICADORES DE REALIDADE DO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR NA ESCOLA MUNICIPAL HOSPITALAR E DOMICILIAR IRMÃ DULCE – 2012 a 2020

Apresentamos a análise do Projeto Político Pedagógico da EMHDID com a caracterização do trabalho da unidade educativa, perpassando os fundamentos filosóficos, epistemológicos, princípios didáticos e a concepção curricular.

Para iniciar, traçamos o perfil dos professores, gestores e coordenadores pedagógicos da Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce – 2012 a 2020 e os indicadores de intervenção que são evidenciados pelo processo de investigação realizado no período de 2012 e 2020.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DE PROFESSORAS, GESTORAS E DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL HOSPITALAR E DOMICILIAR IRMÃ DULCE

No ano de 2003, teve início o Atendimento Pedagógico Domiciliar no município de Salvador, através da solicitação de uma família na Secretaria Municipal de Educação que reivindicava a continuidade dos estudos de sua filha em sua residência devido a sua condição de adoecimento e de deficiência e a escola mais próxima do seu domicílio não possuía condições de recebê-la por falta de acessibilidade.

Vale ressaltar que o Atendimento Pedagógico Domiciliar do município de Salvador é o único no Brasil e até o presente momento está vinculado à Secretaria Municipal de Educação de Salvador, que possui a legalidade de certificar os(as) alunos(as) com o histórico escolar. É realizado o atendimento pedagógico a alunos(as) não matriculados na Rede Municipal de Ensino, sendo esses alunos (as) considerados (as) permanentes ou temporários quando são atendidos nos hospitais, casas-lar e casas de apoio. Alunos(as) temporários(as) são aqueles(as) com tempo variado, como os(as) atendidos(as) nas clínicas médicas e cirúrgicas, nas diversas unidades hospitalares. Através da Lei 13.716/2018 (aditivo da LDB) é realizado esse atendimento pedagógico a alunos matriculados ou não na Rede Municipal de Ensino. Já os alunos permanentes, podendo ou não ser recorrentes, aqueles que têm longo prazo de internamento e/ou tratamento de saúde, como é o caso dos alunos em tratamento oncológico, hemodiálise, casos específicos de cardiopatia, síndromes raras e diversas outras patologias atendidas em hospitais e domicílios (residências, casas de apoio e casa lar).

Sendo assim, a EMHDID atende mensalmente uma média de 900 alunos, entre os matriculados e os que são temporários de acordo com os dados fornecidos mensalmente pelos(as) professores(as), segundo o Projeto Político Pedagógico da EMHDID (2019, p. 03). Os atendimentos pedagógicos são realizados nas Instituições de saúde (hospitais e clínicas) e Residências (domicílios, casas de apoio e casas lar).

Foi realizado um levantamento pela secretaria da EMHDID, no ano de 2020, onde foram contabilizadas vagas para os seguintes segmentos que são atendidos pela Rede Municipal de Ensino que fazem parte da EMHDID: Educação Infantil, a partir do grupo 4; Ensino Fundamental I e II e Educação Jovens e Adultos (EJA) I e II, totalizando 153 alunos regularmente matriculados, como demonstra a tabela abaixo sendo que a referida unidade educativa perdeu educandos devido a pandemia e óbitos, pois no ano de 2019 tínhamos 170 alunos matriculados regularmente.

Quadro 04 - Alunos(as) matriculados(as) na EMHDID em 2020

SEGMENTO	TURMA	QUANTIDADE ALUNOS MATRICULADOS
Educação Infantil	-	02
Ensino Fundamental I	-	15
Ensino Fundamental II	-	08
Educação de Jovens e Adultos I	Tempo de aprendizagem TAP I	07
Educação de Jovens e Adultos I	Tempo de aprendizagem TAP II	25
Educação de Jovens e Adultos I	Tempo de aprendizagem TAP III	31
Educação de Jovens e Adultos I	Tempo de aprendizagem TAP IV	41
Educação de Jovens e Adultos I	Tempo de aprendizagem TAP V	24

Fonte: Matrícula Informatizada Social, 2020 (tabela elaborada pela pesquisadora Vale).

O Atendimento Pedagógico Domiciliar também é desenvolvido nas Casas de apoio, Casas-Lar e no domicílio residência, atualmente, estamos atuando em vinte domicílios localizados nos diversos bairros da cidade de Salvador.

Quadro 05 - Domicílios/Casas de Apoio e Casas-Lar

*Casa de apoio/ ** Casa-Lar	Espaço(s) de atendimento	Forma(s) de atendimento	Segmento(s) de Ensino/Modalidade	Turno(s)
*GACC (Grupo de Apoio à Criança com Câncer)	Sala de aula	Coletivo e individual	Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II	Matutino e vespertino
*Casa da Criança Solange Fraga (Acolhimento a crianças adolescentes com câncer e cardiopatia crônica)	Sala de aula	Coletivo Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II	Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II	Vespertino
*NACCI (Núcleo de Apoio ao Combate do Câncer Infantil)	Sala de aula	Coletivo	Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II	Matutino e vespertino
**Lar Vida	Sala de aula e em leitos	Coletivo e individual	Educação Infantil e Ensino Fundamental I	Matutino e Vespertino
**Lar Fonte da Fraternidade	Sala de aula	Coletivo e individual	Educação de Jovens e Adultos	Vespertino

Fonte: Projeto Político Pedagógico da EMHDID, 2019 (quadro elaborado pela autora).

Quanto as **características do trabalho pedagógico**, segundo o PPP da EMHDID o trabalho desta escola acontece em ambiente hospitalar e domiciliar (Casas de apoio, Casa Lar e residências) e busca corresponder com a missão da SMED e sua visão:

Promover educação básica de qualidade, garantindo acesso à cultura, esporte e lazer, contribuindo para a formação do cidadão e sua inclusão social.” Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), seguindo também ao que preconiza a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EMHDID, 2019, p. 09 – 10)

Nesta perspectiva o Projeto Político Pedagógico da EMHDID (2019, f .14), registra necessidades sociais relacionadas a aprendizagem dos alunos, considerando:

Apresentar o desejo de aprender convivendo com uma patologia, num ambiente adverso, como são os hospitais e domicílios (Casas de Apoio, Casas Lar e Residência), sem poder frequentar uma escola comum, é um grande desafio. Nesse sentido, o atendimento pedagógico é perpassado por princípios que visam assegurar um

processo de aprendizagem que perpassa por atos educativos significativos e prazerosos.

Visando promover um processo educativo, que assegure o direito à vida a escolarização dos(as) alunos(as) hospitalizados e em atendimento pedagógico domiciliar, enquanto um serviço, contribui para diminuir o atraso escolar e a evasão.

Ao longo destes vinte anos completados em 01 de outubro de 2021, este serviço vem desenvolvendo um trabalho com seu quadro de profissionais com o propósito de garantir a escolarização através de um currículo comprometido com a formação humana, com metodologias, técnicas e recursos didáticos para atender os (as) seus(as) alunos(as).

O Projeto Político Pedagógico estabelece os seus **objetivos** alinhados com as normatizações da rede municipal de ensino de Salvador e com a legislação referente aos atendimentos de ensino propostos pelo MEC.

- Garantir acompanhamento pedagógico durante o tempo em que o aluno está impossibilitado de frequentar a escola por estar em tratamento de saúde;
- Minimizar os impactos causados pela distorção idade/ano entre os estudantes hospitalizados;
- Viabilizar o acesso, permanência e sucesso das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos nas escolas comuns;
- Propiciar condições para o resgate da autoestima, estimulando o estudo e auxiliando nas possíveis dificuldades de aprendizagem;
- Contribuir com a formação biopsicossocial dos alunos;
- Reduzir os impactos socioafetivos causados pela hospitalização;
- Garantir atenção e cuidado à saúde do professor (vacinação, acompanhamento psicológico).
- Promover a formação continuada para os Professores, Coordenadores Pedagógicos e Gestão em serviço da EMHDID. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EMHDID, 2019, p. 11)

A EMHDID possui como visão de futuro a ser reconhecido como uma escola de referência em **práticas pedagógicas** em ambientes hospitalares e domiciliares, com qualidade, ética e compromisso. Para isto busca cumprir as seguintes metas:

- Garantir qualidade no atendimento pedagógico a 100% dos alunos atendidos durante o ano letivo;
- Possibilitar a redução na distorção idade/série e evasão em 100% dos alunos em suas escolas de origem;
- Viabilizar em 100% o acesso e permanência das crianças, adolescentes, jovens e adultos nas escolas comuns;
- Estabelecer parcerias de atenção e cuidado à saúde do professor com 100% dos profissionais da escola atendidos (vacinação e acompanhamento psicológico);⁵²
- Promover a formação continuada para 100% dos Professores, Coordenadores Pedagógicos e equipe gestora em serviço da EMHDID;
- Minimizar em 70% a defasagem do processo de aprendizagem dos alunos, gerada pelo afastamento das suas

atividades escolares. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EMHDID, 2019, p. 21 – 22)

Estas metas são substanciadas pelo Projeto Político Pedagógico da EMHDID, que aponta os seguintes valores humanos a serem desenvolvidos: respeito às diferenças – culturais, sociais, de credo, étnicas, econômicas e de gênero; responsabilidade social; ética e solidariedade. Fundamentada na missão de oferecer atendimento pedagógico educacional no ambiente hospitalar e domiciliar (casas de apoio, casa lar e residências), nos segmentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e EJA, visando alunos impossibilitados de frequentar a escola comum por motivos de hospitalização ou tratamento de saúde.

Quanto aos fundamentos filosóficos e epistemológicos da proposta do PPP da EMHDID são baseados em Piaget, Vygotsky, Wallon e Emília Ferreiro. Sendo que Piaget e Vygotsky contribuem para compreensão do desenvolvimento psicológico infantil. Wallon e Emília Ferreiro contribuem com a psicogênese da leitura e escrita. Os fundamentos alicerçados em Paulo Freire, embasam a proposta pedagógica da Educação de Jovens e Adultos.

Quando a esta base teórica que alimenta o currículo, em nossa análise, reconhecemos que este precisa ser alinhado a uma teoria que se fundamente de maneira sólida. Sabemos que fundamentos da psicologia educacional pautados na proposta em andamento, precisam ser alinhadas.

Independente da política de formação de professores a EMHDID vem promovendo um processo de formação constante a partir do Projeto Político Pedagógico e este será revisitado e atualizado visto que com a pandemia não ocorreu condições de realizar reuniões formativas com esta finalidade.

A concepção do conhecimento do corpo docente e da gestão da EMHDID respeita as especificidades do trabalho pedagógico realizado nos ambientes de saúde e nos domicílios afirmando que a aquisição e construção do conhecimento está pautado em experiências vivenciadas com base num currículo flexibilizado e adaptado.

Quanto aos **princípios ou procedimentos didático-pedagógicos**, estes são baseados em fundamentos que fortalecem a inclusão, diversidade e respeito a individualidade de cada aprendiz, visando aprendizagens significativas.

A EMHDID visa possibilitar aos(as) alunos(as) um processo de ensino-aprendizagem partindo do nível de desenvolvimento real para que sejam atingidos os objetivos e construído o seu conhecimento respeitando as suas potencialidades e necessidades de acordo com o desenvolvimento de cada aluno(a).

O papel desta escola única no Brasil em sua singularidade visa alcançar nos seus alunos(as), além da aquisição dos conhecimentos, contribuir para a formação do caráter, valores e princípios de cidadania.

O processo de aprendizagem, intrinsecamente, é imbuído de uma intencionalidade educativa, enquanto um ato que necessita de interação dos agentes envolvidos no processo dialógico de ensino e aprendizagem.

Segundo o PPP da EMHDID a prática pedagógica no ambiente hospitalar e domiciliar visa assegurar a continuidade dos estudos iniciados na escola comum, e possibilitar o ingresso daqueles (as) que ainda não tiveram acesso ao ensino formal.

O fazer pedagógico das professoras envolvidas é realizado de maneira diferenciada, de acordo com a rotina de tratamento do ambiente no qual a classe hospitalar esteja inserida, considerando a patologia, as intercorrências referentes ao tratamento de saúde do(a) aluno(a) e o ambiente que ele(a) está inserido(a): sala de aula, leito, casa de apoio ou domicílio.

Destarte, as atividades pedagógicas respeitam o ritmo de cada aluno(a) e sua condição de saúde; a práxis pedagógica é o resultado da observação e escuta sensível que os professores possuem para aliar os princípios metodológicos e gestar um currículo com uma perspectiva ampla atendendo as necessidades e especificidades dos(as) alunos(as).

O PPP se fundamenta numa proposta de currículo, que toma como referência Sacristán (2000, p. 34), que afirma que o currículo “é o projeto seletivo de cultura, social, cultural, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada.” Desta forma a proposta do currículo da EMHDID se ajusta a necessidade das classes hospitalares e domiciliar; desenvolve significados diversos de formação humana, de acordo ao contexto de atendimento, considerando características próprias, procedimentos pedagógicos particularidades para cada tipo de atendimento.

Para a aprendizagem ser significativa são levadas em consideração as experiências de aprendizagem prévias dos(as) alunos(as), aliando e contextualizando

os conteúdos previstos no currículo as experiências do cotidiano; respeita-se a condição socioeconômica e cultural de cada aluno. A ludicidade é aplicada como ferramenta para a aprendizagem através de brincadeiras, artes plásticas, música, contação de histórias; é trabalhada a pedagogia de projetos; dá-se sequência didáticas as aulas, a partir da interdisciplinaridade das áreas curriculares.

As professoras trabalham com as tecnologias moveis como: tablets, notebooks, smartphones, entre outros, enquanto instrumento de apoio pedagógico.

Em relação ao **processo avaliativo** a EMHDID compreende que o ato de avaliar não é simplesmente atribuir uma nota ao histórico escolar. O(A) aluno(a) é avaliado(a) por instrumentos utilizados no decorrer do processo avaliativo tais como: análise da compreensão, interpretação e produção de texto, discussão, reflexão individual e outras atividades que são desenvolvidas processualmente, levando em consideração todo o conhecimento construído. Portanto, os(as) alunos(as) são avaliados(as) seguindo as diretrizes da rede municipal de ensino de Salvador, tendo como registros: frequência computada, relatórios individuais, portfolios, cadernetas, atividades avaliativas orais e escritas de acordo com a faixa etária e a descrição do processo de desenvolvimento que cada um expressa, mas, sempre respeitando o estado de adoecimento, o tratamento de saúde que estejam realizando e aspectos da formação que se acumulam e vão consolidando elementos que caracterizam um processo de escolarização.

A EMHDID possui um **Plano de Ação** com metas, objetivo, ações e estratégia previstas; este Plano de Ação é renovado a cada ano letivo. A meta anual é audaciosa, pois prevê a qualidade no atendimento pedagógico, tendo 100% dos alunos atendidos durante o ano letivo;

- Possibilitar a redução na distorção idade/série e evasão em 100% dos alunos em suas escolas de origem;
- Viabilizar em 100% o acesso e permanência das crianças, adolescentes, jovens e adultos nas escolas comuns;
- Estabelecer parcerias de atenção e cuidado à saúde do professor com 100% dos profissionais da escola atendidos (vacinação e acompanhamento psicológico);
- Promover a formação continuada para 100% dos Professores, Coordenadores Pedagógicos e equipe gestora em serviço da EMHDID;
- Minimizar em 70% a defasagem do processo de aprendizagem dos alunos, gerada pelo afastamento das suas atividades escolares. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EMHDID, 2019, p. 21-22)

É elaborado um **calendário escolar** para cada ano letivo com toda a programação que deve ser seguida no decorrer das unidades com base nas orientações da Secretaria Municipal de Ensino de Salvador.

Segundo Saviani (2013, p. 15) o “currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola”. Apoiada nesta abordagem, a **concepção curricular** da EMHDID tem como base o domínio das objetivações humanas produzidas historicamente nos conteúdos filosóficos, científicos e artísticos que irão possibilitar os(as) educandos(as) conhecer e enfrentar os problemas que a realidade da hospitalização/internamento domiciliar e /ou condição de saúde apresentam.

Os conteúdos são selecionados e sequenciados ao longo do espaço-tempo, considerando as possibilidades e necessidades do aluno, que é um sujeito histórico. A escolarização em hospitais, casas de apoio, casas lar e domicílios, leva-se em conta a concepção de classes escolares e conseqüentemente a relevância de que crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos hospitalizados ou impedidos de frequentarem a escola comum por motivo de doença, independentemente do período, têm necessidades educativas e direitos de cidadania, onde se abrange a escolarização. Sendo a Educação um direito de todos e dever do Estado e da família, o direito a educação se expressa como direito à aprendizagem e a escolarização. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EMHDID, 2019, p. 26).

A escola é o lugar para o encontro do(a) educando(a) com o saber sistematizado, as propostas voltadas para a inclusão educacional de pessoas em estado de adoecimento ou deficiências, implicam em modificações curriculares, que representam as possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades ou não de aprendizagens apresentadas pelos(as) alunos(as).

O(A) professor(a) deve estar ciente de que precisa ter um currículo que seja coerente com o processo pedagógico hospitalar e/ou domiciliar e que ele é o agente do ensino, que promove a aprendizagem ao desenvolver um currículo que atenda às diferenças individuais das pessoas em tratamento de saúde permanente ou provisório, em circunstâncias de atendimento especializado.

As adequações para atingir a coerência necessária são adaptações curriculares, que representam estratégias para a educação destes(as) alunos(as) em estado de adoecimento e são criadas para auxiliar no planejamento pedagógico de um currículo. Para tanto, as ações docentes levando em consideração os seguintes pontos: “O que o(a) aluno(a) deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como

e quando avaliar o(a) aluno(a).” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EMHDID, 2019, p. 27).

A atividade pedagógica realizada nas classes hospitalares da EMHDID objetiva trabalhar conhecimentos significantes da diversidade cotidiana desses alunos(as), assim como, conhecimentos curriculares que respondam por um processo de escolarização para respaldar a ação pedagógica hospitalar e/ou domiciliar a partir de suas especificidades, cuja proposta é própria e é respaldada no Projeto de Lei no. 64/2016. (Anexo A)

A intencionalidade pedagógica do currículo, mesmo quando não esteja explícita é evidenciada de acordo com o que já está estabelecido na comunidade e na sociedade que vivenciamos, enquanto necessidade social para atingir a formação humana. Por isto buscamos na prática pedagógica promover atitudes e desenvolver procedimentos de inclusão, respeito e empatia com os sujeitos da unidade educativa.

Sobre o **acompanhamento e avaliação no PPP - Avaliação Institucional**, este é realizado pelo acompanhamento dos(as) professores(as) pela Coordenação Pedagógica, visitando nas unidades hospitalares/domiciliares, Casa-lar e apoio para que esteja sempre alinhado o trabalho docente e para manter um bom andamento administrativo com as equipes das respectivas unidades. Nestes momentos é realizado o registro de frequência do(s) alunos(as) e são aplicadas avaliações com pareceres descritivos sobre os(as) alunos(as) respeitando as suas individualidades. Neste processo, as professoras sabem que precisam agir com sensibilidade, compreensão, escuta, criatividade e ser persistente para atingir os objetivos educacionais propostos.

Segundo Ceccim (1997), o termo escuta provém da psicanálise e diferencia-se da audição. Enquanto a audição se refere à apreensão/compreensão de vozes e sons audíveis, a escuta se refere à apreensão/compreensão de expectativas e sentidos, ouvindo através das palavras as lacunas do que é dito e os silêncios, ouvindo expressões e gestos, condutas e posturas.

A escuta não se limita ao campo da fala ou do falado, [mais do que isso] busca perscrutar os mundos interpessoais que constituem nossa subjetividade para cartografar o movimento das forças de vida que engendram nossa singularidade. (CECCIM, 1997, p. 31)

A singularidade do trabalho pedagógico exige professores capacitados e comprometidos com a realidade que se apresenta no ensino e aprendizagem desenvolvidos na prática pedagógica no ambiente hospitalar e domiciliar.

Destacam-se, também os momentos denominados de **Otimização do Tempo Pedagógico (OTP)** que é um momento de reunião destinado a formação conjunta e de compartilhamento de aprendizagens múltiplas, onde as professoras promovem retroalimentação da formação continuada para fortalecer o trabalho pedagógico na EMHDID.

Para compreender a razão e efetividade desta prática pedagógica, que implica em uma escola que tem gestoras e coordenadoras, além de um grupo de professoras, inicialmente, traçamos o perfil deste corpo pedagógico comprometido com a EMHDID, em vistas a próxima seção desta investigação.

4.2 PERFIL DAS PROFESSORAS E INDICADORES DE INTERVENÇÃO NO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR e HOSPITALAR: O QUE RESSALTAM AS PROFESSORAS DA EMHDID

Os sujeitos envolvidos no campo empírico desta pesquisa são professoras do sexo feminino, trabalham na educação com determinado tempo de experiência; todas são pedagogas, estão com mais de dez anos na docência na educação básica e mais de cinco anos de docência no atendimento pedagógico domiciliar. Das dez professoras, que compõe o campo empírico desta pesquisa, apenas duas não fizeram cursos de Educação Especial, cuja proposta de formação vem sendo incorporada pela condição individual e no reconhecimento de necessidade advinda da prática pedagógica do dia a dia.

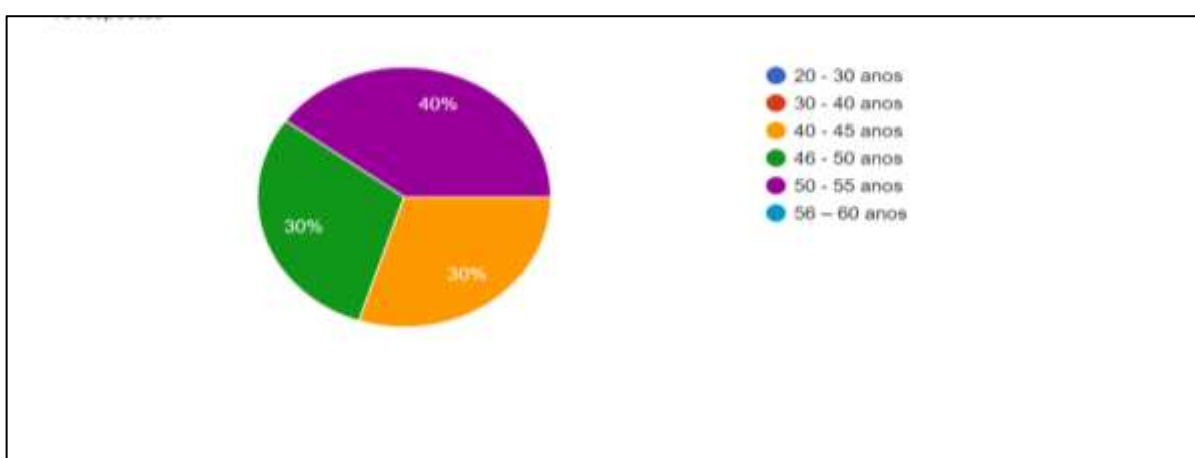
As professoras participantes desta pesquisa, encontram-se na faixa etária de 30 a 55 anos e já foram atingidas pela Reforma da Previdência²², que alterou circunstancialmente a data de aposentadoria. Reconhecemos, por experiência própria, enquanto parte deste corpo de professores, que a condição do exercício do

²²Pedágio 100% (a partir dos 52 anos e 25 de contribuição para mulheres e 55 anos de idade e 30 de contribuição para homens – sendo 20 anos de serviço público e 5 no cargo em que pretende se aposentar) ou Pontos (tempo mínimo de contribuição de 25 anos para mulheres e 30 para homens = 81/91 em 2020). Disponível em: <https://cmpprev.com.br/blog/aposentadoria-de-professor/> Acesso em: 27 dez. 2021.

magistério no Atendimento Pedagógico Domiciliar é extremamente desgastante, fisicamente e emocionalmente, principalmente, porque a função de trabalho exige deslocamentos para vários locais de atendimento ao dia. Sendo que estas profissionais iriam se aposentar com 50 anos de idade e 25 anos de serviço e agora terão que pagar o “pedágio” conforme cada uma se encaixar nas novas regras da Reforma Trabalhista.

Para demonstrar o perfil que caracteriza a idade das professoras participantes desta pesquisa, apontamos um gráfico 01 que ilustra a realidade:

Gráfico 01 - Faixa etária das professoras da EMHDID



Fonte: Dados dos questionários dos Professores aplicados pelo *Google Form* e que foram produzidos pela pesquisadora Vale (2021).

Todas as professoras participantes possuem especializações que as capacitam para o trabalho pedagógico; considerando a formação continuada 1 (uma) possui mestrado e 2 (duas) são mestrandas. Das dez professoras, 7 (sete) trabalham em jornada de 40h e três trabalham em regime de 20h; das professoras de 40h, 1 (uma) trabalha (20h) em atendimento em domicílio e 20h no atendimento em ambiente hospitalar.

Uma característica marcante deste grupo é que as professoras reconhecem a necessidade de estarem sempre realizando formação continuada, ou seja, as professoras estão sempre buscando o aperfeiçoamento da prática pedagógica e esta questão encontra-se registrada na categoria analisada, Otimização do Tempo Pedagógico (OTP), que é um momento de reunião destinado a formação conjunta de estudos e de compartilhamento de aprendizagens vivenciadas nas práticas de ensino

e aprendizagem. O gráfico, abaixo, expressa a realidade expressa pelas professoras sobre a OTP desenvolvido na EMHDID.

Gráfico 02 – Consideração das dez professoras sobre a OTP da EMHDID

Sobre as reuniões de OTP (Otimização do Tempo Pedagógico) você considera:



Fonte: Dados dos questionários dos Professores Google Form 2021

E mesmo no período da pandemia (2020) foram realizadas reuniões formativas através da plataforma *Google Meet* e *Zoom* para continuar o trabalho pedagógico de atendimento de maneira remota.

Há evidências de que foi necessário que as professoras realizassem um elevado esforço para estar nos momentos do OTP; isso em função da necessidade de desenvolver as atividades essenciais programadas. Mediante o questionamento levantado pela pesquisa foi identificado que (100%), reconheceram a importância dos momentos de reuniões da OTP.

A educação foi uma das mais afetadas e as escolas das redes privadas na sua grande maioria conseguiram se estruturar e manter o ensino acontecendo para os estudantes. Enquanto, as redes públicas não se organizaram para manter programas de formação para os seus profissionais, assim como, não ofereceram equipamentos e conectividade *on-line* em condições satisfatórias para que o ensino remoto pudesse acontecer em condições favoráveis que pudesse garantir aprendizagem em níveis favoráveis.

Ao trazer a realidade da rede municipal de Salvador, ressaltamos que paramos o ano letivo presencial, em 16 de março de 2020, devido a pandemia. E apesar de trabalharmos remotamente durante este ano não tivemos o ano letivo de 2020 validado. Em 22 de fevereiro de 2021 foi institucionalizado o “Continuum Curricular 2020/2021” onde as aulas passaram a ser transmitidas pela Tv Aratu.

Contraditoriamente, no final de fevereiro a Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou um estudo onde o município de Salvador esteve entre as capitais do país mais bem avaliadas em relação aos protocolos de ensino a distância na rede pública entre março e outubro de 2020.²³

Enfrentamos as dificuldades de que grande parte dos(as) alunos(as) não possuíam equipamentos e conectividade para a realização do ensino remoto e esta realidade continua persistindo no ano de 2021. Os profissionais da educação estão realizando seu fazer docente com seus próprios recursos e dentro das suas possibilidades. A Secretaria Municipal de Educação instituiu as aulas via televisão, as tele aulas e os(as) professores(as) continuaram até o final de 2021 programando suas atividades pedagógicas e enviando atividades para os(as) alunos(as) de acordo com a programação da Tv.

Dentro desta especificidade temos o público da educação especial/inclusiva onde uma parte tem questões relacionadas a doenças e deficiências devido a isto o planejamento destes alunos(as) é diferenciado. E dentro das possibilidades oferecidas os profissionais das instituições e da EMHDID buscam fazer este trabalho individualizado. O atendimento em ensino remoto ocorreu em 2020 e 2021 devido a Secretaria Municipal de Educação SMED designar o atendimento remoto até dezembro de 2021.

A média de atendimentos por alunos ocorre dependendo do ambiente onde a professora realiza o atendimento; em residência o atendimento para uma professora com jornada de 40h acontece da seguinte maneira: dois alunos no turno matutino e dois alunos no turno vespertino sendo que cada aluno(a) é atendido segunda e quarta-feira pela manhã e tarde e terça-quinta-feira pela manhã e tarde totalizando dois atendimentos para cada aluno(a) da seguinte forma:

²³ <https://www.bahianoticias.com.br> noticia257367ufba-vai-estudar-impactos-da -pandemia- entre-alunos-da-rede-publica-de-salvador-html. Acesso em: 13 março 2021.

Quadro 06 – Característica do atendimento domicílio-residência por uma professora da EMHDID

Dias de atendimento	Aluno(a)
Segunda-quarta feira manhã	Aluno 1
Terça-quinta feira manhã	Aluno 2
Segunda-quarta feira tarde	Aluna 3
Terça-quinta feira tarde	Aluna 4

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora Vale (2021)

Os atendimentos em Casa-Lar dependem do número de alunos(as) matriculados(as); na Casa de Apoio o atendimento é mais flexível pois eles não residem, permanecem dias ou meses para realização do tratamento oncológico, cardíaco entre outros. Este modelo citado, acima, ocorre no ensino presencial, pois no ensino remoto cada professora está atendendo cinco alunos(as) por turno e com uma hora a duas horas de atendimento para cada devido a exposição na tela.

Quanto a identificação do corpo docente da EMHDID, que participou do campo empírico desta pesquisa, destacamos no quadro abaixo, uma caracterização que envolve a formação, assim como tema de docência no APD, tempo de docência na rede de ensino municipal de Salvador e destacamos a média de atendimento de alunos por mês, considerando o ano de 2020: Domicílio residência, Casa-lar e Casa de apoio.

Quadro 07 – Caracterização das condições de trabalho das professoras da EMHDID que foram entrevistadas.

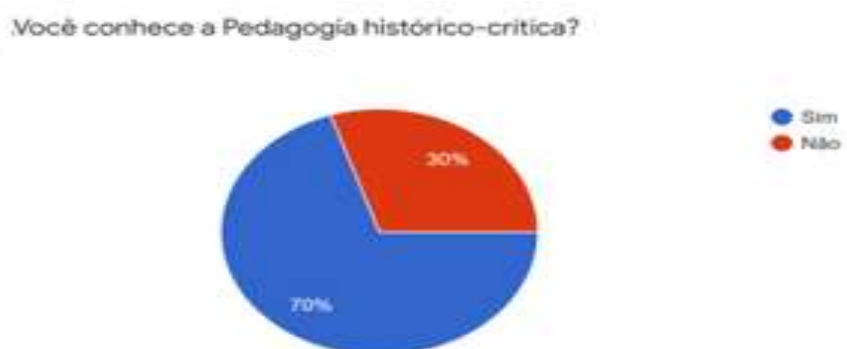
Profes sores	Formação Graduação	Formação Pós-Graduação Lato Sensu- Stricto Sensu	Tempo de docência no APD	Tempo docência na rede municipal	Atendimento em Domicílio residência, Casa-lar e Casa de apoio
P1	Pedagogia	Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Psicopedagogia Clínica e Institucional, Neuropsicopedagogia, Atendimento Educacional Especializado	10 anos	15 anos	11 alunos Casa-Lar e residência
P2	Pedagogia	Supervisão Escolar Educação Especial Neuropsicopedagogia Mestrado em Educação permanente	11 anos	17 anos	10 alunos a depender do dia em Casa de apoio
P3	Pedagogia	Educação Inclusiva - Psicopedagogia Neuropsicopedagogia	11 anos	16 anos	04 alunos/residência

P4	Pedagogia	Educação Ambiental Educação Especial e Inclusiva Psicopedagogia Institucional Alfabetização e Letramento nas Séries Iniciais e Educação de Jovens e Adultos	13 anos	14 anos	35 alunos Casa-Lar
P5	Pedagogia	Atendimento Educacional Especializado Psicopedagogia Políticas Educativas	15 anos	14 anos	32 alunos Casa-Lar
P6	Pedagogia	Educação Especial e Inclusiva	05 anos	17 anos	02alunos/20 h residência
P7	Pedagogia	Neuropsicopedagogia	05 anos	20 anos	04alunos/40 h residência
P8	Pedagogia	Psicopedagogia	09 anos	21anos	04 alunos 40hresidênci a
P9	Pedagogia	Psicomotricidade- Psicopedagogia Educação Especial	09 anos	13 anos	08 alunos Casa-Lar
P10	Pedagogia	Psicopedagogia- Especial Educação	11 anos	16 anos	13 alunos Casa-Lar

Fonte: Dados dos questionários aplicados pela pesquisadora Vale (2021).

Na investigação buscamos identificar possíveis aproximações das professoras EMHDID com a Pedagogia Histórico-Crítica, enquanto, uma proposta de abordagem que avança para fortalecer a concepção do Atendimento Pedagógico Domiciliar e Hospitalar na EMHDID.

Gráfico 03 – Resposta das dez professoras da EMHDID sobre a Pedagogia Histórico-Crítica



Fonte: Dados dos questionários dos Professores Google Form 2021

Foi possível constatar que 70% das professoras conhecem os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica e conforme já foi relatado nesta proposta, esta pedagogia já vem compondo, em parte, a concepção de fundamentos do Projeto Político Pedagógico da referida escola, embora tenhamos identificado a ausência de

uma proposta com enfoque pedagógico na prática, considerando aspectos metodológicos expostos pelas dez professoras.

Quanto ao Atendimento Pedagógico Domiciliar que vem sendo realizado, as professoras da EMHDID, destacam elementos de análise, que passamos a expor no quadro, abaixo.

Quadro 08 - Categoria de análise “Atendimento Pedagógico Domiciliar” levantado pelas entrevistas com as professoras da EMHDID.

Professoras	Habilidades para atender no APD
P 1	“Estar atenta e conhecimento das deficiências, metodologia, didática.”
P 2	“Saber ouvir, para entender a criança, adolescente ouvir suas demandas e necessidades começar e organizar o trabalho de acordo com suas necessidades.”
P 3	“A escuta sensível para adentrar neste ambiente, observar o que não é dito nas entre linhas e a partir dos atendimentos contribuir mais.”
P 4	“Flexibilidade precisa flexibilizar a prática pedagógica e ser flexível para respeitar todos que envolvem a ação pedagógica no domicílio.”
P 5	“Foi desenvolvido ao longo da prática, ao longo da carreira, formação, estudo e pesquisa científica.”
P 6	“Primeiro lugar se dedicar, o mínimo que você pode é entender o seu aluno. Manter uma boa comunicação com a família do aluno”.
P 7	“Ressignificar o trabalho pedagógico por conta da diversidade de turmas que atendo.”
P 8	“Habilidade em lidar com questões motoras.”
P 9	“Capacidade de se adaptar a várias situações de desafios.”
P 10	“Eu tenho habilidade em atender demandas diversas, tenho facilidade em me adaptar as situações.”

Fonte: Dados dos questionários aplicados e sistematizados pela pesquisadora Vale (2021).

Neste quadro 08 é possível observar as habilidades elencadas pelas professoras para a realização do trabalho pedagógico no Atendimento Pedagógico Domiciliar, onde é destacada a necessidade da escuta sensível, assim como estar atenta as demandas das necessidades dos (as) alunos(as), elaborar um planejamento flexível e adaptado. Conhecer as deficiências e saber trabalhar com e sobre, assim como, estar apto (a) para os desafios e se adaptar as situações sem perder de vista o compromisso de ensino e aprendizagem é um dado fundamental a ser considerado.

Quadro 09 - Categoria de análise “Realização profissional” levantado pelas entrevistas com as professoras da EMHDID.

Professoras	Realização profissional como Professora no APD
P 1	“Quando eu vejo que o meu objetivo foi parcialmente alcançado.”
P 2	“É ver o sorriso dos meninos quando a gente chega pois damos um olhar profissional para eles.”
P 3	“Contribuir para a aprendizagem deste aluno em condição de adoecimento dar continuidade a vida escolar do(a) aluno(a)”.
P 4	“Tenho dois anos, mas a maior realização que eu tive foi conquistar a família.”
P 5	“É ver os meus alunos aprendendo o que estou ensinando e vê-los como cidadãos de direitos.”
P 6	“Perceber que o aluno interagiu comigo como professora.”

P 7	“A minha realização é perceber que o aluno não teve prejuízo na sua escolarização.”
P 8	“O sonho de estudar de ter acesso a escolarização.”
P 9	“É saber que cada aluno(a) que pude atender teve acesso a escolarização e puderam continuar sonhando e ter seus direitos respeitados.”
P10	“Minha maior realização é alfabetizar B de 07 anos (aluna em tratamento de câncer.)”

Fonte: Dados dos questionários aplicados e sistematizados pela pesquisadora Vale (2021).

A realização profissional é mensurada através da efetivação dos objetivos que são concretizados em relação aos (as) alunos(as). Todas afirmaram que a realização profissional perpassa pela aprendizagem e por constatar o desenvolvimento do(a) aluno(a). E manter a garantia do direito a escolarização.

Quadro 10 Categoria de análise “Material didático”, levantado pelas entrevistas com as professoras da EMHDID.

Professoras	Condições oferecidas pela SMED para favorecer o trabalho no APD
P 1	“Logico que não, para trabalhar com alunos com deficiência precisamos de recursos que não são disponibilizados. Utilizo recursos próprios e faço adaptações de baixo custo.”
P 2	“Não oferece, só disponibiliza papel e lápis eu busco outros recursos e se for necessario compro. Utilizo todos os meus recursos tecnológicos.”
P 3	“Não atende porque meus alunos têm defasagem idade/série e eu preciso comprar e adaptar os recursos.”
P 4	“Não favorece pois não realiza formação, realizo a minha autoformação.”
P 5	“Não, as condições não são favoráveis devido a falta de recursos materiais para o desenvolvimento do trabalho. Eu custeio e outra parte realizo adaptação de baixo custo.”
P 6	“Não, o material não é adequado para os alunos eu faço adaptação de baixo custo como adaptar lápis e jogos.”
P 7	“Não eu crio estratégias e situações favoráveis para que o trabalho aconteça. Junto a instituição e a família buscando parcerias dentro da instituição.”
P 8	“De forma alguma, precisamos de um acompanhamento e terapia. O profissional procura a parte autoformação. Eu gasto os meus recursos e faço adaptação de baixo custo.”
P 9	“Não, todos os recursos que utilizo eu mesma compro ou faço adaptações.”
P 10	“Não, favorece, pois, faltam materiais, falta formação nós temos oficinas pontuais.”

Fonte: Dados dos questionários aplicados e sistematizados pela pesquisadora Vale (2021).

Nesta categoria de análise pudemos identificar que todas as dez professoras informaram que são elas que custeiam a compra dos materiais didáticos; estas realizam adaptações pedagógicas e assim, possibilitam a existência de recursos pedagógicos para a efetivação das aulas. Há destaque para a ausência de acompanhamento de um profissional para tratar de questões como o “luto”, quando ocorre óbito de alunos(as). Só aconteceu este tipo de acompanhamento às

professoras e familiares em um breve período, quando foi iniciado o serviço educacional.

Quadro 11 - Categoria de análise “Processo pedagógico de ensino e aprendizagem” levantado pelas entrevistas com as professoras da EMHDID.

Professoras	Como foi desenvolvido o atendimento aos(as) alunos(as) na pandemia
P 1	“Aula através de slides, aula interativa através do envio do link, vídeo you tube.”
P 2	“Atividades impressas que são aplicadas por um adulto e envio vídeo. Gravo aulas e estão surtindo efeito.”
P 3	“Estou conseguindo realizar a aula síncrona via chamada de vídeo. Com todos os objetivos propostos para a ação educativa.”
P 4	“Eu tenho conseguido realizar aula síncrona pois a aluna tem um suporte tecnológico muito bom a aula é síncrona.”
P 5	“Realizei vídeo chamada, a produção de vídeo aulas são as que mais desenvolvi utilizando diferentes aplicativos e recursos de alta e baixa tecnologia.”
P 6	“Os vídeos personalizados produzi para eles com a identificação dos alunos.”
P 7	“De forma efetiva não consegui fazer com o APD. Só envio o bloco de atividades e não sei se está sendo efetivo.”
P 8	“Eu tenho gravado tele aulas assíncronas enviando vídeos que faço e realizo aula síncrona.”
P 9	“Aula síncrona via chamada de WhatsApp e atividades impressas.”
P10	“Atividades impressas e vídeos para a educanda.”

Fonte: Dados dos questionários aplicados e sistematizados pela pesquisadora Vale (2021).

Nesta categoria as dez professoras participantes relataram que procuraram desenvolver o trabalho pedagógico realizando esforços possíveis, pois a SMED não vem oferecendo recursos tecnológicos e nem acesso a conectividade para os professores e nem para os(as) alunos (as). Alguns alunos tiveram aulas síncronas e outros só conseguiram o envio das atividades impressas elaboradas pelas professoras. Foram repassados os cadernos da rede municipal. No segundo ano da pandemia (2021), as professoras continuaram da mesma forma, sem recursos tecnológicos e conectividade online.

Quadro 12 - Categoria de análise “Otimização do Tempo Pedagógico” levantado nas entrevistas com as professoras da EMHDID

Professoras	Importância da Otimização do Tempo Pedagógico para o trabalho no APD
P 1	“Trocamos experiências, colocamos nossas angústias para fora e nos fortalecemos.”
P 2	“Reunião com o grupo é importante pois é um momento de troca.”
P 3	“É super importante, momento de trocas de se encontrar no outro, trabalhar as perdas e frustrações.”
P 4	“Diálogo com a gestão e o grupo.”
P 5	“Sim pois é um momento de acolhimento, troca de informação e experiências, reflexão, planejamento e reorganização do fazer pedagógico. Essa reflexão do fazer pedagógico permite uma reelaboração da ação educativa, favorecendo o melhor planejamento que atenda as diferentes necessidades dos(as)alunos(as).”
P 6	“Sim, momento de troca e partilhas.”
P 7	“Momento de organização do planejamento e partilhas.”
P 8	“É muito importante pois conseguimos partilhar, tirar dúvidas realizar trocas. O nosso grupo é muito unido fazemos a nossa terapia em grupo.”
P 9	“Momento de organizar o planejamento e trocar experiências e fortalecer o grupo.”

P 10	“Importante oportunidade de troca e fortalecimento do trabalho e de questão emocional e pessoal.”
------	---

Fonte: Dados dos questionários aplicados e sistematizados pela pesquisadora Vale (2021).

Quanto ao desenvolvimento do processo pedagógico, todas as dez professoras evidenciaram a importância da Otimização do Tempo Pedagógico para a formação continuada e para o desenvolvimento do trabalho, pois alegaram que é neste momento que ocorre o compartilhar das atividades exitosas, assim como as dificuldades são discutidas coletivamente. Este espaço compartilhado propicia a troca, momento de tirar dúvidas e ocorre o confronto da prática pedagógica com as teorias de ensino e as professoras; é também um espaço de trocas emocionais, em função dos desafios enfrentados. É neste espaço que é promovida a organização do planejamento e partilhas de conhecimentos adquiridos na prática pedagógica; é um momento em que a gestão promove formações para o grupo sempre contando com parcerias voluntárias de especialistas.

Com a pandemia ocorreu a formação continuada das professoras, via plataformas com temas pertinentes tais como: Autoconhecimento e expansão da consciência; marcos legais e resoluções para o atendimento em ambiente hospitalar e domiciliar, dentre outros temas.

4.3 INDICADORES DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA DOMICILIAR: O QUE RESSALTAM AS GESTORAS E COORDENADORES DA EMHDID

As Coordenadoras da EMHDID estão na faixa etária de 41 a 55 anos e todas possuem especialização em Educação Especial. O mínimo de tempo trabalhando na rede municipal é de dezenove anos e todas estão há mais de cinco anos neste trabalho pedagógico do atendimento pedagógico domiciliar.

Na coordenação da escola a que possui mais tempo tem seis anos visto que a escola tem este tempo de fundada.

Nas entrevistas as três coordenadoras relataram que o maior desafio para gerenciar o núcleo do domicílio é: conseguir se deslocar para atender as professoras em todos os domicílios que são distribuídos em toda a cidade do Salvador, já que não possuem um carro disponível pela SMED para a organização desta demanda de trabalho, e as mesmas são responsáveis pelo acompanhamento de todas as unidades hospitalares, Casas-Lar e Casas de apoio, devido há isto a logística precisa ser bem definida para que todas as docentes e discentes possam ter o atendimento necessário as suas demandas.

Quadro 13 - Caracterização das condições de trabalho das gestoras da EMHDID que foram entrevistadas

Gestoras	Formação Graduação	Formação Pós-Graduação <i>Lato Sensu-Stricto Sensu</i>	Tempo de gestão no APD	Tempo de docência na rede municipal
G1	Pedagogia	Especialização em Neuropsicologia Especialização em Educação Especial e Inclusiva-; Especialização em Educação de Jovens e Adultos	04 anos	19 anos
G2	Pedagogia	Atendimento Educacional Especializado. Especialista em Educação Inclusiva e Diversidade.	01 anos	06 anos
G3	Pedagogia	Especialização em Coordenação Pedagógica Especialização em Educação Especial e Inclusiva	05 anos	14 anos

Fonte: Dados dos questionários aplicados pela pesquisadora Vale (2021).

No gráfico, abaixo, expomos uma caracterização da faixa etária que correspondem as idades das professoras/gestoras de maneira sistematizada.

Gráfico 04 – Caracterização das idades das três gestoras da EMHDID

DADOS PESSOAIS



Fonte: Dados dos questionários dos Gestores Google Form 2021

As gestoras estão na faixa etária de 41 a 55 anos e todas possuem especialização em Educação Especial; o mínimo de tempo trabalhando na rede municipal é de dezenove anos e todas estão há mais de cinco anos trabalhando na EMHDID. Na gestão da escola a que possui mais tempo tem seis anos, visto que a escola tem este tempo de existência. Relataram que o maior desafio para gerenciar o núcleo do domicílio é em função de atender as solicitações vindas do Ministério Público da Bahia, pois não existem professores disponíveis para muitas demandas solicitadas. E atualmente, em 2022, com a saída de quatro professoras no segundo semestre de 2021, o núcleo só conta com seis professoras da rede municipal e que estão lotadas na EMHDID. Além do atendimento hospitalar as professoras se dividem em outros espaços Casa-Lar e Casa de Apoio. Na retomada das aulas em fevereiro de 2022, o APD terá grave problema em atender a demanda, que anualmente vem

crecendo. Há evidências da ausência do órgão central (SMED) prestar mais apoio ao trabalho, considerando a diversidade que se apresenta pela demanda da realidade das famílias que necessitam do serviço educacional do APD.

No quadro abaixo, expomos uma ilustração em gráfico da caracterização da faixa etária das coordenadoras da EMHDID

Gráfico 05 – Caracterização da idade das três coordenadoras da EMHDID

DADOS PESSOAIS



Fonte: Dados dos questionários dos Coordenadores Google Form 2021.

As Coordenadoras Pedagógicas estão na faixa etária de 41 a 70 anos e possuem entre dezenove há cinco há dezenove anos trabalhando na rede municipal e na coordenação da EMHDID, com no mínimo cinco anos; todas possuem especialização em Educação Especial.

Quanto as entrevistas, estas coordenadoras levantaram os seguintes desafios para coordenar o núcleo do domicílio, considerando uma síntese: A Coordenadora 1 relata que embora haja compreensão dos órgãos gestores sobre o trabalho, há uma carência de profissionais para atender a demanda de solicitações. A Coordenadora 2 destaca o desafio do trabalho, considerando o distanciamento dos domicílios que são localizados em diversos bairros da cidade do Salvador. E a Coordenadora 3 relata a mesma dificuldade, ressaltando a logística do acompanhamento do trabalho e algumas vezes o suporte à saúde dos(as) alunos(as) que não é o ideal, pois as carências das famílias, também são um fator limitador.

As Coordenadoras trazem a dificuldade de ter que gerir um núcleo onde existem dezenove domicílios em bairros diferentes e distantes, mas as Casas-Lar e Casas de apoio e que não contam com o suporte e apoio necessário do órgão central SMED. E ressaltam que em meado de 2021 ficaram com uma (1) coordenação a menos na equipe. Essa realidade desafiadora de esvaziamento de profissionais ao

corpo da EMHDID vem acontecendo devido à pressão do órgão central que oferta o serviço. No quadro abaixo, dados destacados a partir das falas das gestoras da EMHDID e que servem de referência para a análise de conteúdo, que sistematizamos.

Quadro 14 – Aspectos de desafios para gerenciar o núcleo do APD pelas coordenadoras da EMHDID

Gestoras	Desafios para gerenciar o núcleo do APD
G1	“O maior desafio é atender às solicitações vindas de pais/familiares, do Ministério Público e da Secretaria Municipal de Educação, de Instituições de saúde e, por vezes, da própria família, para a realização/implantação do atendimento domiciliar. Há uma demanda maior do que a disponibilidade/oferta de professores lotados em nossa escola para atuar neste campo. Ou seja, faz-se necessário ampliar o quadro de docentes.”
G2	“No atual momento, a PANDEMIA.”
G3	“Penso que a ausência do órgão central se apresenta como o grande desafio dentro desse aspecto e as realidades diversas envolvendo a saúde dos alunos, bem como as articulações acerca do perfil de cada família.”

Fonte: Dados da entrevista aplicada e sistematizada pela pesquisadora Vale (2021).

No quadro abaixo, expomos uma caracterização mais geral das condições de trabalho das coordenadoras da EMHDID, expondo um processo sistematizado, extraído dos questionários e entrevistas realizadas.

Quadro 15 - Caracterização das condições de trabalho das coordenadoras da EMHDID que foram entrevistadas

Coordenadoras	Formação Graduação	Formação Pós-Graduação Lato Sensu- Stricto Sensu	Tempo de coord. no APD	Tempo de docência na rede municipal
C1	Pedagogia	Psicopedagogia Clínica e institucional - concluído Educação Especial e Inclusiva para a Educação Infantil.	08 anos	11 anos
C2	Pedagogia	Especialização em Alfabetização - Especialização em Psicopedagogia Institucional - Educação Especial e Inclusiva - Especialização em Educação de Jovens e Adultos.	10 anos	13 anos
C3	Pedagogia	Especialização em Neuropsicologia Educação Especial e Inclusiva - Especialização em Educação de Jovens e Adultos.	05 anos	14 anos
C4	Pedagogia	Especialização em Coordenação Pedagógica - Especialização em Educação Especial e Inclusiva.	06 anos	07 anos

Fonte: Dados das entrevistas aplicadas e conteúdos das falas sistematizados pela pesquisadora Vale (2021).

Esta formação qualificada das quatro coordenadoras que atuam na EMHDID não recebeu formações específicas para este atendimento pedagógico em ambiente domiciliar e hospitalar pela SMED.

Quanto aos desafios para coordenar o Núcleo do APD, destacamos no quadro, abaixo, o que dizem as professoras coordenadoras.

Quadro 16 - Desafios apresentados pelas coordenadoras da EMHDID para coordenar o núcleo do APD

Coordenadoras	Desafios para coordenar o núcleo do APD
C1	“A compreensão dos órgãos gestores da escola municipal (gerência regional -GRE e DIP- diretoria pedagógica) compreenderem e darem o suporte necessário ao desenvolvimento das práticas que são efetivas para o atendimento pedagógico domiciliar.”
C2	“A maior dificuldade é o distanciamento dos domicílios distribuídos pela Cidade do Salvador. Pessoalmente eu não dirijo, o que dificulta meu deslocamento, mas não impede o acompanhamento. Sempre que possível acompanho in loco, porém a equipe de professores é extremamente competente e mantém contato diário comigo, através de WhatsApp, telefonemas e ou e-mails o que me dá segurança no acompanhamento pedagógico.”
C3	“O maior desafio é dar suporte ao docente assim que ele solicita. OBS: A logística do trabalho traz um entrave diante deste suporte. Nem sempre é possível o Coordenador estar presente no ambiente domiciliar e diante de outras demandas, por vezes, este suporte não é o ideal. Faz-se o possível.”
C4	“Os professores que compõe e realiza a prática pedagógica no atendimento pedagógico domiciliar tem uma dedicação ímpar nesse fazer. Porém, as realidades diversas dos alunos matriculados neste atendimento pressupõem que a busca por alternativas precisa ser constante e rápida para que possam atingir os objetivos pedagógicos traçados em todo planejamento. Essa é uma questão desafiadora.”

Fonte: Dados das entrevistas aplicadas e conteúdo das falas sistematizadas pela pesquisadora Vale (2021).

As professoras evidenciaram a “realização profissional” através da preocupação com o aprendizado e desenvolvimentos dos(as) alunos(as). Sobre esta questão levantada nos questionários, a Professora 3 descreve que a sua realização profissional passa por “[...] contribuir para a aprendizagem deste aluno em condição de adoecimento dar continuidade a vida escolar do(a) aluno(a)”; a Professora 7 relata: “a minha realização é perceber que o aluno não teve prejuízo na sua escolarização.” Estas falas denotam interesse pelas professoras, o valor social do trabalho realizado e a contribuição significativa que promove à sociedade, quando identifica nestes alunos o caráter do gênero humano.²⁴

Até o final de 2021 as professoras ministram as aulas de forma remota com aulas síncronas via plataformas tais como: Google meet, WhatsApp entre outros.

²⁴ Para o pesquisador Duarte (2013, p. 99): “A formação do indivíduo como ser humano é a formação como um ser pertencente ao gênero humano”. Esta proposta parte da perspectiva de conceber uma educação que desenvolva uma dupla perspectiva: “a de sua formação como ser social, isto é, como pessoa que é parte de uma determinada sociedade, e a de sua formação como ‘ser genérico’, ou seja, pertencente ao gênero humano.”

Cada professora está ministrando aula para cinco alunos(as) no ensino remoto totalizando quinze alunos(as). Ver instrumentos de registros nos anexos L, M, N e O.

Diante das condições precárias de apoio e mediante a constância da pandemia, este corpo de gestores, coordenadores e professores da EMHDID está apreensivo quanto condições para manter o APD nesta instituição. Sabe-se, que com o retorno as aulas presenciais, haverá maior demanda de reivindicação deste atendimento e certamente maiores desafios. A incerteza do que irá ocorrer a partir do início das aulas em 2022, coloca todos a equipe de EMHDID intranquila.

5. CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA AO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PEDAGÓGICOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A Pedagogia Histórico-Crítica foi articulada com base teórica no contexto das lutas que se travaram no período da ditadura militar nas décadas de 1970 e 1980, no período do golpe militar e teve a preocupação de fundamentar a compreensão da educação a partir do trabalho pedagógico dos(as) professoras.

Trazemos elementos desta Pedagogia Histórico-Crítica como proposta para subsidiar o apoio pedagógico domiciliar e hospitalar, por desenvolver com precisão e clareza o caráter da formação humana, enquanto objetivo educacional e por trazer reflexões significativas sobre a questão da organização do tempo reservado ao trabalho pedagógico, que segundo Saviani (2013, p. 105) é um elemento fundante sob o ponto de vista qualitativo do ensino e aprendizagem.

A pedagogia histórico-crítica desenvolve reflexões pedagógicas com proposições concretas em vistas à formação de professores, de forma que a crítica que possa ser concebida por outras correntes teóricas não seja esvaziada pela falta de soluções sobre o processo de organização metodológica no processo de ensino e aprendizagem.

Por reconhecer os limites que a organização do tempo impõe as propostas metodológicas que vêm sendo desenvolvidas pelo apoio pedagógico domiciliar e hospitalar para atender ao propósito da formação humana na Educação Básica e na modalidade de educação da EJA, definimos no recorte a essa questão, aqui tratada nesta investigação, considerando a questão da prática pedagógica no campo metodológico de ensino e aprendizagem. Por mais que tenhamos nos esforçado em explicar determinados processos, esta, ainda, exige uma discussão mais aprofundada no que diz respeito à formação dos(as) professoras para compreender a formação das pessoas/alunos(as), que muitas vezes sob limites visíveis e invisíveis aos olhos, precisa fazer da sua vida uma relação consciente com a condição de gênero humano, pois a sociedade forjada pela formação econômica capitalista já lhes impõem uma gigantesca condição de isolamento e limitações.

Para Duarte (2013, p. 15):

A formação do indivíduo para si é a formação do indivíduo como uma pessoa que faz de sua vida uma relação consciente com o gênero humano. Essa relação concretiza-se por meio dos processos de objetivação e apropriação que, na formação do indivíduo para si, se

tornam objeto de constante questionamento, de constante desfeticização. A formação do indivíduo para si é a formação de um posicionamento sobre o caráter humanizador ou alienador dos conteúdos e das formas de suas atividades objetivantes, o que implica a formação de igual posicionamento em relação aos conteúdos das objetivações das quais ele se apropria e das formas pelas quais se realizam essas apropriações.

Para este pesquisador da educação, os resultados provenientes do processo de humanização histórico-social do gênero humano não se acumularam no organismo, nem são simplesmente transmitidos pela herança.

Portanto, é preciso a compreensão de que tenhamos bem definida a questão da distinção entre a espécie humana, como uma categoria biológica e gênero humano, esclarecido por Duarte (2013), como uma categoria histórica, porque tem uma existência objetiva, cuja capacidade tem os indivíduos de desenvolverem e superarem a mera adaptação do organismo ao meio; mas este processo depende de mediações educacionais e interações social, cuja base pode ser proporcionada por um comprometido processo de escolarização para todos os cidadãos(ãs) em qualquer condição que possa ser considerada socialmente limitadora e que esteja submetido.

Para Duarte (2013, p. 105):

As teorias psicológicas e pedagógicas que veem nas condições sociais apenas barreiras inibidoras e repressoras do desenvolvimento e da expressão do ser “autêntico” do indivíduo absolutizam um problema que realmente existe, mas que não é inerente à formação da individualidade humana em qualquer contexto histórico.

Portanto, para discutir a promoção pedagógica no atendimento de apoio pedagógico domiciliar e hospitalar partimos do pressuposto de que o processo de desenvolvimento dos(as) cidadãos(ãs) acometidos de adoecimento temporário ou permanente, exige uma preparação dos(as) professores(as) para entender que a despeito do grau de sofisticação das descrições e análises dos processos de interação pedagógica necessárias, maior ou menor importância atribuída aos fatores sociais (apenas ambientais), conduz ao fato de uma educação que se preocupa apenas com o desenvolvimento biológico do ser humano.

A base para explicar o desenvolvimento educacional proporcionado pela psicologia histórico-cultural que é tratada pela Pedagogia Histórico-Crítica, avança para além da explicação dada pela relação organismo-meio, pois esta não possibilita a compreensão da dialética objetivação-apropriação de conhecimentos para a

produção do viver, seja em que circunstância deste viver esteja comprometido socialmente.

As mediações pedagógicas que ocorrem no processo pedagógico entre o indivíduo e o gênero humano são exteriores ao organismo, o que obriga os(as) professoras reconhecerem a necessidade do trabalho pedagógico desenvolver uma metodologia de ensino e aprendizagem, que defina processos que proporcionem objetivações apropriadas às condições da necessidade social que cada criança e jovem necessita para viver.

A proposta de fundamentos da pedagogia que estamos expondo neste capítulo para subsidiar a formação de professores, parte da compreensão da relação entre indivíduo e gênero humano, que sempre se realiza no interior das relações sociais concretas e históricas, na qual cada cidadão(ã) se encontra inserido(a), pois para Duarte (2013, p. 111): “A generalidade dos indivíduos não é uma substância exterior à sua sociabilidade.” Ou seja, a qualidade do pertencimento dos(as) cidadãos(ãs) adoecidos numa sociedade é uma necessidade que exige das políticas públicas de municípios e de estados, o significado de conceber estas pessoas ao pertencimento do gênero humano.

Quanto propomos para a EMHDID a realização do ensino e aprendizagem substanciados na prática das professoras pela Pedagogia Histórico-Crítica, estamos propondo possibilidades de avanços no campo metodológico, considerando ser este espaço essencialmente fundante para as intervenções pedagógicas que alimentam estes pressupostos, aqui apresentados.

O método pedagógico proposto pela Pedagogia Histórico-Crítica, tem momentos ou passos que se articulam num mesmo movimento dialeticamente, considerando o trabalho educativo que se desenvolve na realização de cinco momentos interdependentes que se desenvolvem na prática metodológica de ensino dos(as) professores(as). (SAVIANI, 2018)

O ponto de partida da prática educativa é denominado de **prática social**, enquanto prática humano-genérica, historicamente produzida e socialmente acumulada. Nesse processo, alunos(as) e professores(as) possuem posições diferentes. Os alunos com suas vivências empíricas e imediatas, expressam uma visão difusa ou sincrética da realidade social. Já os(as) professores(as), que já ascenderam a uma visão mais concreta da realidade por já terem tido um acúmulo de conhecimentos são capazes de captar o movimento que permite compreender e

explicar o que a prática social verdadeiramente é e em seu vir a ser, concebendo possibilidades de transformação.

Cabe ao (a) professor(a) conhecer a realidade social dos(as) alunos(as) e ao identificar o que deve servir como ponto de partida do processo ensino e aprendizagem, deve observar que não é oferecer o que está apenas no conhecimento prático do cotidiano do (a) educando (a) e sim compreender os problemas da prática social, que o envolvem, em sua totalidade a realidade de vida do(a) aluno(a), buscando oferecer conhecimentos que ampliem a possibilidade de superação ou modificação. (SAVIANI, 2018, p. 56)

O(A) professor(a) precisa identificar o nível de conhecimento de seus alunos(as), a partir de objetivações de interesses humanas que partem de conhecimento sobre a realidade; estes indicadores permitem a identificação de determinados conteúdos que são gerados por elementos culturais (conhecimentos científicos), que devem ser assimilados considerando tempo pedagógico de assimilação e o que é primordial ser apreendido; este processo requer uma seleção de conteúdos pelo(a) professor(a).

Sem necessariamente desenvolver uma sequência de passo, o(a) professor(a) promove o momento da **problematização do conteúdo**; neste momento do processo de ensino o(a) professor(a) deve ter claro seus objetivos específicos para saber conduzir o processo de aprendizagem. O conteúdo de ensino se torna evidentemente questionado na relação com a sociedade e as questões práticas da realidade do viver, cujos determinados fatores que geram problemas necessitam de conhecimentos para serem resolvidos. Trata-se do momento em que o conteúdo problematizado pela prática social é colocado em xeque; questiona-se as respostas já dadas pelas sistematizações produzidas; é hora de rever as insuficiências e incompletudes de conhecimentos já assimilados. É pela problematização que o(a) professor(a) realiza a mediação (o particular) da relação dialética entre a genericidade da prática social (o universal). Nesse processo, os conteúdos de ensino e aprendizagem ganham sentido e objetivação para os(as) alunos(as).

A(s) problematização(ões) levantadas pelo diálogo (professor(a) e aluno(a)), quando identificadas na realidade social da prática humana, levantam questões, cujas respostas estão inseridas nas práticas sociais, mas que somente podem ser identificadas a partir de conhecimentos já elaborados e sistematizados. Esse momento é denominado de **instrumentalização**. Trata-se de oferecer aos(as)

alunos(as) referências de estudos, transmissão de conhecimentos, que viabilizam reflexões sobre a prática social; os conteúdos tratados são ferramentas culturais necessários à luta social pela necessidade de apropriação para conceber a luta pela superação da realidade social questionada por exigir transformação, mudanças.

Os (As) alunos(as), adquirindo instrumentos/conhecimentos pelo domínio de conteúdos, expressam nova forma de entendimento sobre a realidade social, que as ascendeu. Este momento é denominado de **catarse**. É na catarse que é possível identificar o processo de assimilação do conhecimento adquirido; é quando o(a) aluno(a) demonstra compreensão e assimilação de elementos culturais que compõem a realidade complexa.

A apropriação de instrumentos físicos e psicológicos pelos(as) alunos(as) permite que estes desenvolvam o processo de objetivação, enquanto gênero humano, capaz de compreender e buscar intervir na realidade que o determina, enquanto ser social na sociedade. Segundo Saviani (2018, p. 59) é na catarse que se opera no(a) aluno(a) uma mudança momentânea na relação entre a consciência individual e o mundo, fazendo com que este(a) se identifique com a realidade de uma maneira diferente daquela própria ao pragmatismo e ao imediatismo da vida cotidiana.

O ponto de chegada pode ser identificado quando o(a) aluno(a) consegue expressar, pela problematização da prática social inicial dada, condições de elaborar uma síntese, demonstrando capacidade de compreensão e explicação real dos fenômenos questionados, dada a complexidade possível de compreensão que a instrumentalização favorece pelo processo de escolarização.

Esta proposta pedagógica, propicia mudanças no sujeito que sai do sincretismo para uma compreensão sintética da realidade, e assim pode alterar sua compreensão de forma consciente a partir de conhecimentos assimilados. No ponto de chegada da prática educativa desenvolvida, o(a) aluno(a) é capaz de identificar a **prática social** num patamar mais elevado de compreensão e de possível intervenção; isto é, com outras possibilidades de conhecimentos assimilados, demonstrando ter passado da síncrese para a síntese; significa que é capaz de compreender o fenômeno em sua complexidade, dada as condições explicadas pela prática social problematizada e conhecimentos científicos da instrumentalização tratados pelo(a) professor(a). (SAVIANI, 2018, p. 60)

Há diferentes tipos de saberes, conforme Saviani (1997), enquanto elementos que os indivíduos precisam assimilar para que se tornem humanizados e que possam

desenvolver a capacidade de compreender a realidade para se situar e se possível, intervir. Para tanto, é preciso que os(as) professores(as) estejam preparados e dominem determinados saberes pedagógicos, tais como: **saber didático-curricular; saber pedagógico; saber crítico-contextual; saber atitudinal; saberes específicos.**

O **Saber didático - curricular** diz respeito da necessidade de dominar a seleção e organização de conhecimentos específicos em função do processo ensino-aprendizagem. Significa saber como os conteúdos/conhecimentos serão trabalhados e estruturados, ou seja, o(a) professor(a) precisa dominar os conhecimentos das disciplinas que irá lecionar. O domínio do saber-fazer é dominar os procedimentos metodológicos e a dinâmica do trabalho metodológico, pois exige uma estrutura articulada entre conteúdos, instrumentos e procedimentos, que se movimentam no espaço e tempo pedagógico com objetivos intencionalmente formulados pelos professores.

O **Saber pedagógico** significa dominar os processos pedagógicos e saber a sua identidade enquanto professor-educador e qual teoria educacional irá embasar o seu trabalho. Este saber fornece a base da construção da perspectiva educativa que define a identidade do(a) educador(a).

O **Saber crítico-contextual** é relativo à compreensão das condições sócio-históricas que determinam a tarefa educativa e possibilita o(a) professor(a) compreender qual o contexto e em qual base se desenvolve o trabalho educativo e assim, preparar os(as) alunos(as) para desenvolverem papéis de forma ativa e inovadora dentro da comunidade. Com este saber pedagógico é possível detectar as necessidades presentes e futuras que precisam ser atendidas pelo processo educativo sob a sua responsabilidade.

O **Saber atitudinal** diz respeito as posturas que o(a) professor(a) precisa ter diante do comprometimento com o trabalho pedagógico: disciplina, pontualidade, coerência, clareza, justiça equidade e diálogo. Respeitar os(as) alunos(as), suas dificuldades, limites e possibilidades de avanços. Este saber trata das competências e da identidade do(a) professor (a), que podem ser competências adquiridas na graduação ou desenvolvidas através da formação continuada, que deve ser uma proposta permanente de atualização, não somente propiciada pelas leituras teóricas acumuladas, mas principalmente promovida por políticas de formação de professores.

Os **Saberes específicos** estão ligados a disciplina que o (a) professor (a) irá ministrar e o domínio dos procedimentos pedagógicos necessários de ensino e aprendizagem, visando como tornar acessível aos(as) alunos(as) os conhecimentos. Cabe ao(a) professor(a) buscar aprender sobre eles no processo de sua formação permanente.

No decorrer da prática pedagógica do APD podemos constatar que todos estes saberes desenvolvidos e articulados servem para viabilizar o comprometimento de processos de ensino-aprendizagem para desenvolver estudantes críticos, que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade mais humana, justa, ética e igualitária.

Nesse sentido, Malanchen (2016, p. 28) destaca que:

A pedagogia histórico-crítica entende que a função da escola e do(a) professor(a) justifica-se com a transmissão de conteúdos sistematizados, isto é, o saber escolar deve estar fundamentado na ciência, na filosofia e na arte em suas formas mais elaboradas, e não no cotidiano esvaziado e utilitário dos sujeitos.

Na perspectiva da pedagogia histórico-crítica a importância da escolarização acontece quando o (a) professor (a) procura garantir os conteúdos/conhecimentos científicos, que permitam aos (as) alunos(as) compreender a realidade que vive para poder atuar.

Dentre outros desafios pedagógicos que enfrentamos no contexto do atendimento pedagógico domiciliar, destacamos: Identificar através dos processos educativos viabilizados, a evolução da consciência dos(as) alunos(as) diante da realidade, pois nossos(as) alunos(as) são sujeitos de direitos, pois mesmo estando em estado de adoecimento ou tendo uma deficiência proveniente de uma dada enfermidade, que pode ou não ser temporária, precisam ter estes direitos assegurados, enquanto direito a escolarização e a participação da vida em sociedade.

Para que as professoras possam aplicar a método de ensino desenvolvido pela Pedagogia Histórico-Crítica em suas aulas, estas precisam ter o domínio de seus fundamentos teóricos e da prática metodológica de ensino e aprendizagem. Exige, pela formação continuada, aproximações constantes com a psicologia histórico-cultural para alicerçar um conhecimento coerente e eficaz na sua prática educativa, tendo a mesma concepção para entender o significado da formação humana, da história, da sociedade e da educação. Isto significa promover uma prática pedagógica

não produtivista dos valores e das condições de vida impostas pelas relações de produção impostas pelos interesses do capitalismo.

Sabemos que como reprodutora das desigualdades sociais, a escola pode também atuar na seleção e distribuição de conhecimentos, contribuindo para a forma estratificada de como está constituída a sociedade; o currículo trabalhado pelos(as) professores(as) pode promover uma filtragem de conhecimentos de modo a torná-lo acessível aos interesses de classes que contraria a determinado controle social sobre as pessoas adoecidas ou enfermas.

Portanto, é fundamental que a EMHDID mantenha consistente a Atividade Orientadora de Ensino (AOE), que pode ser ampliada, a partir de uma proposta de organização da metodologia de ensino e aprendizagem, baseada na teoria da psicologia histórico-cultural em função da necessidade da EMHDID, que elege o(a) professor(a) como par²⁵ mais desenvolvido(a) e responsável pela organização do ensino, visando a aprendizagem de forma sistemática, intencional e organizada.

Nesta abordagem, essa atividade permite que o(a) aluno(a) se aproprie de conceitos historicamente construídos de forma sistematizada, desenvolvendo o pensamento teórico, pois esta é a função do processo de escolarização, visando assim, a transformação da realidade social e cultural. Portanto, nesta proposta, os(as) alunos(as) são orientados(as) a realização de atividades conscientes que se desenvolvem a partir do desenvolvimento do pensamento teórico. Sempre que possível é interessante realizar atividades na coletividade, como por exemplo nas Casas-lar, onde: “O estudante se humaniza no movimento de análise e síntese inerente ao processo de solução de aprendizagem da AOE.” (MOURA, 2016 p.124)

Quando temos um currículo organizado na perspectiva da pedagogia histórico-crítica temos os conteúdos selecionados de maneira a proporcionar a compreensão unitária e articulada da realidade, visando a leitura da realidade e buscando superar as visões unilaterais; assim é possível pensar na formação humana na perspectiva de proporcionar uma sociedade emancipada.

Portanto, nesta abordagem, os espaços de encontro de professores(as) com alunos(as), tornaram-se espaços que viabilizam reais aprendizagens para a vida.

²⁵ Segundo DUARTE (2000), assevera que a interação do ser mais desenvolvido com o ser em desenvolvimento caracteriza-se pela transmissão pelo adulto, a criança, da cultura construída historicamente pelos homens.

Novas proposições estão sendo pensados para atender a demanda que a pandemia gerou e assim, minimizar os desafios que se apresentam. Dentre estes desafios, podemos citar, a necessidade de adaptação imediata às situações inesperadas de encontro com os(as) alunos(as); diferenças digitais entre professores(as) e alunos(as); formação de professores(as) em novas tecnologias; manutenção da saúde mental, física e emocional das professoras e famílias; ausência de contato físico; desinteresse pelas atividades propostas; dificuldade e/ou falta de acesso aos recursos tecnológicos, devido à baixa conexão de internet; falta de atenção e disciplina dos(as) alunos(as) nas residências; disponibilidade de apenas um equipamento digital para a família; impossibilidade de envolver todos os alunos nas atividades síncronas e/ou assíncronas.

Tais desafios precisam ser objetos de discussão, tanto pelas gestoras do EMHDID, como pelo quadro de professoras do APD, considerando o retorno as aulas no ano de 2022.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste capítulo, expor em síntese, aspectos da investigação que destacam contribuições para substanciar Políticas Sociais Universais, Institucionalização e Controle, enquanto uma linha de pesquisa promovida pelo Programa de Políticas Públicas e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

A investigação tomou como enfoque o atendimento pedagógico domiciliar e o atendimento pedagógico hospitalar, que vem sendo promovido pela Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce no município de Salvador, cuja referência de recorte temporal, recaiu sobre o período de 2012 a 2020. Para atender ao enfoque proposto, partimos da concretude de dados e informações, porque somente assim foi possível abstrair elementos de uma dada realidade instituída pelo marco legal que vem definindo diretrizes para esse atendimento educacional, levantamos a prática de professoras que trabalham na EMHDID em Salvador e elementos que explicam como ocorre a proposta de gestão; toda posição de totalidade em vista a este amplo campo empírico de análise, abarcou a realidade possível de ser verificada, o que nos permitiu compreender as determinações históricas e sociais deste fenômeno, a partir de suas conexões internas, identificadas e analisadas.

Mediante dados e informações levantadas e sistematizadas no processo de investigação desenvolvido, a pesquisa confirmou o pressuposto levantado na hipótese da introdução desta dissertação, de que o trabalho pedagógico voltado do exercício diário de gestão e de docência desenvolvidos pelas professoras no Atendimento Pedagógico Domiciliar e Hospitalar da EMHDID em Salvador, em vista ao período de 2012 a 2020, depara-se com indicadores contraditórios mediante a legislação e o que denota a realidade concreta; isto porque a investigação identificou, que acentuam-se, historicamente no Brasil, entraves oriundos da necessidade de uma política pública específica que reconheça, dentre outras necessidades, a necessidade da formação de professores(as), tendo em vista a especificidade que impõe a realidade do atendimento de ensino e aprendizagem que vem sendo realizado.

Estudos antecedentes realizados e expostos na introdução desta dissertação nos permitiu ter um quadro mais geral da natureza da problemática, que cerca a formação de professores com enfoque na prática pedagógica para o atendimento pedagógico domiciliar e o atendimento pedagógico hospitalar, cuja realidade fornece indicadores que canalizam para os achados desta pesquisa. Estudos realizados até

2019 apontam a existência de somente 211 classes hospitalares e domiciliares no Brasil. Há indícios de que a demanda existente para este atendimento educacional não vem sendo considerada satisfatória, embora tenhamos conhecimento de pedidos constante pelo Ministério Público.

A investigação permitiu identificar que embora haja ampla legislação brasileira com indicadores de necessidades atribuídas a Educação Especial no Brasil, a Resolução nº. 038/2013 do Conselho Municipal de Educação de Salvador e um projeto de Lei Municipal de Salvador no. 64/2026 instituídos, o atendimento pedagógico domiciliar e o atendimento pedagógico hospitalar que é parte desta modalidade educacional, possui desafios que se situam em diversas esferas e dentre outras, sinalizamos para as especificidades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem, que não vêm sendo tratadas na formação de professores em cursos de graduação nem em políticas de formação continuada do município de Salvador.

Num elevado nível de esforço para realizar o trabalho de atendimento pedagógico domiciliar e o atendimento pedagógico hospitalar, as professoras que foram entrevistadas levantaram dificuldades que vão desde a carência de quantidade de professores para responder as necessidades de demanda de atendimento social, a indisponibilidade de material de apoio pedagógico, assim como as distâncias aos espaços sociais de atendimento e a ausência de apoio psicológico às famílias dos(as) alunos(as). Ressaltaram que com a pandemia a situação do trabalho pedagógico ficou muito mais dificultoso, dada as condições precárias das famílias e o receio de contágio do covid-19.

As gestoras da EMHDID reconhecem as implicações que envolvem o processo de formação de professores para atender ao ensino com enfoque no atendimento pedagógico domiciliar e no atendimento pedagógico hospitalar, diante da carência de quantidade de professores(as) no quadro do município de Salvador, frente a demanda que a sociedade apresenta. Embora haja o esforço em promover a organização do processo de gestão de maneira mais adequada possível, reconhecem a necessidade de uma política de maior consistência para apoiar o trabalho que vem sendo realizado e que tem elevado reconhecimento social por parte das famílias que têm seus filhos(as) sendo atendidos.

As coordenadoras, todas com formação de especialização na área da Educação Especial, e com experiência com mais de cinco anos trabalhando na EMHDID, colocaram que o maior desafio é ter domínio de conhecimentos para

oferecer suporte as professoras. A especificidade do trabalho, requer muita experiência e domínio de conhecimentos, o que também recai sobre o reconhecimento da necessidade de formação do corpo docente para desenvolver o trabalho pedagógico com maior eficácia possível.

As professoras que responderam ao questionário e participaram da entrevista colocaram que se esforçam para atingir os objetivos de ensino propostos, mas que assumem as despesas dos materiais didáticos para fortalecer o trabalho. Colocaram que a grande realização deste trabalho é a satisfação de ver os alunos avançando na formação humana, no processo de escolarização. Consideram a pesquisa fundamental para fortalecimento da formação continuada que fica sob o encargo de cada uma, dado que não identificam uma política de formação de professores(as), cuja proposta parta do município ou mesmo do estado da Bahia.

Mediante as possibilidades de avanços indicadas pela ANFOPE e pela incorporação de fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica, apontamos indicadores de contribuições para superação dos desafios da formação de professores(as), de modo a ampliar a capacidade dos processos do trabalho pedagógico, que envolvem o caráter da formação humana, que vêm se sendo desenvolvidos a partir dos processos de escolarização de crianças, jovens e adultos (EJA) pelo Atendimento Pedagógico Domiciliar.

Destarte, mediante a investigação proposta, cujas contradições e desafios se situam em especificidades que não vêm sendo tratadas na formação de professores em cursos de graduação, reconhecemos nesta pesquisa a necessidade de promover uma contribuição a partir da abordagem da Pedagogia Histórico-crítica, cuja proposta abarca pressupostos fundamentais para suprir carências socioeducacionais, que somente podem ser identificadas a partir da periodização histórico-cultural do desenvolvimento das crianças, jovens e adultos, cuja questão não foi o enfoque desta investigação, mas que sabemos que são existentes.

A proposta da abordagem da Pedagogia Histórico-Crítica parte do princípio de que o desenvolvimento psíquico-social não pode ser desvinculado da maneira de como o ser humano está inserido na sociedade, exigindo dos(as) professores(as) a capacidade de promover condições educativas intencionalmente orientadas a essa finalidade. Esta é uma abordagem teórica que se contrapõe às teorias que enfatizam a prática em detrimento da teoria.

Considerando que todo ser humano não nasce humanizado, mas que precisa realizar-se como tal pela apropriação de elementos culturais já produzidos na história humana pela atividade de trabalho e desenvolvimento científico, crianças, jovens e adultos acometidos de adoecimento temporário ou permanente, necessitam do trabalho especializado de professores(as) preparados(as) para lidar com circunstâncias teórico-metodológica específicas, dada as condições de cada indivíduo/aluno; tal proposta implica domínio de conhecimentos que permitam conhecer o estado atual dos indivíduos, o período de desenvolvimento em que se encontram e o que é esperado em termos de desenvolvimento psíquico e comportamental para selecionar conteúdos de ensino e traçar objetivos pedagógicos que atinjam o desenvolvimento necessário.

Esses indicadores que orientam o trabalho pedagógico (com formação teórica e operacional/prática) na especificidade requerida, quando envolvem o atendimento pedagógico domiciliar e o atendimento pedagógico hospitalar, requerem a formação de professores(as), a partir de uma política que reconheça a importância social deste trabalho para a sociedade.

Portanto, nesta proposta da Pedagogia Histórico-Crítica o conceito de educação é tomado como mediação, bem como seu fundamento metodológico, que busca expressar o movimento do conhecimento constituído como a passagem do empírico ao concreto, ou seja, é pela mediação da educação, que se desenvolve o significativo trabalho pedagógico que garante a apropriação da cultura; essa apropriação é que permite os(as) alunos(as), sendo crianças, jovens ou adultos, poderem se objetivar e objetivar a realidade em suas formas mais complexas e, assim, em movimento permanente de aprendizagens significativas produzir a vida, enriquecer-se na prática social em suas mais diversas condições de interação com o mundo.

Com esta pesquisa foi possível perceber que a ausência de formação de professores(as) para determinadas demandas da sociedade, provocam a emergência de se discutir os aspectos sociais, políticos e econômicos que incidem sobre os interesses do trabalho pedagógico para além da sala de aula da escola. E é nesta conjuntura carente de interesses comprometidos com o avanço da educação especial, que se situa a necessidade de se trabalhar com uma teoria pedagógica crítica, que busca construir a transformação do *status quo* e avançar para alterar as contradições

da configuração da atual sociedade que não reconhece o valor social deste trabalho pedagógico.

As Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial de 2009, versa sobre a formação dos(as) professores(as) para trabalhar neste atendimento pedagógico e destacam quais os locais de trabalho, que no nosso caso é no Atendimento pedagógico domiciliar em residência, Casa- Lar e Casa de apoio, assim como descreve todas as atribuições e características para as professoras trabalharem nestes ambientes e desenvolver o trabalho pedagógico de forma coerente e assertiva.

A partir da Resolução nº 038/2013, a rede municipal de ensino de Salvador orienta e normatiza indicadores possíveis para a formação de professores, assim como capacitação que estes devem possuir para trabalhar nos referidos atendimentos e como deverá proceder a prática pedagógica. Embora haja esta Resolução, constatamos a escassez de políticas públicas que tratem com efetividade a formação de professores.

Os desafios gerados a partir da pandemia evidenciaram a necessidade da formação de professores(as), abarcar novas tecnologias, assim como, a preservação da saúde mental das professoras (es), famílias, alunos(as) nas atividades síncronas e assíncronas.

Embora haja uma vasta legislação brasileira atribuída a Educação Especial, evidenciamos a ausência de uma política de formação de professores para o atendimento pedagógico hospitalar e domiciliar; o documento referente a estes atendimentos, necessita de uma atualização, já que o MEC publicou o último em dezembro de 2002 e este irá completar vinte anos; mediante o avanço nestes atendimentos, identificamos a necessidade de atualização diante das especificidades que vêm emergindo nos municípios e estados, assim como há uma carência de quantidade de professores(as) para responder as necessidades de demanda do atendimento social a essa área educacional, assim como há indisponibilidade de material de apoio pedagógico das professoras(es) para o trabalho com os alunos.

Com essas reflexões de caráter científico, esperamos que tenhamos respondido a pergunta de investigação levantada nesta proposta de pesquisa dissertativa, considerando, a necessidade de apontar os indicadores de realidade do marco da política de formação de professores, da prática pedagógica, da estrutura do Projeto Político Pedagógico, de gestão e apontar as possíveis contribuições que

podem ser incorporadas a partir da Pedagogia Histórico-Crítica para ampliar avanços no processo da formação continuada das professoras, que promovem a formação humana no trabalho pedagógico do atendimento pedagógico domiciliar e do atendimento pedagógico hospitalar promovido pela Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce no município de Salvador.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Magaly Brasileiro. **Formação continuada dos docentes das classes hospitalares e domiciliares na cidade de Salvador entre 2013 – 2014**. Curitiba – PR: CRV, 2017.

ANFOPE: **Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação Documento Final do XVIII Encontro Nacional - Políticas de Formação e Valorização da Educação: Conjuntura Nacional Avanços e Retrocessos**. Coordenadora: Iria Brzezinski. PUC Goiás, EFPH, 2016. Disponível: https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Doc-FINAL-XVIII-ENANFOPE-6_3_2017-Coordena%C3%A7%C3%A3o-Iria.pdf Acesso em: 20 nov. 2020. 65 f.

ANFOPE: **Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação Documento**. Documento Final do IX Encontro Nacional. Campinas, 1988. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/9%C2%BA-Encontro-Documento-Final-1998.pdf> Acesso em: 15 jun. 2021.

ASCOM/EDUCAÇÃO. **Formação dá visibilidade ao atendimento de estudantes de classes hospitalares**. 16 ago. 2019. Disponível em: <http://educadores.educacao.ba.gov.br/noticias/formacao-da-visibilidade-ao-atendimento-de-estudantes-de-classes-hospitalares> Acesso em: 24 jul. 2021.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **CCJ aprova projeto que permite homeschooling** 10 jun. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/771015-ccj-aprova-projeto-que-permite-homeschooling> Acesso em: 15 out 2021.

BARDIN, **Análise de conteúdo**. Ed. ver. amp. 2ª reimp da 1ª ed. São Paulo: Edições n. 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Brasília: MEC / SEESP, 2002. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf> Disponível em: Acesso em: 25 maio 2021.

_____. **Resolução CNE/CEB nº. 2, de 11 de setembro de 2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Acesso em: 2 nov. 2019.

_____. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/> Acesso em: 13 out. 2019.

_____. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_a_site_110518.pdf Acesso em: 13 out. 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em: 20 maio 2021.

_____. **Lei Federal nº. 13.716, de 17 de setembro de 2018**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm Acesso em: 2 nov. 2019.

_____. **Lei Federal nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm Acesso em: 2 nov. 2019.

_____. **Lei Federal nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 2 nov. 2019.

_____. **Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 2 nov. 2019.

_____. **Decreto Lei nº 1.044. 21 de outubro de 1969**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1044.htm Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Lei Nº 6.202. 17 de abril de 1975** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6202.htm Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Lei nº 13.869. Estatuto da Criança e do Adolescente** Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%208.069-1990?OpenDocument Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados (1995), Resolução Nº 41, de 13 de outubro de 1995** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/conanda.htm> Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Lei das Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica 2001**; Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Resolução Nº 2, de 11 de fevereiro de 2001, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE)**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_b.pdf Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Lei Nº 13.716, de 24 de setembro de 2018** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13716.htm Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Lei Nº 14.238 de 19 de novembro de 2021**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.238-de-19-de-novembro-de-2021-360895776#:~:text=E%20AOS%20ADOLESCENTES,Art.,preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20o%20diag%C3%B3stico%20precoce>. Acesso em: 22 nov. 2021.

_____. **Resolução nº.02/2001 do CNE/CEB;** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva MEC/SEESP 2008.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 13/2009.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013_09_homolog.pdf Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil – DCENEI.** Ministério de Educação. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação **Resolução Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009.** – Brasília: MEC, 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial; Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf>. Acesso em: 07 maio 2021.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação **Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010** Define Diretrizes Curriculares Nacionais. Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5916-rceb004-10&category_slug=julho-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 07 maio 2021.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.** Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/documentos-pdf/428-diretrizes-publicacao#:~:text=Os%20sistemas%20de%20ensino%20devem,para%20uma%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20qualidade> Acesso em: 07 maio. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações.** / Secretaria de Educação Especial. – Brasília, Ministério da Educação. SEESP, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf> Acesso em: 15 ago. 2019.

_____. Ministério da Educação. Reforma do Parecer CNE/CEB nº 06/2020, e do projeto de resolução anexo, que tratou do alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos - EJA apresentadas na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, e outras legislações relativas à modalidade, Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/despacho-de-25-de-maio-de-2021-322081780>.

Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL, Conselho Regional de Enfermagem. **Manual de Orientações para os Profissionais de Enfermagem de Home Care e Cooperativas Prestadores de Serviços na Assistência Domiciliar do Distrito Federal**. Disponível em: <https://coren-df.gov.br/site/wp-content/uploads/2019/07/manual-home-care-ok.pdf>.

Acesso em: 04 jul. 2021.

BARROS, R. C. R. **Atendimento educacional hospitalar e domiciliar**: uma pesquisa-ação. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Coletiva) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6335> Acesso em: 10 out. 2021.

BARROSO, **Atendimento Pedagógico Domiciliar**: Articulações entre os profissionais do APD e os profissionais da sala de aula regular na Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora– MG 149 f Dissertação Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão Universidade Federal Fluminense Instituto de Biologia. 2019. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7965391 Acesso em: 11 out. 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: Fundamentos e história. 9ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS dos Morais Silvana Mara. **Questão social e direitos** Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.

CECCIM, Ricardo Burg; CARVALHO, Paulo R. Antonacci. (Orgs.) **Criança Hospitalizada**: atenção integral com escuta à vida. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

CHEPTULIN, Alexandre. **Dialética Materialista**. Editora Alfa-ômega, 2004.

DUARTE, Sergio Guerra, **Dicionário Brasileiro de Educação** Rio de Janeiro: Antares Nobel, 1986.

DUARTE, Newton. **A individualidade para si**. Contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo. 3ª ed. rev. Edição comemorativa. Campinas - SP: 2013.

_____. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: a dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 71, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n71/a04v2171.pdf> Acesso em: 15 jun. 2021.

FERREIRA, Jacques de Lima. **Atendimento Pedagógico ao escolar em tratamento de saúde**. 1ª ed. Curitiba Appris, 2017.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas, ORRICO Hélio, ISSA Renata Marques **Pedagogia Hospitalar princípios, políticas e práticas de uma educação para todos.** 1ª ed Curitiba, PR CRV, 2014 106 p.

FREIRE, Paulo **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 54ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FONSECA, Eneida Simões da. **Atendimento escolar em ambiente hospitalar.** São Paulo: Memnon, 2003.

GANEM, Leila de Souza. **As ações do Atendimento Pedagógico Domiciliar na cidade de Santos: possibilidades e desafios** 2018 183 f. Universidade de São Paulo, São Paulo, Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7483747 Acesso em: 14 out 2021.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUES, M. W; GASKELL, G. (Org.) **Pesquisa qualitativa com texto, Imagem e Som: Um manual prático.** Petrópolis – RJ: Vozes, 2000. 64 – 89 p.

GIANNELLI, Maria Inez Della Vecchia; MRECH, Leny Magalhães. **Atendimento pedagógico domiciliar: uma escuta para tecer laços.** 2004. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Faculdade de Educação, Disponível em: Acesso em: <https://repositorio.usp.br/item/001411259> Acesso em: 14 out 2021.

GUERRA et. al. **O Debate Contemporâneo da “Questão Social”.** III Jornada Internacional de Políticas Públicas Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI. Disponível em: Acesso em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/mesas/31faf46bb74c9b64aa7dYolanda_fatima_Joana_Nadia.pdf Acesso em: 07 julho 2021.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

JESUS, Cristiane Silva de **Tecnologias móveis processos educativos: pesquisa narrativa na escola municipal hospitalar e domiciliar.** Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação Educação e Contemporaneidade. Campus I. Salvador, 2019. 157 f. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/site/?cat-trabalhos-academicos=ppgeduc> Acesso em: 15 jun. 2021

JESUS, Edna Maria de **Desafios do Atendimento Pedagógico Hospitalar/ Domiciliar em Goiás: Gênero e docência no olhar dos/as agentes envolvidos/as.** 2017. 206 f. Tese (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação) Pontifícia Universidade Católica de Goiás- Go. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3882>. Acesso em: 10 out. 2021

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de Estilo Acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses.** 6ª ed. ver. ampl. Salvador: EDUFBA, 2019. 158 p.

MAITO, Viviane Pereira. **Contribuições da formação continuada on line para professores que atuam com escolares em tratamento de saúde.** Dissertação Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba 2013 Disponível em: https://www.biblioteca.pucpr.br/pucpr_autoridade/cursos_pucpr.php?cod_autoridade=336840 Acesso em: 15 jun. 2021

MAITO, Viviane Pereira. Tecendo relações entre formação de professores, paradigmas educacionais de atuação no atendimento pedagógico ao escolar em tratamento de saúde. In: MATOS, Elizete Lúcia Moreira; FERREIRA, Jacques de Lima. (Org.) **Formação Pedagógica para o atendimento ao escolar em tratamento de saúde.** Petrópolis - RJ: Vozes, 2013. 40 – 57 p.

MAITO, Viviane Pereira Atendimento Educacional Domiciliar: O Direito ao desenvolvimento e continuidade da escolarização de qualidade. In: MENEZES, Cinthya Vernizi Adachi, NASCIMENTO, Daniele Davaine Perez, LOZZA, Luan Silvia . (Org.) **Direito à Educação Hospitalar e Domiciliar** Maringá PR Publisher Editora, 2018 42-62 p

MACHADO, Patrícia Mara dos Santos **O atendimento pedagógico domiciliar:** uma experiência de implantação no sertão da Bahia, para crianças com paralisia cerebral Dissertação Programa de Pós-Graduação da PUC-SP Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo São Paulo, 2016. 249 f. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/19814> Acesso em: 10 out. 2021

MARTINS Lígia Márcia **A formação social da personalidade do professor:** um enfoque vigotskiano 2 ed. Campinas São Paulo: Autores Associados, 2015.

MBEMBE Achille. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios.** PPPGAV/EBA/UFRJ. P.2016 123 a 151. Disponível em: Acesso em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169> Acesso em: 15 fev. 2021.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2008.

MILANI, Ive Carolina Fiuza, VALE, Márcia Pereira Martins. **Atendimento Pedagógico Domiciliar:** estudo de dois casos na cidade de Salvador. In: PIMENTEL, Gabriela S, Rêgo, TAVARES, Christiane A. Regis (Orgs) Anísio Teixeira: educação não é privilégio, é um direito / **Anais do IV Encontro Estadual da ANPAE Bahia 2020.** E-book, Formato PDF, 282 p. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/17-Anais/IV-ENCONTRO-BAHIA-V1-180920.pdf> Acesso em: 20 nov. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. (Org.) **Avaliação por Triangulação de Métodos:** Abordagem de Programas Sociais. E-book. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. Disponível em: Acesso em: https://www.researchgate.net/profile/Maria-Minayo/publication/33024173_Avaliacao_por_Triangulacao_de_Metodos_Abordagem_de_Programas_Sociais/links/571d440308ae6eb94d0e50a0/Avaliacao-por-Triangulacao-de-Metodos-Abordagem-de-Programas-Sociais.pdf Acesso em: 15 fev. 2021.

____ Maria Cecília de Souza;(org) DESLANDES Suely Ferreira;GOMES Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. (org.). **A atividade pedagógica na teoria histórico-cultural**. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2013. 205 p

NAZARETH, Cátia Aparecida Lopes, **Educação Hospitalar/Domiciliar no Município de Juiz de Fora Minas Gerais** Universidade Federal de Juiz de Fora CAED - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação Programa de Pós- Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública 2012 108 f Disponível em: <http://mestrado.caeduff.net/wp-content/uploads/2014/02/Disserta%C3%A7%C3%A3o-2010-C%C3%A1tia-Nazareth.pdf>. Acesso em: 11 out 2021.

NEVES, Isa Beatriz da Cruz. **Classes hospitalares e dispositivos móveis digitais: possíveis ressignificações de práticas educacionais**. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação Educação e Contemporaneidade. Campus I. Salvador, 2016. 310 f. Disponível em: <http://www.saberaberto.uneb.br/jspui/handle/20.500.11896/522>. Acesso em: 15 jun.2021

OLIVEIRA, Natalia Prado de. **Desafios e perspectivas para quem acompanha a criança enferma no atendimento pedagógico domiciliar**. 2021. 175 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Cidade de São Paulo, Disponível em: <https://repositorio.cruzeirodosul.edu.br/handle/123456789/2908> Acesso em 18 out 2021.

OLIVEIRA, Tyara Carvalho de. **Políticas públicas de educação inclusiva & formação de professores: debatendo a Classe/Escola Hospitalar**. 2019. 114 f. Dissertação (Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://lepedi-ufrrj.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Tyara-Carvalho-de-Oliveira.pdf> Acesso em:15 jun.2021.

PACHECO, Mirta Cristina Pereira. **A Escolarização hospitalar e a formação de professores na Secretaria Municipal da Educação de Curitiba no período de 1988 a 2015**. Dissertação de mestrado. Curitiba. PUCPR, 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/72602405-Pontificia-universidade-catolica-do-parana-escola-de-educacao-e-humanidades-programa-de-pos-graduacao-em-educacao-mirta-cristina-pereira-pacheco.html> Acesso em:15 jun. 2021.

PAGNONCELLI, Cláudia; MALANCHEN; MATOS, Neide da Silveira Duarte de. **O trabalho pedagógico nas disciplinas escolares: contribuições a partir dos fundamentos da pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2016. 334 p.

PEREIRA, Potyara A.P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: Santos, Silvana Maria de Moraes da. Behring, Elaine

Rosseti, Boschetti, Ivanete, Maito, Regina Celia. **Política Social no Capitalismo - Pendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. 87-108 p.

PEREIRA, Roger Trindade, **Panorama da Educação Científica sobre Educação Hospitalar em programas de Pós- Graduação no Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal do Tocantins Dissertação de Mestrado Palmas- TO, 2019. 149 f. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1749/1/Roger%20Trindade%20Pereira%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em 10 out 2021.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Definição de política e política educacional**. Disponível em: : <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/nutricao/definicao-de-politica-e-politica-educacional/42644>. Acesso em: 2 nov. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. **Decreto nº. 23.922, de 14 de maio de 2013**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2013/2392/23922/decreto-n-23922-2013-aprova-o-regimento-da-secretaria-municipal-da-educacao-smed>. Acesso em: 2 nov. 2019.

_____. **Documento de Referência Curricular para o Segundo Segmento da Educação de Jovens e Adultos – EJA II**. Jornada Pedagógica. Educação Integral, Integrada e Sustentável: Direito, Desafios e Perspectivas. Secretaria de Educação, 2014.

_____. **Diário Oficial do Legislativo Câmara Municipal de Salvador Ano XI - Nº 4.703**. Terça-feira, 8 mar. 2016. Disponível em: <http://www.cms.ba.gov.br/> Acesso em: 07 maio. 2021.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALLA, Helma **O Atendimento Pedagógico Domiciliar de alunos que não podem frequentar fisicamente a escola: o caso do Distrito Federal – Anápolis, 2017**.132f: Dissertação de Mestrado Universidade Estadual de Goiás, Campus de Ciências Exatas e Tecnológicas, 2017. Disponível em: <https://www.bdttd.ueg.br/bitstream/tede/353/2/Dissert%20Helma.pdf> . Acesso em:15 jun. 2021.

SANTOS, Sandra Regina Rocha dos. **Formação continuada de professores atuantes no atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32762> Acesso em:15 jun.2021

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática** Porto Alegre: ARTMED, 2000

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. 11ª. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

_____. **Escola e democracia**. 43. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

_____. **Revista Binacional Brasil e Argentina**. Conferência realizada no Centro Regional de Professores do norte, Rivera, Uruguai, em 28.04.2011. Com revisão do autor.

_____. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos Educação. **Revista do Centro de Educação**, vol. 30, núm. 2, julho-diciembre, 2005, pp. 11-26 Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, RS, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117120356002> Acesso em: 26 abr. 2021

_____. A função docente e a produção do conhecimento. **Educação e Filosofia**, v. 11, n. 21/22, p. 127-140, 1997. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/889>. Acesso em: 25 jun. 2021.

_____. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. In: MALACHEN, Júlia; MATOS Neide da Silveira Duarte, ORSO, Paulino José. (Org.) **A Pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas - SP: Editora Autores Associados, 2020. 07 – 30 p.

SMED. **Resolução CME nº. 038/2013**. Disponível em: <http://educacao.salvador.ba.gov.br/documento/resolucao-cme-no-0382013/> Acesso em: 2 nov. 2019.

_____. **Saberes da EJA**. Salvador: SMED, 2014b.

_____. **Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce**: Projeto Político Pedagógico. Salvador: mimeo, 2019. 31 f

SILVA, Andréia Gomes da. **Vinte anos de atendimento educacional hospitalar e domiciliar no Rio Grande do Norte**: perspectivas históricas e autobiográficas. 2019. 210f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019a. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28903>. Acesso em 11 out. 2021

SILVA, Jean Marcos da. **O Ensino da Geografia em classe hospitalar/domiciliar**: desafios, práticas e possibilidades. 2019, 208 f Universidade Federal de Goiás Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica, 2019b. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/10039/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Jean%20Marcos%20da%20Silva%20-%202019.pdf> Acesso em: 11 out. 2021.

SILVA, Margarete Virgínia Gonçalves. **A utilização de jogos didáticos em novos segmentos da educação**: a prática pedagógica do professor no ensino das ciências no atendimento pedagógico domiciliar. 2014. 86 f. Dissertação (Mestrado em Formação Científica, Educacional e Tecnológica) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1064>. Acesso em: 11 out.2021

SOUZA, Magali Dias de. **Dos trajetos e devires que compõem o exercício docente em sala de integração e recursos**: o atendimento pedagógico domiciliar e a tecnologia assistiva. Tese de Doutorado Universidade Federal do Rio Grande do Sul 2014 190 f. Informática na Educação Disponível em: Acesso em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie_wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1600804. Acesso em: 14 out 2021.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n 14, mai/jun/jul/ago 2000 (Número Especial 500 anos de educação escolar) p. 61- 88. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HsQ3sYP3nM8mSGSqVy8zLgS/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 out. 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2013

VIEIRA, Sheila Venância. **Estudo de caso sobre a implementação do Atendimento pedagógico domiciliar em Belford Roxo/RJ**. 2017. 110 f. Dissertação – (Mestrado em Diversidade e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense, 2017. Disponível em: <http://cmpdi.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/186/2018/08/Disserta%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 11 out. 2021.

ZIOTTI, Mariana Coimbra, **Atuação Docente no Atendimento Pedagógico Domiciliar em Casas de Apoio para alunos em tratamento de saúde** 2021, 127 f dissertação de Mestrado Universidade Federal de São Carlos Centro de Educação e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14444> Acesso em: 11 out. 2021.

APÊNDICE A

Quadro 01 – Produções de dissertações e teses defendidas em PPG de universidades públicas e privadas que fazem referência ao APD, considerando o período de 2004 a 2021(*)

Ano	Título	Tipo Produção	Autor(a)	Instituição	Expõe fundamentos do APD
2004	Atendimento Pedagógico Domiciliar: uma escuta para tecer laços.	T	Maria Inez Della Vecchia Gianelli	Universidade de São Paulo	Sim
2012	Educação Hospitalar/Domiciliar no Município de Juiz de Fora Minas Gerais	D	Cátia Aparecida Lopes Nazareth	Universidade Federal de Juiz de Fora	Não
2013	Contribuições da formação continuada on line para professores que atuam com escolares em tratamento de saúde.	D	Viviane Pereira Maito	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Sim
2014	Dos trajetos e devires que compõem o exercício docente em sala de integração e recursos: o atendimento pedagógico domiciliar e a tecnologia assistiva.	T	Magali Dias de Souza	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Sim
2014	A utilização de jogos didáticos em novos segmentos da educação: a prática pedagógica do professor no ensino das ciências no atendimento pedagógico domiciliar	D	Margarete Virginia Gonçalves Silva	Universidade Tecnológica do Paraná	Sim
2016	Classes hospitalares e dispositivos móveis digitais: possíveis ressignificações de práticas educacionais.	T	Isa Beatriz da Cruz Neves	Universidade do Estado da Bahia	Sim
2016	O Atendimento Pedagógico Domiciliar: uma experiência de implantação no sertão da Bahia, para crianças com paralisia cerebral.	D	Patrícia Mara dos Santos Machado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Sim
2016	Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar: Uma pesquisa-ação	D	Rodrigo Carvalho do Rego Barros	Universidade Federal de Goiás	Não
2017	Estudo de caso sobre a implementação do atendimento domiciliar em Belford Roxo/RJ	D	Sheila Venância da Silva Vieira	Universidade Federal Fluminense	Sim
2017	A Escolarização hospitalar e a formação de professores na Secretaria Municipal da Educação de Curitiba no período de 1988 a 2015.	D	Mirta Cristina Pereira Pacheco	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Sim
2017	O Atendimento Pedagógico Domiciliar de alunos que não podem frequentar fisicamente a escola: O caso do Distrito Federal	D	Helma Salla	Universidade Estadual de Goiás	Sim

2017	Desafios do Atendimento Pedagógico Hospitalar/Domiciliar em Goiás: gênero e docência no olhar dos/as agentes envolvidos/as	T	Edna Maria de Jesus	Pontifícia Universidad e Católica de Goiás	Não
2018	As ações do Atendimento Pedagógico Domiciliar na cidade de Santos: possibilidades e desafios	D	Leila de Souza Ganem	Universidad e Federal de São Paulo	Sim
2019	Panorama da Produção Científica sobre Educação Hospitalar em Programas de Pós-Graduação no Brasil	D	Roger Trindade Pereira	Universidad e Federal do Tocantins	Não
2019	O Ensino da Geografia em Classe Hospitalar/Domiciliar: Desafios, práticas e possibilidades	D	Jean Marcos da Silva	Universidad e Federal de Goiás	Não
2019	Atendimento Pedagógico Domiciliar: Articulações entre os profissionais do APD e os profissionais da sala de aula regular na Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora – MG.	D	Giovanna Mara Ciampi Costa Barroso	Universidad e Federal Fluminense	Sim
2019	Tecnologias móveis e processos educativos: Pesquisa narrativa na Escola Hospitalar e Domiciliar	D	Cristiane Santos de Jesus	Universidad e do Estado da Bahia	Não
2019	Vinte anos de atendimento educacional hospitalar e domiciliar no Rio Grande do Norte: perspectivas históricas e autobiográficas.	D	Andreia Gomes da Silva	Universidad e Federal do Rio Grande do Norte	Sim
2020	Formação Continuada de professores atuantes no Atendimento Educacional em ambiente hospitalar e domiciliar	D	Sandra Regina Rocha dos Santos	Universidad e Federal da Bahia	Sim
2021	Desafios e perspectivas para quem acompanha a criança enferma no atendimento pedagógico domiciliar	D	Natalia Prado de Oliveira	Universidad e Cidade de São Paulo	Sim
2021	Atuação Docente no Atendimento Pedagógico Domiciliar em Casas de Apoio para alunos em tratamento de saúde	D	Mariana Coimbra Ziotti	Universidad e Federal de São Carlos	Sim

Fonte: Repositórios respectivos dos PPG das Universidades citadas no quadro.

(*) Quadro elaborado pela pesquisadora para ampliar a descrição de estudos antecedentes.

APÊNDICE B

Quadro 02 - Disposição da caracterização do marco legal no Brasil sobre o APD

Marco legal	Ano de publicação	O que dispõe	Endereço online
Decreto LEI Nº 1.044.	21 de outubro de 1969	Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Art. 1º São considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por: a) incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares; desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes;	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1044.htm
Lei Nº 6.202	17 de abril de 1975	Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969 e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6202.htm
Constituição Federal do Brasil	5 de outubro de 1988	Art. A educação, segundo propõe o Art. 205 da Constituição Federal de 1988, constitui direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.	https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwoDos/509f2321d97cd2d203256b280052245a?OpenDocument&Highlight=1,constitui%C3%A7%C3%A3o&AutoFramed
Lei nº 13.869. Estatuto da Criança e do Adolescente	13 de julho de 1990	Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.	http://legislaco.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viwo_Identificacao/lei%208.069-1990?OpenDocument
Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados (1995), Resolução Nº 41, de 13 de outubro de 1995	13 de outubro de 1995	Direito à proteção à vida e à saúde, com absoluta prioridade e sem qualquer forma de discriminação. Direito a ser hospitalizado quando for necessário ao seu tratamento, sem distinção de classe social, condição econômica, raça ou crença religiosa.	https://www.ufrgs.br/bioetica/conanda.htm
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996);	20 de dezembro de 1996	Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) abordou a Educação Especial no capítulo 5: define educação especial; assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público, entre outros itens.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-
Resolução Nº 2, de 11 de fevereiro de 2001, da Câmara de	11 de fevereiro de 2001	Este Parecer destaca-se por sua abrangência – vai além da Educação Básica – e por se basear em vários documentos sobre Educação Especial. Item 4 – A inclusão na rede regular de ensino “não consiste apenas na permanência física desses	http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_b.pdf

Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE)		alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas”.	
Lei das Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica 2001.	15 de agosto de 2001	Assim, sendo a educação especial deve ocorrer nas escolas públicas e privadas da rede regular de ensino com base nos princípios da educação inclusiva. Essas escolas, portanto, além do acesso a matrícula, devem assegurar as condições para o sucesso escolar de todos os alunos. Extraordinariamente, os serviços de educação especial podem ser oferecidos em classes especiais, escolas especiais, classes hospitalares e em ambiente domiciliar.	http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf
Resolução nº.02/2001 do CNE/CEB;	11 de setembro de 2001	A presente Resolução institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades.	http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf
Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva MEC/SEESP 2008	07 de janeiro de 2008	A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão;	http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf
Parecer CNE/CEB nº 13/2009,	03 de junho de 2009	Emitir parecer sobre as Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.	http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/peb013_09_homolog.pdf
Resolução nº. 038/2013 do Conselho Municipal de Educação de Salvador	30 de setembro de 2013	Art. 6º O Atendimento Educacional Especializado tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela, sendo realizado: (..) V - Atendimento domiciliar. Parágrafo único. Em caso de Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertada aos alunos, pelo respectivo sistema de ensino, a Educação Especial de forma complementar ou suplementar.	In: http://educacao3.salvador.ba.gov.br/conselhos-municipais/07-res-cme-038-2013-educacao_especial/
LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da	6 de julho de 2015	O capítulo IV aborda o direito à Educação, com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras.	In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

Pessoa com Deficiência)			
Em 1º de outubro de 2015 a EMHDID foi criada com o aval do Decreto nº. 23.922 de 14 de maio de 2013	1º de outubro de 2015	Criação da Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce	https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2013/2392/23922/decreto-n-23922-2013-aprova-o-regimento-da-secretaria-municipal-da-educacao-smed.html
Lei que garante atendimento educacional a aluno internado para tratamento LEI Nº 13.716, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018	24 de setembro de 2018	4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa."	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13716.htm
Lei Nº 14.238, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021. Institui o Estatuto da Pessoa com Câncer; e dá outras providências.	19 de novembro de 2021	Capítulo III dos Direitos Fundamentais X - atendimento educacional em classe hospitalar ou regime domiciliar, conforme interesse da pessoa com câncer e de sua família, nos termos do respectivo sistema de ensino.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.238-de-19-de-novembro-de-2021-360895776#:~:text=E%20AOS%20ADOLESCENTES-,Art.,preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20o%20diagn%C3%B3stico%20precoce.

Fonte: Sistematização elaborada pela autora sobre leis e resoluções disponíveis em âmbito federal, estadual e municipal.

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA, MESTRADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: **Formação de Professores: Desafios no Atendimento Pedagógico Domiciliar no processo de escolarização na Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce- 2012 a 2020** que tem como objetivo: identificar, investigar e sistematizar os desafios sociais da política de formação de professores e gestores da EMHDID de Salvador, considerando o desenvolvimento do processo de escolarização da educação Básica e da EJA, mediante o APD, em vistas ao período de 2012 a 2020 e apontar possibilidade de fortalecimento a partir de indicadores de subsídios da Pedagogia Histórico-crítica. Sua participação consistirá em ser entrevistado(a), com base em questões relacionadas ao tema. Para garantir a proteção dos participantes, haverá o cuidado em manter a privacidade na entrevista e ofertar o amparo psicológico ou assistencial, caso necessário, com profissional especializado. Será enviado o convite via e-mail para responder a um questionário pelo *Google Forms* e será realizada uma entrevista via plataforma *google meet* que será gravada para facilitar a transcrição dos dados coletados. Devido à coleta de informações o/a senhor/a poderá se sentir constrangido/a ou desconfortável. Ao decidir participar deste estudo esclareço que: 1. Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista ou do questionário o(a) senhor(a) poderá deixar de respondê-la, sem qualquer prejuízo, sendo devolvidas anotações até então realizadas; 2. As informações serão utilizadas em trabalhos científicos acadêmicos, sem identificação, assegurando-lhe total confidencialidade e sigilo; 3. Sua participação não lhe causará nenhum custo financeiro e nenhum ônus. A pesquisadora se compromete em armazenar os dados coletados adequadamente e assegurar o sigilo das informações em um dispositivo eletrônico local não deixando registro em ambiente virtual. Este procedimento se refere a todos os registros tais como: TCLE, gravações de vídeo ou áudio. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. **A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios:** pois irá levantar os processos práticos do trabalho de gestão e de

docência de professores; b) aspectos do desempenho promovido pela prática pedagógica de gestores e professores para identificar elementos da formação pedagógica, cuja especificidade encontra-se inserida no macro-organismo social no qual estão inseridos os gestores e professores no trato pedagógico desenvolvido na Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce, em vista a proposta de Atendimento Pedagógico Domiciliar que vem ocorrendo no período de 2012 a 2020. O benefício de sua participação consiste na ampliação do conhecimento sobre o Atendimento Pedagógico Domiciliar, trazendo resultados parciais e finais caracterizados pela produção e difusão de conhecimento em nível do mestrado acadêmico. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor (a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o Sr(a) caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente - de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento de pesquisas atendendo a padrões éticos.

Esclareço ainda que de acordo com as Leis brasileiras o (a) Sr(a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma via deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

III. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS.

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: Prof^o Dra. Kátia Oliver de Sá

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 Federação. Salvador-BA. CEP: 40.231-250.
Telefone: 71 3203-8913, e-mail: katia.oliver@pro.ucsal.br

Pesquisadora Discente: Rua das Patativas, 241 Edf Solar do Atlântico ap 1603 Imbuí Salvador-BA. CEP: 41.720-100. **Telefone:** 71 992146122, e-mail: marcia.vale@ucsal.edu.br

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UCSAL: Av. Cardeal da Silva, 205 Federação. Salvador-BA. CEP: 40.231-250. Tel. 71 3203-8913: e-mail: cep@ucsal.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEP/510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

IV. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa **Formação de Professores: Desafios no Atendimento Pedagógico Domiciliar no processo de**

escolarização na Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce- 2012 a 2020 e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via ao participante.

Salvador, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura da professora responsável
(Orientadora)

Assinatura da pesquisadora discente
(Orientanda)

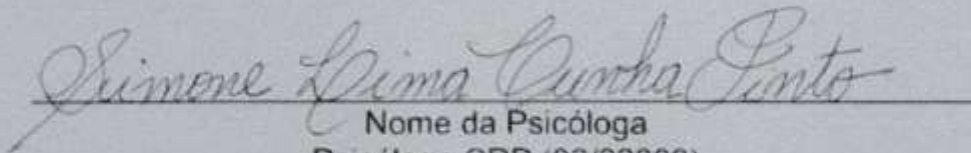
APÊNDICE D – Declaração da Psicóloga para atender a pesquisa

DECLARAÇÃO

Eu, Simone Lima Cunha Pinto, portadora do CPF 56481454549 e RG 03539853-17 SSP/Ba, Psicóloga inscrita no CRP 03/22808, declaro para os devidos fins que estarei disponível para prestar total suporte psicológico, a qualquer tempo, sem onerar o participante, caso seja necessário, para os/as entrevistados/as da pesquisa intitulada "Formação de Professores: Desafios do Atendimento Pedagógico Domiciliar no processo de escolarização na Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce- 2012 a 2020. Pesquisadora Márcia Pereira Martins Vale do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais e Cidadania sob orientação do Profa. Dra. Katia Oliver de Sá, nos questionários via google form que serão respondidos pelas gestoras, coordenadores e professoras totalizando 15 participantes e nas entrevistas realizadas via plataforma google meet com as professoras totalizando 08 participantes da rede pública municipal de Salvador- Bahia.

Subscrevo-me.

Salvador, 22 de março de 2021.



Nome da Psicóloga
Psicóloga CRP (03/22808)
Carimbo

Simone Lima Cunha Pinto
Psicóloga
CRP - 03/ 22808

APÊNDICE E: Autorização da realização da pesquisa pela SMED

Autorização para pesquisa (online) de Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania/UCSAL - Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce - GRE ORLA

Caixa de entrada



Dipe Estagio <estagioepesquisa.pedagogico@educacaosalvador.net>
para Escola, Gerência, Gilmaria, mim, Dipe, Gerência

Processo - SMED/SEATE | Nº 51980/2020

Prezado(a) Diretor(a),

De Ordem da Gerência de Currículo/Diretoria Pedagógica/SMED, fica autorizado pesquisa **online** intitulada "*FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DESAFIOS NO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL HOSPITALAR E DOMICILIAR IRMÃ DULCE – 2012 a 2020*", que tem como objetivo geral identificar, investigar e sistematizar os desafios sociais da política de formação de professores e gestores da EMHDID de Salvador, considerando o desenvolvimento do processo de escolarização da educação Básica e do EJA, mediante o APD, em vistas ao período de 2012 a 2020 e apontar possibilidade de fortalecimento a partir de indicadores de subsídios da Pedagogia Histórico-crítica. A referida pesquisa será desenvolvida pela mestrandia **Márcia Pereira Martins Vale**, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador – UCSAL sob orientação da Profa. Dra. Kátia Oliver de Sá.

A assinatura do **Termo de Compromisso** (apenas para Estágio Curricular Obrigatório) é de responsabilidade do(a) diretor(a) da escola. Os documentos PPP, REGIMENTO ESCOLAR, PLANO GESTOR, entre outros específicos da escola, só poderão ser analisados, se necessário, na própria Unidade Escolar. Para realização de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Lato Sensu e Stricto Sensu, o pesquisador deverá apresentar o **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** aos sujeitos da pesquisa, o mais amplo esclarecimento sobre a investigação a ser realizada.

Atenciosamente,
Vanilza Jordão

Gerência	de	Currículo/Diretoria	Pedagógica
Secretaria Municipal de Educação - SMED			
Av. Anita Garibaldi, nº 2981 - Rio Vermelho			
CEP: 41.940-450			
(71) 3202.3065 / 3066			

APÊNDICE F: Questionário Gestores

Olá, colega professor/a,

Meu nome é Márcia Pereira Martins Vale e sou estudante do Curso de Mestrado do Programa de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Estou realizando uma pesquisa intitulada FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DESAFIOS NO ATENDIMENTO DOMICILIAR NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL HOSPITALAR E DOMICILIAR IRMÃ DULCE – 2012 A 2020 e para concretizá-la necessito de sua colaboração, respondendo a um questionário que poderá ser acessado por meio do link abaixo.

Conto com a sua contribuição para produzir esta importante pesquisa. Sua participação consistirá em ser entrevistado(a), com base em questões relacionadas ao tema. Para garantir a proteção dos participantes, o cuidado em manter a sua privacidade será garantida na entrevista e a oferta o amparo psicológico ou assistencial, caso necessário, com profissional especializado. Será enviado o convite via e-mail para responder a um questionário pelo google forms e será realizada uma entrevista via plataforma google meet que será gravada para facilitar a transcrição dos dados coletados. Devido à coleta de informações o/a senhor/a a poderá se sentir constrangido/a ou desconfortável. Ao decidir participar deste estudo esclareço que: 1. Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista ou do questionário o(a) senhor(a) poderá deixar de respondê-la, sem qualquer prejuízo, sendo devolvidas anotações até então realizadas; 2. As informações serão utilizadas em trabalhos científicos acadêmicos, sem identificação, assegurando-lhe total confidencialidade e sigilo; 3. Sua participação não lhe causará nenhum custo financeiro e nenhum ônus. A pesquisadora se compromete em armazenar os dados coletados adequadamente e assegurar o sigilo das informações em um dispositivo eletrônico local não deixando registro em ambiente virtual. Este procedimento se refere a todos os registros tais como: TCLE, gravações de vídeo ou áudio. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios: pois irá levantar os processos práticos do trabalho de gestão e de docência de professores; b) aspectos do desempenho promovido pela prática pedagógica de gestores e professores para identificar elementos da formação pedagógica, cuja especificidade encontra-se inserida no macro-organismo social no qual estão inseridos os gestores e professores no trato pedagógico desenvolvido na Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce, em vista a proposta de Atendimento Pedagógico Domiciliar que vem ocorrendo no período de 2012 a 2020. Vale destacar que a sua participação neste estudo é voluntária e você pode recusar-se a participar ou interrompê-la a qualquer momento, sem quaisquer prejuízos. Além disso, garantimos sigilo absoluto quanto a sua identidade e as informações prestadas no formulário de pesquisa que está sendo encaminhado. Ressalto que este estudo foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente - de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento de pesquisas atendendo a padrões éticos. Pedimos que marque abaixo, no espaço apropriado, que leu esse Termo de Consentimento

Livre e Esclarecido e que aceita participar deste estudo, será enviada uma via do documento. Coloco-me à disposição para eventuais dúvidas e esclarecimentos necessários. Telefone: (71) 99214-6122. Email: marcia.vale@ucsal.edu.br CEP UCSAL [E-mail: cep@ucsal.br](mailto:cep@ucsal.br) tel: (71) 3203-8913.

Aceito, por livre e espontânea vontade, participar desta pesquisa () Aceito
Muito obrigada!

***Obrigatório**

1.DADOS PESSOAIS *

20-30 anos

31-40 anos

41- 45 anos

46-50 anos

50-55 anos

56 – 60 anos

2.Qual a formação em Graduação? *

Sua resposta

3.Curso(s) realizado(s) e/ou processo de realização na formação em Pós-Graduação no lato sensu. Indicar a instituição, ano de conclusão ou se encontra em processo de realização. *

Sua resposta

4.Curso(s) realizado(s) na formação em Pós-Graduação Mestrado. *

Sua resposta

5.Tempo de serviço na rede municipal de Salvador (ano e mês(es) que ingressou e se encontra até a presente data. *

Sua resposta

6.Tempo da condição de gestora no Atendimento Pedagógico Domiciliar (ano(s) e mês(es)). *

Sua resposta

7. Tempo de serviço na rede municipal de Salvador (ano(s) e mês(es)). Como gestor/a professor/a *

Sua resposta

8. Qual o tempo de condição de gestora na EMHDID? *

Sua resposta

9. Há dificuldade(s) em gerir o núcleo do domicílio da EMHDID? *

Sim

Não

Em caso afirmativo, citar. *

Sua resposta

10. Na condição de gestora, qual o maior desafio em resolver questões relacionadas ao Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD) na EMHDID? Esclareça. *

Sua resposta

11. Por que o tempo de OTP (Otimização do Tempo Pedagógico) é importante para o trabalho pedagógico? *

Sua resposta

12. Quais os canais que vêm sendo utilizados para reuniões de formação com os professores neste momento de pandemia? Marque o(s) qual(ais) você participa. *

E-mail

Watsaap

Reunião remota via plataforma Google Meet

Reunião na Plataforma Zoom

13. Sobre as reuniões de OTP (Otimização do Tempo Pedagógico) você considera: *

Importante

Não importante

Desnecessário

Justifique a resposta acima *

Sua resposta

14. Qual a teoria pedagógica que você reconhece necessária para embasar a prática pedagógica na EMHDID? Esclareça as bases que fundamentam a teoria indicada. *

Sua resposta

15. Você conhece a Pedagogia histórico-crítica? *

Sim

Não

Em caso afirmativo, como se apropriou? *

Sua resposta

16. Como gestora, você tem tido dificuldade para atuar no Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD)? *

Sua resposta

17. Que características profissionais devem possuir um profissional para atuar no Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD)? Descreva. *

Sua resposta

APÊNDICE G: Questionário Coordenadores Pedagógicos

Questionário de Coordenadores Pedagógicos

Olá,

colega

professor/a,

Meu nome é Márcia Pereira Martins Vale e sou estudante do Curso de Mestrado do Programa de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Estou realizando uma pesquisa intitulada FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DESAFIOS NO ATENDIMENTO DOMICILIAR NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL HOSPITALAR E DOMICILIAR IRMÃ DULCE – 2012 A 2020 e para concretizá-la necessito de sua colaboração, respondendo a um questionário que poderá ser acessado por meio do link abaixo.

Conto com a sua contribuição para produzir esta importante pesquisa. Sua participação consistirá em ser entrevistado(a), com base em questões relacionadas ao tema. Para garantir a proteção dos participantes, o cuidado em manter a sua privacidade será garantida na entrevista e a oferta o amparo psicológico ou assistencial, caso necessário, com profissional especializado. Será enviado o convite via e-mail para responder a um questionário pelo google forms e será realizada uma entrevista via plataforma google meet que será gravada para facilitar a transcrição dos dados coletados. Devido à coleta de informações o/a senhor/a a poderá se sentir constrangido/a ou desconfortável. Ao decidir participar deste estudo esclareço que: 1. Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista ou do questionário o(a) senhor(a) poderá deixar de respondê-la, sem qualquer prejuízo, sendo devolvidas anotações até então realizadas; 2. As informações serão utilizadas em trabalhos científicos acadêmicos, sem identificação, assegurando-lhe total confidencialidade e sigilo; 3. Sua participação não lhe causará nenhum custo financeiro e nenhum ônus. A pesquisadora se compromete em armazenar os dados coletados adequadamente e assegurar o sigilo das informações em um dispositivo eletrônico local não deixando registro em ambiente virtual. Este procedimento se refere a todos os registros tais como: TCLE, gravações de vídeo ou áudio. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios: pois irá levantar os processos práticos do trabalho de gestão e de docência de professores; b) aspectos do desempenho promovido pela prática pedagógica de gestores e professores para identificar elementos da formação pedagógica, cuja especificidade encontra-se inserida no macro-organismo social no qual estão inseridos os gestores e professores no trato pedagógico desenvolvido na Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce, em vista a proposta de Atendimento Pedagógico Domiciliar que vem ocorrendo no período de 2012 a 2020. Vale destacar que a sua participação neste estudo é voluntária e você pode recusar-se a participar ou interrompê-la a qualquer momento, sem quaisquer prejuízos. Além disso, garantimos sigilo absoluto quanto a sua identidade e as informações prestadas no formulário de pesquisa que está sendo encaminhado. Ressalto que este estudo foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente - de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento de pesquisas atendendo a padrões éticos.

Pedimos que marque abaixo, no espaço apropriado, que leu esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que aceita participar deste estudo, será enviada uma via do documento. Coloco-me à disposição para eventuais dúvidas e esclarecimentos necessários. Telefone: (71) 99214-6122. Email: marcia.vale@ucsal.edu.br CEP UCSAL E-mail: cep@ucsal.br tel: (71) 3203-8913 Aceito, por livre e espontânea vontade, participar desta pesquisa () Aceito

Muito obrigada!

*Obrigatório

Sem título

Opção 1

1- DADOS PESSOAIS *

20 - 30 anos

31 - 40 anos

41 - 45 anos

46 - 50 anos

51-55 anos

56- 60 anos

61-70 anos

2. Curso(s) realizado(s) e/ou processo de realização na formação em Pós-Graduação no lato sensu. Indicar a instituição, ano de conclusão ou se encontra em processo de realização. *

Sua resposta

3. Curso(s) realizado(s) na formação em Pós-Graduação Mestrado. *

Sua resposta

4. Tempo de serviço na rede municipal de Salvador, considerando o ano(s) e mês(es) que ingressou e se encontra até a presente data. *

Sua resposta

5. Tempo de serviço como coordenadora pedagógica no Atendimento Pedagógico Domiciliar, considerando ano(s) e mês(es) da EMHDID. *

Sua resposta

6. Há dificuldade(s) em gerir o núcleo do domicílio da EMHDID? *

Sim
Não

Em caso afirmativo, citar. *

Sua resposta

7. Como coordenadora pedagógica, qual o maior desafio em resolver questões relacionadas ao Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD) na EMHDID? Esclareça. *

Sua resposta

8. Por que o tempo de OTP (Otimização do Tempo Pedagógico) é importante para o trabalho pedagógico? *

Sua resposta

9. Quais os canais que vêm sendo utilizados para reuniões de formação com os professores neste momento de pandemia? Marque o(s) qual(ais) você participa. *

E-mail

Watsap

Reunião remota via plataforma Google Meet

Reunião remota via plataforma Zoom

10. Sobre as reuniões de OTP (Otimização do Tempo Pedagógico) você considera: *

Importante

Não importante

Desnecessário

Justifique a resposta acima *

Sua resposta

11. Qual a teoria pedagógica que você reconhece necessária para embasar a prática pedagógica na EMHDID? Esclareça as bases que fundamentam a teoria indicada. *

Sua resposta

12. Você conhece a Pedagogia histórico-crítica? *

Sim

Não

Em caso afirmativo, como se apropriou? *

Sua resposta

13. Como coordenadora pedagógica, você tem tido dificuldade para atuar no Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD)? *

Sim

Não

Justifique sua resposta. *

Sua resposta

14. Que características profissionais devem possuir um profissional para atuar no Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD)? Descreva *

Sua resposta

15. Como você desenvolve a coordenação pedagógica para favorecer a docência no Atendimento Pedagógico Domiciliar? Esclareça descrevendo os processos mais significativos *

Sua resposta

APÊNDICE H: Questionário Professores

Questionário Professores

Olá,

colega

professor/a,

Meu nome é Márcia Pereira Martins Vale e sou estudante do Curso de Mestrado do Programa de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Estou realizando uma pesquisa intitulada FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DESAFIOS NO ATENDIMENTO DOMICILIAR NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL HOSPITALAR E DOMICILIAR IRMÃ DULCE – 2012 A 2020 e para concretizá-la necessito de sua colaboração, respondendo a um questionário que poderá ser acessado por meio do link abaixo.

Conto com a sua contribuição para produzir esta importante pesquisa. Sua participação consistirá em ser entrevistado(a), com base em questões relacionadas ao tema. Para garantir a proteção dos participantes, o cuidado em manter a sua privacidade será garantida na entrevista e a oferta o amparo psicológico ou assistencial, caso necessário, com profissional especializado. Será enviado o convite via e-mail para responder a um questionário pelo google forms e será realizada uma entrevista via plataforma google meet que será gravada para facilitar a transcrição dos dados coletados. Devido à coleta de informações o/a senhor/a a poderá se sentir constrangido/a ou desconfortável. Ao decidir participar deste estudo esclareço que: 1. Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista ou do questionário o(a) senhor(a) poderá deixar de respondê-la, sem qualquer prejuízo, sendo devolvidas anotações até então realizadas; 2. As informações serão utilizadas em trabalhos científicos acadêmicos, sem identificação, assegurando-lhe total confidencialidade e sigilo; 3. Sua participação não lhe causará nenhum custo financeiro e nenhum ônus. A pesquisadora se compromete em armazenar os dados coletados adequadamente e assegurar o sigilo das informações em um dispositivo eletrônico local não deixando registro em ambiente virtual. Este procedimento se refere a todos os registros tais como: TCLE, gravações de vídeo ou áudio. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios: pois irá levantar os processos práticos do trabalho de gestão e de docência de professores; b) aspectos do desempenho promovido pela prática pedagógica de gestores e professores para identificar elementos da formação pedagógica, cuja especificidade encontra-se inserida no macro-organismo social no qual estão inseridos os gestores e professores no trato pedagógico desenvolvido na Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce, em vista a proposta de Atendimento Pedagógico Domiciliar que vem ocorrendo no período de 2012 a 2020. Vale destacar que a sua participação neste estudo é voluntária e você pode recusar-se a participar ou interrompê-la a qualquer momento, sem quaisquer prejuízos. Além disso, garantimos sigilo absoluto quanto a sua identidade e as informações prestadas no formulário de pesquisa que está sendo encaminhado. Ressalto que este estudo foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente - de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento de pesquisas atendendo a padrões éticos.

Pedimos que marque abaixo, no espaço apropriado, que leu esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que aceita participar deste estudo, será enviada uma via do documento. Coloco-me à disposição para eventuais dúvidas e esclarecimentos necessários. Telefone: (71) 99214-6122. Email: marcia.vale@ucsal.edu.br CEP UCSAL [E-mail: cep@ucsal.br](mailto:cep@ucsal.br) tel: (71) 3203-8913. Aceito, por livre e espontânea vontade, participar desta pesquisa () Aceito

Muito obrigada!

*Obrigatório

PERFIL DE PROFESSORES LOTADOS NA EMHDID

A - DADOS PESSOAIS

1. Idade *

20 - 30 anos

30 - 40 anos

40 - 45 anos

46 - 50 anos

50 - 55 anos

56 - 60 anos

2. Qual a sua formação em Curso de Graduação?

Sua resposta

3. Curso(s) realizado(s) na formação em Pós-Graduação no lato sensu. Indicar a(s) instituição(ões) o ano conclusão ou se tem curso sendo realizado neste ano. *

Sua resposta

4. Curso(s) realizado(s) na formação em Pós-Graduação Mestrado. *

Sua resposta

5. Tempo de serviço na rede municipal de Salvador em ano(s) e mês(es) até a presente data. *

Sua resposta

6. Tempo de docência no Atendimento Pedagógico Domiciliar em ano(s) e mês(es). *

Sua resposta

7. Tempo de serviço na rede municipal de Salvador em ano(s) e mês(es). Como gestor/a professor/a *

Sua resposta

8. Quanto(s) aluno(s) vem atendendo nos seguintes anos? De 2012 a 2020 *

Sua resposta

B - CARACTERIZAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DA EMHDID

1. Qual a maior dificuldade em ser professora do Atendimento Pedagógico Domiciliar da EMHDID? *

Sua resposta

2. E qual o maior desafio pedagógico, quanto à deficiência dos(as) alunos(as), que você enfrentou no Atendimento Pedagógico Domiciliar da EMHDID? *

Sua resposta

3. Por que o tempo de OTP (Otimização do Tempo Pedagógico) é importante para o trabalho pedagógico? *

Sua resposta

4. Quais os canais que vêm sendo utilizados para reuniões de formação com os professores neste momento de pandemia? Marque o(s) qual(ais) você participa *

E-mail

WhatsApp

Reunião remota via plataforma Google Meet

Reunião remota via plataforma Zoom

5. Sobre as reuniões de OTP (Otimização do Tempo Pedagógico) você considera: *

Importante

Não importante

Desnecessário

Justifique a questão acima *

Sua resposta

6.Qual a teoria pedagógica que embasa a sua prática pedagógica na EMHDID?
Esclareça as bases que fundamentam a teoria indicada. *

Sua resposta

7.Você conhece a Pedagogia histórico-crítica? *

Sim

Não

.Em caso afirmativo, como se apropriou? *

Sua resposta

8.A gestão da escola promove alguma formação? *

Sim

Não

Em caso afirmativo, cite em que anos e os temas abordados: *

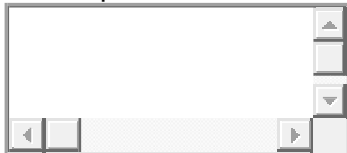
Sua resposta

9.Que tema(s) você considera necessário(s) para a formação OTP
(Otimização do Tempo Pedagógico)? Destaque. *

Sua resposta

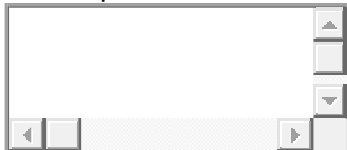
10. Destaque elementos do processo pedagógico relacionados ao ensino e aprendizagem que vêm sendo desenvolvido no Atendimento Pedagógico Domiciliar. *

Sua resposta

A rectangular text input field with a light gray border. On the right side, there are three small square buttons stacked vertically, each with a downward-pointing arrow. On the bottom left and bottom right corners, there are small square buttons with left and right-pointing arrows, respectively.

11. Que material(ais) didático(s) de apoio você vem aplicando ao processo pedagógico relacionado ao ensino e aprendizagem que vêm sendo desenvolvido no Atendimento Pedagógico Domiciliar. *

Sua resposta

A rectangular text input field with a light gray border. On the right side, there are three small square buttons stacked vertically, each with a downward-pointing arrow. On the bottom left and bottom right corners, there are small square buttons with left and right-pointing arrows, respectively.

APÊNDICE I: Roteiro de entrevistas com os Professores via Plataforma do *Google Meet*.

Entrevista estruturada individual aplicada à oito professoras que estão vinculadas ao APD de vinte domicílios espalhados na cidade do Salvador e três Casas Lar. E a autorização será via a assinatura do TCLE. Onde constam todos os procedimentos necessários para a realização da mesma.

- 1- Diante do perfil da sua formação pedagógica, qual a habilidade que você considera mais significativa para contribuir com o trabalho de Atendimento Pedagógico Domiciliar?
- 2- Como educadora da EMHDID, considerando o trabalho que você desenvolve de Atendimento Pedagógico Domiciliar, qual a sua maior realização profissional?
- 3- O que caracteriza a sua capacidade no Atendimento Pedagógico Domiciliar?
- 4 - As condições oferecidas pela SMED favorecem ou não ao seu trabalho no Atendimento Pedagógico Domiciliar?
- 5 - Considerando a condição de pandemia, que tipo de atividade(s) você conseguiu desenvolver com maior propriedade no Atendimento Pedagógico Domiciliar?

ANEXO A: Projeto de Lei Municipal 64/2016

No município de Salvador temos uma única escola que realiza o atendimento pedagógico domiciliar e hospitalar que é a EMHDID. No município de Salvador a Câmara Municipal propôs o Projeto de Lei No 64/2016 que dispõe sobre a garantia do direito da criança, adolescente, jovens e adultos ao atendimento pedagógico e escolar, em ambiente hospitalar e domiciliar no Município de Salvador:

Art.1º- Fica reconhecida às Classes Hospitalares e Atendimento Pedagógico Domiciliar a função de atenção pedagógica dispensada à criança, ao adolescente, ao jovem e ao adulto

hospitalizado em tratamento de saúde, que se encontram, preferencialmente, em Unidades do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme determina o § 2º do art.58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Resolução nº 41/95 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e de dezembro de 1996, e a Resolução nº 41/95 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e § 1º- São consideradas Unidades de Saúde do SUS, para efeitos desta Lei, as unidades próprias da Secretaria de Saúde do Município de Salvador e do Estado da Bahia, as públicas conveniada e as privadas por estas contratadas § 2º- Serão consideradas unidades domiciliares: as casas de apoio, casas de passagem e o domicílio do aluno onde se prestam o atendimento pedagógico domiciliar Art.2º- Aos alunos matriculados na Educação Básica e no Segmento da Educação de Jovens e Adultos impossibilitados de frequentar a escola regular e que mantenham condições de aprendizagem, aplicar-se-á regime das Classes Hospitalares e Atendimento Pedagógico Domiciliar.

§ 1º- Enquanto sujeito ao regime de Classes Hospitalares e Atendimento Pedagógico Domiciliar o aluno é considerado de frequência efetiva às aulas, desde que participe do atendimento § 2º- O atendimento pedagógico ministrado em Classes Hospitalares e Atendimento Pedagógico Domiciliar possui equivalência às classes comuns de ensino regular, considerando um currículo adaptado, flexibilizado, diferenciado, que contemple as necessidades educacionais de cada estudante de acordo com o segmento de ensino.

Art.3º - O Poder Executivo

deverá promover a expansão das Classes Hospitalares e Domiciliares em todo o território do Município de Salvador.

§ 1º - Fica sob a responsabilidade da Secretaria de Educação do Município de Salvador a cessão dos professores que atuarão nas classes Hospitalares e Atendimento Pedagógico Domiciliar § 2º- A Secretaria Municipal poderá firmar convênio com o Estado para ceder professores que poderão desempenhar o atendimento das Classes Art.4º - Aos servidores professores que atuam nas Classes Hospitalares e Atendimento Pedagógico Domiciliar no Município de Salvador ficam assegurados os direitos atinentes ao professor que desempenha atividade em escola regular, bem como o direito à vantagem pessoal nominal de 30% sobre seu vencimento pelo exercício da docência em classe hospitalar e domiciliar reajustável mediante percentuais aplicados aos demais servidores, conforme assegurado no Plano de Carreira Lei Municipal nº 8.722/2014.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ao professor de Classes Hospitalares e Atendimento Pedagógico Domiciliar fica assegurado o direito de

adicional de periculosidade e/ou insalubridade, devido aos profissionais de saúde, haja vista que o professor desempenha sua função docente em ambiente de risco e insalubres. Art.5º - Para atuar em Classes Hospitalares e Atendimento Pedagógico Domiciliar, o professor e coordenador deverá: I - Ser pedagogo

ou licenciado, sendo professor/coordenador efetivo da rede pública de ensino com experiência em regência de classe, não estando no estágio probatório.

II - Possuir curso especialização em Educação Especial e/ou Educação Inclusiva, com carga horária mínima de 360 horas. III – Ser aprovado em seleção interna por meio de edital elaborado pela Secretaria Municipal III – Ser aprovado em seleção interna

por meio de edital elaborado pela Secretaria Municipal de Educação responsável pela coordenação pedagógica das Classes Hospitalares e Atendimento Domiciliar de Salvador. Art. 6º - É facultado ao Poder Executivo, através das Secretarias Municipais de Saúde e de Educação celebra convênios e outros instrumentos de cooperação na promoção da humanização continuidade do processo de escolarização e da atenção integral à criança, adolescente, jovens e adultos hospitalizados,

com as unidades de Saúde previstas nos parágrafos 1º e 2º dessa Lei 1º- A avaliação da qualidade do trabalho da Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce deve ser assegurada pela equipe técnica e pedagógica objetivando a definição de prioridades a melhoria da qualidade de ensino. § 2º- A avaliação de desempenho dos alunos-pacientes far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento em relatórios para encaminhamentos às escolas de origem. Art.7º- Compete à Secretaria de Municipal de Educação I - A concessão e capacitação dos professores/coordenadores e demais profissionais de educação que estiverem atuando nas Classes Hospitalares e Atendimento Pedagógico Domiciliar de Salvador. II - A provisão de recursos financeiros e didáticos bem como materiais necessários para os atendimentos nas Classes Hospitalares e no Atendimento Pedagógico Domiciliar. II – A coordenação pedagógica dos atendimentos realizados pelas

Classes Hospitalares e Atendimento Pedagógico Domiciliar IV- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento da atenção integral a educação das crianças, adolescentes, jovens e adultos hospitalizados e/ou em tratamento de saúde em domicílio adolescentes, jovens e adultos hospitalizados e/ou em tratamento de saúde em domicílio. V- Assegurar o cumprimento da Legislação, quanto ao direito à educação do escolar hospitalizado e/ou em tratamento de saúde, além de promover a qualidade do atendimento pedagógico prestado- Art. 8º - A Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce inaugurada no dia 1º de outubro de 2015, conforme a Portaria de nº 286 de 28 de julho de 2015, terá sua gestão escolar submetida às mesmas Leis Municipais que tratam das demais escolas da Rede Municipal de Ensino. Parágrafo Único – A regulamentação do Projeto Político Pedagógico, Regimento e demais atos normativos que vão reger a Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce devem ser normatizados pela Secretaria Municipal de Educação. Art.9º - Os órgãos públicos abrangidos

pela obrigatoriedade instituída por esta Lei deverão no prazo de cento e vinte dias depois sua publicação, adotar as providências

necessárias a seu cumprimento. Art.10º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 4 de março de 2016

ODIOSVALDO VIGAS

ANEXO B: Anamnese

Secretaria da
Educação



ANAMNESE

Instituição.....

Nome da criança:.....

Data de nascimento:...../...../..... Idade:.....anos.....meses Peso:.....

Estatura:.....

Nome da mãe/pai e/ou responsável:.....

Tipo de moradia:.....

Como foi a gestação?.....

Como se deu o parto?.....

Até que idade foi amamentada?.....

Motivo da suspensão da amamentação:.....

Quando começou a falar?.....

Quando começou a andar?.....

Já controla os esfíncteres?.....

Possui algum Plano de Saúde? () Sim () Não

Qual?.....

Informe o número da carteira do convênio:.....

Se não possuir plano de saúde, possui cartão SUS? () Sim () Não

Faz acompanhamento em alguma Unidade Municipal de Saúde? () Sim () Não

Qual? (Nome ou Bairro que se localiza).....

Faz algum tipo de tratamento médico? () Sim () Não

Faz uso de algum tipo de medicamento? () Sim () Não

Qual?.....

Possui alergia a algum medicamento? () Sim () Não

ais?.....

Como se manifesta?.....

Nas situações que a criança manifestou alergia a algum medicamento, o que foi feito para socorrê-la?.....

.....

Em caso de emergência não sendo localizados os pais e/ou responsáveis pela criança, quem deverá ser avisado?

NOME	PARENTESCO	TELEFONE

Os pais e/ou responsáveis dão consentimento para medicar a criança em caso de febre ou dor?

() Sim () Não

Assinatura dos pais ou responsáveis:.....

Na ausência da prescrição médica, em caso de emergência numa febre ou dor, os pais e/ou responsáveis dão consentimento para que a instituição administre o medicamento à criança seguindo as orientações da bula do medicamento? () Sim () Não

Assinatura dos pais e/ou responsáveis:.....

Em caso de febre qual o tipo de antitérmico a ser administrado e a dosagem?

.....

Em caso de dor qual o tipo de analgésico a ser administrado e a dosagem?

.....

Os pais e/ou responsáveis, no caso de não terem sido localizados, autorizam a remoção da criança ao serviço médico acompanhado por um funcionário da instituição designado pela gestora?

() Sim () Não

Que doenças já teve?

.....

.....

Quais as doenças contagiosas da infância já contraídas?

.....

.....

.....

A criança apresenta distúrbios de:

Diabetes: () sim () não Em caso afirmativo, como procede?

.....

.....

.....

Se sim, toma insulina? () sim () não Tipo:

.....

.....

Convulsões: () sim () não Em caso afirmativo, como procede?

.....

.....

.....

Asma/Crise de Asma e/ou Renite Alérgica: () sim () não Em caso afirmativo, como procede?

.....
.....
.....

..

Refluxo: () sim () não Em caso afirmativo, como procede?

.....
.....
.....

Como é a alimentação?

.....
.....

A criança come uma quantidade: () pouca () moderada () grande

Quais são seus alimentos preferidos?

.....
.....

Alérgica a alguma alimentação? () sim () nãoQuais?

.....
.....

Como se manifesta?

.....

Nas situações que a criança apresentou alergia a algum alimento, o que foi feito para socorrê-la?

.....

Tem algum medo?.....

Quais são as brincadeiras e brinquedos preferidos?

.....
.....

Tem algum brinquedo e/ou objeto que costuma carregar consigo?

.....

Como se relaciona com os adultos?

.....

Como se relaciona com outras crianças?

.....

.....

Já frequentou outras instituições de educação infantil antes?

() Sim () Não

Quais?

.....

.....

Como é a criança? Conte um pouco sobre ela.

.....

.....

Como é o ambiente familiar? Conte um pouco sobre a relação entre as pessoas que convivem com a criança.

.....

.....

.....

Com quem ficava a criança, antes de vir para a instituição?

.....

.....

Quando o responsável não puder buscá-lo/a no horário da saída, especifique as pessoas autorizadas a retirar as crianças da instituição:

NOME	PARENTESCO	TELEFONE

Observação:

1. Os pais e/ou responsáveis anexa a esta Anamnese a prescrição médica indicando o medicamento a ser utilizado, com dosagem a ser administrada, com data e validade de no máximo de 1 (um) mês e em caso dos antibióticos com dosagem a ser administrada, com data e validade de no máximo de 10 (dez) dias.

2. Alterações ocorridas nos dados contidos nesta ficha deverão ser imediatamente comunicadas à secretaria da instituição. As informações contidas nesta ficha são de inteira responsabilidade dos pais e/ou responsáveis.


Data da entrevista:.....

Entrevistador:.....

Pessoa entrevistada:.....

Eu,..... declaro que as informações são verdadeiras.

ANEXO C: Atualização Cadastral dos(as) alunos(as)

 <p>SALVADOR PREFEITURA PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR Municipal da Educação – SMED Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce Av. Amaralina, nº 16, Amaralina – Salvador/Bahia Tel.: 32407947</p>
--	---

**ATUALIZAÇÃO CADASTRAL
DO ALUNO MATRICULADO NA E.M.H.D. IRMÃ DULCE
2020**

Professor: _____	Data	do	cadastro:
____/____/____			
Número da matrícula: _____			

Identificação


- ❖ Nome: _____
- ❖ Filiação:
 - Pai: _____
 - Mãe: _____
- ❖ Acompanhante/Responsável: _____
- ❖ Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: _____
- ❖ Endereço: _____

- ❖ Bairro: _____ Cidade: _____
- ❖ CEP _____
- ❖ Tel: (____) _____ Celular (____) _____
- ❖ Telefone para recado (____) _____
- ❖ E-mail: _____

Escolaridade

- ❖ Série que estudou no ano anterior: _____
() Educ. Inf. () Ens. Fund. I () Ens. Fund. II () Ens. Médio () EJA ()

ANEXO D: Termo de Autorização de Imagem

 <p>SALVADOR PREFEITURA PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR Municipal da Educação – SMED Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce Av. Amaralina, nº 16, Amaralina – Salvador/Bahia Tel.: 32407947</p>
--	---

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, _____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador (a) da cédula de identidade RG nº _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, residente no endereço _____, nº _____, município de _____, estado _____, AUTORIZO neste ato, para livre utilização a qualquer tempo, o uso de minha imagem e de meu filho (a) _____ para ser utilizada pela Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce em todo e qualquer material de divulgação, entre vídeos, fotos e documentos.

Declaro ainda estar ciente que a presente autorização é concedida a título gratuito e que aceito participar das obras de divulgação autorizando, consequentemente e universalmente, qualquer exploração comercial, distribuição e exibição pública ou privada da minha imagem ou da imagem do meu filho, por todo e qualquer veículo ou meio de comunicação e publicidade existentes, tais como: (I) mídia eletrônica (cinema, programas de televisão, home vídeo, painéis, programas de rádio, entre outros); (II) anúncios e reportagens jornalísticas em meio impresso, eletrônico ou digital, a exemplo de rádios, revistas, internet, jornais, cinema e televisão; (III) divulgação em peças como outdoor; busdoor; folhetos em geral, cartazes, etc.; (IV) folder de apresentação e (V) home page, para exposições públicas ou domiciliares, no Brasil ou no Exterior, podendo as cenas das obras em questão serem utilizadas para fins comerciais ou não, exposições em festivais ou outros meios de comunicação que se fizerem necessários. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou à imagem do meu filho, e assino a presente autorização.

_____, dia ____ de _____ de _____.

(assinatura)

ANEXO E: Modelo do Relatório Educação Infantil

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR	
Secretaria	Municipal da Educação – SMED Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce Av. Amaralina, nº 16, Amaralina – Salvador/Bahia Tel.: 32407947

Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce.**Aluno (a):** _____ **Idade:** ____ anos**Professora:** _____**Segmento:** Educação Infantil **Ano de Escolarização:** Grupo _____**Unidade de Atendimento:** _____**Escola de Origem:** _____**Município:** _____**RELATÓRIO PEDAGÓGICO**

____ semestre/20____

Histórico do Aluno/ Aspecto Sócio Afetivo

1. Descrição das características do aluno (sociabilidade e afetividade);
2. Relacionamento com a família e/ou grupos;
3. Relacionamento do aluno (com professores e colegas);
4. Antecedentes de atendimento de outra natureza (clínicos e terapêuticos);
- 5 Antecedentes de atendimento, caso já tenha frequentado outra escola;

Habilidades Conceituais

1. Observação descritiva nas diversas situações escolares:
 - interesse, atenção, concentração, compreensão e atendimento as solicitações, habilidade sensório-motora (percepção e memória visual, percepção e memória auditiva, percepção de diferenças e semelhanças, orientação temporal e espacial), habilidades motoras, pensamento lógico, expressão criativa, linguagem e comunicação: oral e escrita, raciocínio lógico-matemático.

Currículo**VIVÊNCIAS (EDUCAÇÃO INFANTIL)**

Parágrafo Conclusivo (Parecer Descritivo – 4 linhas)

Salvador, ____ de _____ de 2018.

 Professora da Escola Municipal Hospitalar
 e Domiciliar Irmã Dulce
 Matrícula _____

 Coordenadora Pedagógica da Escola
 Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce
 Matrícula _____

Observação Importante:

OBS: Os relatórios da Educação Infantil não constarão notas, mas será necessário que o professor, por semestre, disponibilize o Parecer Descritivo.


Exemplos de pareceres descritivos para conclusão do ano letivo.

* Com base nos objetivos trabalhados, foi possível observar que o(a) aluno(a) apresenta facilidades nos conteúdos (...) e devido à sua patologia (...) apresenta muitas limitações, mas vem progredindo satisfatoriamente, estando apto(a) a frequentar o (...)ano.

* Observando o desempenho do (a) aluno (a) e respeitando o seu ritmo para aprendizagem, foi constatado que neste ano ele (a) teve avanços, apesar da patologia que apresenta (...) e encontra-se apto(a) a enfrentar novos desafios, estando apto(a) a frequentar o (...)ano.

Resoluções nº 041/1995 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, nº 02 de 11/09/2001 do CNE/CEB/MEC e 038/2013 do Conselho Municipal de Educação de Salvador.

ANEXO F: Modelo do Relatório do Ensino Fundamental I Anos Iniciais

 <p>SALVADOR PREFEITURA PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR Municipal da Educação – SMED Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce Av. Amaralina, nº 16, Amaralina – Salvador/Bahia Tel.: 32407947</p>
--	---

Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce.

Aluno (a): _____ **Idade:** ____ anos

Professora: _____

Segmento: Ensino Fundamental I **Ano de Escolarização:** ____ ano

Unidade de Atendimento: _____

Escola de Origem: _____

Município: _____

RELATÓRIO PEDAGÓGICO

____ semestre/20____

Histórico do Aluno/ Aspecto Sócio Afetivo

5. Descrição das características do aluno (sociabilidade e afetividade);
6. Relacionamento com a família e/ou grupos;
7. Relacionamento do aluno (com professores e colegas);
8. Antecedentes de atendimento de outra natureza (clínicos e terapêuticos);
 - 5 Antecedentes de atendimento, caso já tenha frequentado outra escola;

Habilidades Conceituais

2. Observação descritiva nas diversas situações escolares:
 - interesse, atenção, concentração, compreensão e atendimento as solicitações, habilidade sensorio-motora (percepção e memória visual, percepção e memória auditiva, percepção de diferenças e semelhanças, orientação temporal e espacial), habilidades motoras, pensamento lógico, expressão criativa, linguagem e comunicação: oral e escrita, raciocínio lógico-matemático.

Currículo

APRENDIZAGENS (ENSINO FUNDAMENTAL)

Parágrafo Conclusivo (Parecer Descritivo – 4 linhas)

Salvador, ____ de _____ de 2018.

 Professora da Escola Municipal Hospitalar
 e Domiciliar Irmã Dulce
 Matrícula _____

 Coordenadora Pedagógica da Escola
 Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce
 Matrícula _____

Observação Importante:

OBS: Os relatórios do Fundamental I não constarão notas, pois na Rede Municipal de Ensino de Salvador não são exigidas. Caso o município do aluno exija, serão disponibilizadas.


Exemplos de pareceres descritivos para conclusão do ano letivo.

***Com base nos objetivos trabalhados, foi possível observar que o(a) aluno(a) apresenta facilidades nos conteúdos (...) e devido à sua patologia (...) apresenta muitas limitações, mas vem progredindo satisfatoriamente, estando apto(a) a frequentar o (...) ano.**

*** Observando o desempenho do (a) aluno(a) e respeitando o seu ritmo para aprendizagem, foi constatado que neste ano ele (a) teve avanços, apesar da patologia que apresenta (...) e encontra-se apto(a) a enfrentar novos desafios, estando apto(a) a frequentar o (...)ano.**

Resoluções nº 041/1995 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, nº 02 de 11/09/2001 do CNE/CEB/MEC e 038/2013 do Conselho Municipal de Educação de Salvador.

ANEXO G: Modelo do Relatório do Ensino Fundamental II Anos Finais

 <p>SALVADOR PREFEITURA PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL</p>	<p align="center">PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR</p> <p>Municipal da Educação – SMED Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce Av. Amaralina, nº 16, Amaralina – Salvador/Bahia Tel.: 32407947</p>
--	---

Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce.

Aluno (a): _____ **Idade:** ____ anos

Professora: _____

Segmento: Ensino Fundamental II **Ano de Escolarização:** ____ ano

Unidade de Atendimento: _____

Escola de Origem _____

Município: _____

RELATÓRIO PEDAGÓGICO

____ semestre/20____

Histórico do Aluno/ Aspecto Sócio Afetivo

9. Descrição das características do aluno (sociabilidade e afetividade);
10. Relacionamento com a família e/ou grupos;
11. Relacionamento do aluno (com professores e colegas);
12. Antecedentes de atendimento de outra natureza (clínicos e terapêuticos);
 - 5 Antecedentes de atendimento, caso já tenha frequentado outra escola;

Habilidades Conceituais

3. Observação descritiva nas diversas situações escolares:
 - interesse, atenção, concentração, compreensão e atendimento as solicitações, habilidade sensório-motora (percepção e memória visual, percepção e memória auditiva, percepção de diferenças e semelhanças, orientação temporal e espacial), habilidades motoras, pensamento lógico, expressão criativa, linguagem e comunicação: oral e escrita, raciocínio lógico-matemático.

Currículo

APRENDIZAGENS (ENSINO FUNDAMENTAL)

Parágrafo Conclusivo**Notas (Ensino Fundamental II)**

Tabela para o Fundamental II

Disciplinas	língua Portuguesa	matemática	história	geografia	ciências	educação Física	educação Artística	educação Religiosa	língua Estrangeira	cultura	Resultado	Observações
Notas						—		—	—	—		

Obs.: No campo resultado preencher com Aprovado ou Conservado só no segundo semestre.


Salvador, ____ de _____ de 2018.

 Professora da Escola Municipal Hospitalar
 e Domiciliar Irmã Dulce
 Matrícula _____

 Coordenadora Pedagógica da Escola
 Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce
 Matrícula _____

Resoluções nº 041/1995 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, nº 02 de 11/09/2001 do CNE/CEB/MEC e 038/2013 do Conselho Municipal de Educação de Salvador.

ANEXO H: Modelo do Relatório EJA I

 <p>SALVADOR PREFEITURA PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL</p>	<p align="center">PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR</p> <p>Municipal da Educação – SMED Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce Av. Amaralina, nº 16, Amaralina – Salvador/Bahia Tel.: 32407947</p>
--	---

Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce.**Aluno (a):** _____ **Idade:** ____ anos**Professora:** _____**Segmento:** Educação de Jovens e Adultos (EJA) **Ano** _____**de Escolarização:** EJA I (Tap I, II ou III)**Unidade de Atendimento:** _____**Escola de Origem** _____**Município:** _____**RELATÓRIO PEDAGÓGICO**

____ semestre/20__

Histórico do Aluno/ Aspecto Sócio Afetivo

13. Descrição das características do aluno (sociabilidade e afetividade);
14. Relacionamento com a família e/ou grupos;
15. Relacionamento do aluno (com professores e colegas);
16. Antecedentes de atendimento de outra natureza (clínicos e terapêuticos);
 - 5 Antecedentes de atendimento, caso já tenha frequentado outra escola;

Habilidades Conceituais

4. Observação descritiva nas diversas situações escolares:
 - interesse, atenção, concentração, compreensão e atendimento as solicitações, habilidade sensório-motora (percepção e memória visual, percepção e memória auditiva, percepção de diferenças e semelhanças, orientação temporal e espacial), habilidades motoras, pensamento lógico, expressão criativa, linguagem e comunicação: oral e escrita, raciocínio lógico-matemático.

Currículo**SABERES (EJA)****Parágrafo Conclusivo**

Tabela para a EJA I


ÁREA DE CONHECIMENTO	ÍNDICE DE AVALIAÇÃO/MÉDIA FINAL
Língua Portuguesa	
Matemática	
Estudos da Sociedade e Natureza	

Salvador, ____ de _____ de 2018.

Professora da Escola Municipal Hospitalar
e Domiciliar Irmã Dulce
Matrícula _____

Coordenadora Pedagógica da Escola
Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce
Matrícula _____

ANEXO I: Modelo do Relatório EJA II

 <p>SALVADOR PREFEITURA PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR Municipal da Educação – SMED Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce Av. Amaralina, nº 16, Amaralina – Salvador/Bahia Tel.: 32407947</p>
--	---

Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce.

Aluno (a): _____ **Idade:** ____ anos

Professora: _____

Segmento: Educação de Jovens e Adultos (EJA) **Ano** _____

de Escolarização: EJA II (Tap IV ou V)

Unidade de Atendimento: _____

Escola de Origem _____

Município: _____

RELATÓRIO PEDAGÓGICO

____ semestre/20____

Histórico do Aluno/ Aspecto Sócio Afetivo

17. Descrição das características do aluno (sociabilidade e afetividade);
18. Relacionamento com a família e/ou grupos;
19. Relacionamento do aluno (com professores e colegas);
20. Antecedentes de atendimento de outra natureza (clínicos e terapêuticos);
 - 5 Antecedentes de atendimento, caso já tenha frequentado outra escola;

Habilidades Conceituais

5. Observação descritiva nas diversas situações escolares:
 - interesse, atenção, concentração, compreensão e atendimento as solicitações, habilidade sensório-motora (percepção e memória visual, percepção e memória auditiva, percepção de diferenças e semelhanças, orientação temporal e espacial), habilidades motoras, pensamento lógico, expressão criativa, linguagem e comunicação: oral e escrita, raciocínio lógico-matemático.

Currículo

SABERES (EJA)

Parágrafo Conclusivo

Tabela para a EJA II

Disciplinas	língua Portuguesa	matemática	história	geografia	ciências	educação Física	arte	língua Estrangeira	Resultado	Observação
Notas						—		—		

Obs.: No campo resultado preencher com Aprovado ou Conservado só no segundo semestre.

Salvador, ____ de _____ de _____

 Professora da Escola Municipal Hospitalar
 e Domiciliar Irmã Dulce
 Matrícula _____

 Coordenadora Pedagógica da Escola
 Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce
 Matrícula _____

Resoluções nº 041/1995 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, nº 02 de 11/09/2001 do CNE/CEB/MEC e 038/2013 do Conselho Municipal de Educação de Salvador.

ANEXO J: Cadastro de Aluno(a) da EJA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR
 Secretaria Municipal da Educação – SMED
 Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce
 Av. Amaralina, nº 16, Amaralina – Salvador/Bahia Tel.: 32407947

CADASTRO DO ALUNO – (EJA)

Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce/Unidade: _____

Prof. _____ **Data do cadastro:** ____/____/____

Cadastro permanente: () sim () não

Identificação

- ❖ Nome: _____
- ❖ Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: _____
- ❖ Estado Civil _____ Nº de filhos _____
- ❖ Profissão ou Ocupação _____
- ❖ Endereço: _____
- ❖ Bairro: _____ Cidade: _____
- ❖ Tel: _____ CEP _____
- ❖ E-mail: _____

Escolaridade

- ❖ Já estudou antes? () Sim () Não Até que série? _____
- ❖ Se não, por que não conseguiu iniciar os estudos? _____
- ❖ Tem alguma Necessidade Educativa Especial: () Sim () Não
- ❖ Qual? _____
- ❖ O que gostaria de aprender? _____
- ❖ Observações: _____

Dados de Internamento

- ❖ Médico (a): _____
- ❖ Patologia: _____
- ❖ Data de internamento / tratamento: ____/____/____
- ❖ Previsão de alta: ____/____/____

ANEXO M: Memória Otimização do Tempo Pedagógico

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR**

Secretaria Municipal da Educação – SMED
 Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce
 Av. Amaralina, nº 16, Amaralina – Salvador/Bahia
 Tel.: 32407947

MEMÓRIA DA REUNIÃO

UNIDADE: _____

DATA: __/__/__

HORÁRIO DA REUNIÃO

MATUTINO Início: _____ Término: _____

VESPERTINO Início: _____ Término: _____

NOTURNO Início: _____ Término: _____

PROFESSORES PRESENTES:

PAUTA/ASSUNTOS DISCUTIDOS:

ENCAMINHAMENTOS PREVISTOS:

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

• **Quantidade de Alunos cadastrados/atendidos:**

Educação Infantil _____

Ensino Fundamental I _____

Ensino Fundamental II _____

Segmento Educação de Jovens e Adultos _____

Rede Municipal de Ensino de Salvador: _____ Nome da Escola _____

Total de alunos: _____

Salvador, _____, de _____ de _____.

Ata redigida por: _____

ANEXO N: Parecer Pedagógico

 <p>SALVADOR PREFEITURA PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR Municipal da Educação – SMED Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce Av. Amaralina, nº 16, Amaralina – Salvador/Bahia Tel.: 32407947</p>
--	---

PARECER PEDAGÓGICO DESCRITIVO

Aluno (a): _____ **Idade:** _____

Segmento: _____ **Ano de Escolarização:** _____

Unidade:

Escola de Origem:

Salvador, ____ de _____ de _____.

Prof. da Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce

Matrícula: _____ Resoluções nº 041/1995 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, nº 02 de 11/09/2001 do CNE/CEB/MEC e 038/2013 do Conselho Municipal de Educação de Salvador.

ANEXO O: Declaração de frequência do (a) aluno (a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR

Secretaria Municipal da Educação – SMED

Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce

Av. Amaralina, nº 16, Amaralina – Salvador/Bahia

Tel.: 32407947

DECLARAÇÃO

Declaro _____ que _____ o(a) aluno(a) _____ frequentou a Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce, no () Hospital, () Casa de Apoio, () Casa Lar _____ no período de ____/____/____ a ____/____/____, a partir de um currículo flexibilizado/adaptado às necessidades identificadas na avaliação diagnóstica.

Salvador, ____ de _____ de _____.

Prof. _____

Matrícula _____

Resoluções nº 041/1995 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, nº 02 de 11/09/2001 do CNE/CEB/MEC e 038/2013 do Conselho Municipal de Educação de Salvador.